

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**



**FACULDADE DE DIREITO**



**MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA**

**ESPECIALIDADE DE ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

*O papel dos Fundos Europeus no processo de convergência português*

IRIS ALEXANDRA RODRIGUES GOMES (Aluna nº 47708)

**2019**



Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito, sob a orientação da Excelentíssima Professora Doutora Nazaré Saldanha Póvoas da Costa Cabral.

Lisboa, Maio de 2019

*À minha Mãe,*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha Professora e Orientadora, referência de excelência académica, empenho e descrição profissional, exímio conhecimento e uma das mentes mais brilhantes a refletir e a trabalhar nos temas da Economia, Finanças e Políticas Públicas.

À minha Mãe pelo Amor verdadeiro e incondicional, coragem, sacrifício, dedicação, paciência, entrega, carinho, segurança e fé.

Ao João pelos valores de disciplina, rigor, honra, cumprimento, zelo, eficiência e respeito que me transmitiu ao longo de todos estes anos.

A todos os meus familiares, amigos e colegas pelo apoio e compreensão.

Ao melhor presente de 2019 pelo sorriso, felicidade e bem-querer.

À melhor Faculdade de Direito do País que me formou enquanto Jurista e me concedeu as bases para a minha formação académico-profissional.

À Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa que me permitiu viver a luta académica nos seus diversos palcos e esplendores.

Aos escritórios onde trabalhei pelas experiências vividas, pelo trabalho desenvolvido e aprendizagem que me permitiram tornar Advogada precocemente.

A todas as incontáveis horas de estudo ao longo destes anos.

Aos objetivos que tracei e sempre consegui alcançar.

A Deus por nunca me ter deixado sozinha, pelos momentos de sofrimento, dor e angústia, pelas alegrias, conquistas e realizações.

Porque nós não somos o sítio de onde viemos, nós somos o sítio para onde caminhamos e para o qual estamos destinados.

A todos aqueles que sonham poder contribuir para um Portugal melhor.

## RESUMO

*“A Europa não se fará de um golpe, nem numa construção de conjunto, far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto”* – Declaração Schuman (9 de Maio de 1950).

As Políticas Públicas desempenham um papel determinante na Economia na medida em que a gestão e a alocação de recursos financeiros produzem implicações diretas no crescimento económico e no desenvolvimento dos países.

O projeto europeu sofreu ao longo das décadas inúmeras transformações e diversos desafios internos e externos, no entanto *“Beyond differences and geographical boundaries there lies a common interest”* – Jean Monnet.

Refletir acerca da importância das Políticas Públicas europeias implica uma análise dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento disponíveis aos Estados-Membros, designadamente, o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e por último, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Tendo em linha de conta que os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento constituem o instrumento financeiro mais utilizado por parte da União Europeia para promover o crescimento económico e acelerar o processo de convergência, procede-se à análise pormenorizada do caso português.

Neste sentido, a compreensão da afetação e utilização destes fundos comunitários no nosso País é essencial para inferir se a sua implementação conduziu ou não à melhoria dos índices nacionais no seio do espaço comunitário.

Acresce ainda o facto de a União Europeia se deparar neste momento com a saída de um dos Estados-Membros (Reino Unido) mais relevantes e significativos sob o ponto de vista económico, financeiro, geográfico e social.

Desta forma, afigura-se necessário que os atuais Estados-Membros utilizem numa ótica de congregação de esforços o potencial dos diferentes países na construção de uma economia europeia sólida, verde e preparada para enfrentar os desafios futuros que se avizinham.

Por este motivo e atendendo às propostas da Comissão de alteração da regulamentação comunitária acerca dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento examinam-se as modificações futuras nesta matéria associadas ao Período de Programação pós 2020.

Palavras-Chave: União Europeia, Estados-Membros, Fundos Estruturais, Processo de Convergência, Crescimento Económico.

## ABSTRACT

*"Europe will not be a coup, nor a joint construction, it will be achieved by means of concrete achievements which will first create a de facto solidarity"* - Schuman Declaration (9 May 1950).

Public Policies play a key role in the economy as management and allocation of financial resources have direct implications for countries economic growth and development.

The european project has undergone countless transformations and several internal and external challenges over the decades, however *"Beyond differences and geographical boundaries there lies a common interest"*- Jean Monnet.

Reflecting on the importance of European Public Policies implies an analysis of the European Structural and Investment Funds available to the Member States, such as the European Social Fund, the European Agricultural Fund for Rural Development, the Cohesion Fund, the European Maritime Fund and Fisheries and lastly and the European Regional Development Fund.

Taking into account that the European Structural and Investment Funds are the most used financial instrument of the European Union to promote economic growth and accelerate the convergence process, a detailed analysis of the Portuguese case is carried out.

In this sense, understanding the allocation and use of these community funds in our country is essential to infer whether their implementation led to the improvement of national indices within the community.

In addition, the European Union is now facing the departure of one of the most significant and economically, geographically and socially significant Member States, the United Kingdom.



It's therefore necessary for current Member States to use the potential of different countries to build a solid, green european economy prepared to meet the challenges ahead.

For this reason and in the light of the Commission's proposals for amendments to the community rules on the European Structural and Investment Funds, future changes in this area associated with the post-2020 programming period will be examined.

Keywords: European Union, Member States, Structural Funds, Convergence Process, Economic Growth.

## **ABREVIATURAS**

CEE – Comunidade Económica Europeia

CTE – Cooperação Territorial Europeia

EM – Estados-Membros

FC – Fundo de Coesão

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FEP – Fundo Europeu de Pescas

FSE – Fundo Social Europeu

IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação de Pesca

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

NUT - Nomenclaturas de Unidade Territorial

PAC – Política Agrícola Comum

PCP – Política Comum das Pescas

PEC – Pacto de Estabilidade e Crescimento

PEN – Planos Estratégicos Nacionais

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

PMI – Política Marítima Integrada

QCE – Quadro Comunitário Estratégico

QEC – Quadro Estratégico Comum

QFP – Quadro Financeiro Plurianual

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RDC – Regulamento das Disposições Comuns

RNB – Rendimento Nacional Bruto

UE – União Europeia

## **ÍNDICE**

Introdução (páginas 1 a 4)

Parte I – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (páginas 5 a 46)

Parte II – Fundo Social Europeu (páginas 47 a 68)

Parte III – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (páginas 69 a 82)

Parte IV – Fundo de Coesão (páginas 83 a 88)

Parte V – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (páginas 89 a 104)

Parte VI – Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (páginas 105 a 118)

Parte VII – Processo de Convergência (páginas 119 a 156)

Parte VIII – Período de Programação pós 2020 (páginas 157 a 167)

Conclusão (páginas 168 a 169)

Bibliografia

## INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem os instrumentos financeiros por excelência que permitem executar a política da União Europeia (UE) mediante intervenções nacionais, regionais e locais nos diversos Estados-Membros (EM).

Para o Período de Programação 2014-2020 encontra-se estipulado um Orçamento Global no valor de 644.968.114.838 de Euros sendo 461.117.013.415 de Euros provenientes da União Europeia obtidos através de direitos aduaneiros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e Rendimento Nacional Bruto (RNB) da União e 183.851.101.422 de Euros a título de financiamento nacional.

Em segundo lugar, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento visam promover o desenvolvimento económico dos Estados-Membros por intermédio de medidas de redução do desemprego, estímulo da competitividade empresarial, promoção do empreendedorismo, combate à exclusão social e evolução para uma economia amiga do ambiente.

Neste sentido, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento abrangem:

i) Fundo Social Europeu (FSE)<sup>1</sup> que tem por missão promover o emprego em toda a União Europeia, investir no capital humano e garantir oportunidades mais justas de trabalho, representa cerca de 18,7% do Orçamento para o Período de Programação 2014-2020, ou seja, 120.723.282.076 de Euros

ii) Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)<sup>2</sup> destinado a apoiar as zonas rurais da União Europeia e a acompanhar a evolução económica, ambiental e social, representa 23,6% do Orçamento para o Período de Programação 2014-2020, isto é, 152.072.297.613 de Euros

---

<sup>1</sup> Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013 e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1081/2006 do Conselho

<sup>2</sup> Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013 e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho

Neste âmbito, a Política de Desenvolvimento Rural designada como Segundo Pilar da Política Agrícola Comum (PAC) consubstancia o sistema de pagamentos diretos aos agricultores da União Europeia e as medidas de gestão dos mercados agrícolas, o denominado Primeiro Pilar.

De salientar que a Reforma da Política Agrícola Comum<sup>3</sup> contempla três grandes linhas de atuação, nomeadamente, incentivar a competitividade do setor agrícola, garantir a gestão sustentável dos recursos naturais e a preservação das paisagens e, por último, promover o desenvolvimento territorial equilibrado das economias rurais.

iii) Fundo de Coesão (FC)<sup>4</sup> destinado aos Estados-Membros<sup>5</sup> cujo Rendimento Nacional Bruto por habitante é inferior a 90% da média da União Europeia cujo objetivo consiste em reduzir as disparidades económicas e sociais bem como promover o desenvolvimento sustentável através do financiamento de infra-estruturas, representa cerca de 11,6% do Orçamento para o Período de Programação 2014-2020, ou seja, 74.818.734.99 de Euros

iv) Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)<sup>6</sup> respeitante à política marítima e das pescas<sup>7</sup> da União Europeia, destina-se a apoiar os pescadores na adoção de práticas de pesca e aquacultura sustentável e a

---

<sup>3</sup> Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013 relativo ao financiamento, à gestão e ao acompanhamento da Política Agrícola Comum e que revoga o Regulamento (CE) n.º 352/78, o Regulamento (CE) n.º 165/94, o Regulamento (CE) n.º 2799/98, o Regulamento (CE) n.º 814 /2000, o Regulamento (CE) n.º 1290/2005 e o Regulamento (CE) n.º 485/2008 do Conselho

<sup>4</sup> Regulamento (UE) n.º 1300/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013 e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1084/2006 do Conselho

<sup>5</sup> No período de financiamento 2014-2020 os seguintes países: Bulgária, Croácia, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, República Checa e Roménia

<sup>6</sup> Regulamento (UE) n.º 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de Maio de 2014 e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2328/2003, o Regulamento (CE) n.º 861/2006, o Regulamento (CE) n.º 1198/2006 e o Regulamento (CE) n.º 791/2007 do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 1255/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho

<sup>7</sup> Regulamento (CE) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Dezembro de 2013 que altera o Regulamento (CE) n.º 1954/2003 e o Regulamento (CE) n.º 1224/2009 do Conselho e revoga o Regulamento (CE) n.º 2371/2002 e o Regulamento (CE) n.º 639/2004 do Conselho e a Decisão 2004/585/CE do Conselho

financiar projetos para a criação de novos postos de trabalho, representa 1,2% do Orçamento para o Período de Programação 2014-2020, isto é, 8.022.901.908 de Euros

v) Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)<sup>8</sup> que tem por objetivo promover a coesão económica e social no seio da União Europeia, através da correção dos desequilíbrios entre as várias regiões do espaço geográfico comunitário, representa 43,3% do Orçamento para o Período de Programação 2014-2020, ou seja, 278.942.793.261 de Euros

Do Orçamento Global para o Período de Programação 2014-2020 cerca de 1,6% respeita à Iniciativa Emprego Jovem com um valor de 10.346.810.463 de Euros.

Por outro lado, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento operam em domínios essenciais para a União Europeia, especialmente, a investigação e inovação de tecnologias digitais, apoio à economia hipocarbónica, gestão sustentável dos recursos naturais e apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME).

Desta forma, as incumbências gerais dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento encontram-se previstas no Tratado<sup>9</sup> sendo que as missões específicas reportam-se à coesão económica, social e territorial.

O Período de Programação em curso 2014-2020 tem como objetivos essenciais o investimento no crescimento e criação de emprego através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão assim como a Cooperação Territorial Europeia (CTE).

Em última análise, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento visam:

---

<sup>8</sup> Regulamento (UE) n.º 1301/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013 que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de investimento no crescimento e no emprego e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1080/2006

<sup>9</sup> Artigos 162.º, 175.º, 176.º e 177.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

i) Apoiar mais de dois milhões de empresas a reforçar a sua competitividade, desenvolver novos produtos, encontrar novos mercados e criar novos empregos

ii) Investir em infra-estruturas de banda larga, tecnologias de informação e telecomunicações, abastecimento de água, entre outros

iii) Investir nas competências e adaptabilidade da mão-de-obra europeia mediante oportunidades de formação, reorientação profissional ou criação de empresas

Para o Período de Programação vigente 2014-2020, em termos de distribuição de recursos financeiros, concluímos por ordem crescente de valores que o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ocupa posição primordial seguido do Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural, Fundo Social Europeu, Fundo de Coesão e, por último, Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.

Iremos posteriormente analisar as diferenças programáticas e financeiras para o Período de Programação pós 2020.



## PARTE I

### FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO

#### 1. Enquadramento geral

Nos termos do Artigo 175.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, os Estados-Membros conduzem e coordenam as políticas de acordo com os objetivos de coesão económica, social e territorial.

Desse modo, a União Europeia apoia a realização das prioridades descritas através de fundos com finalidade estrutural bem como do Banco Europeu de Investimento e demais instrumentos financeiros existentes.

Enquanto transferências da União Europeia para os Estados-Membros, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimentos constituem subvenções específicas comparticipadas.

Em primeiro lugar, as denominadas subvenções específicas ou condicionadas “*categorical grants*” destinam-se a determinados itens de despesas concretas e restringem o sentido e autonomia da decisão local.

Em segundo lugar, as transferências dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento consistem em subvenções comparticipadas ou “*matching grants*” tendo em conta que a entidade financiadora (neste caso, a União Europeia) exige uma comparticipação por parte da entidade financiada.

Em terceiro lugar, as transferências provenientes dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento produzem um efeito económico de substituição porquanto se verifica um aumento do consumo do bem financiado em detrimento de outro.

Em quarto lugar, as transferências provenientes dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento produzem um efeito económico de rendimento

tendo em conta que aumentam o rendimento disponível e as possibilidades de consumo e despesa.

## **2. Princípios de intervenção**

### **2.1. Princípios gerais**

À semelhança do Período de Programação anterior (2007-2013), os princípios gerais de intervenção dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o Período de Programação 2014-2020 mantêm-se e respeitam a:

- Complementaridade e consistência
- Gestão partilhada e coordenação
- Parceria, proporcionalidade e subsidiariedade
- Aplicação em conformidade com o Direito da União e a lei nacional
- Igualdade entre homens e mulheres
- Não discriminação
- Desenvolvimento sustentável

Aos princípios supra enunciados acrescem os princípios de eficiência, boa gestão financeira e redução da carga administrativa sobre os beneficiários dos respetivos fundos.

Com o objetivo de realçar a importância do princípio da governação em parceria e de gestão combinada, o Regulamento das Disposições Comuns<sup>10</sup> confere poderes à Comissão Europeia para estabelecer um Código de Conduta Europeu<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013 que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo

## **2.2. Princípios específicos**

Por outro lado, a atribuição dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento obedece a princípios específicos.

Em primeiro lugar, o princípio da concentração tendo em conta as características das áreas e ações a desenvolver para que os investimentos sejam direcionados para as principais prioridades do crescimento económico.

Em segundo lugar, o princípio da parceria na alocação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento requer a cooperação o mais estreita possível entre a Comissão e as autoridades competentes a nível nacional, regional e local de cada Estado-Membro, desde as fases de preparação dos investimentos até à execução das ações em concreto.

Em terceiro lugar, o princípio da programação estipula que o financiamento de projetos deve ocorrer através de programas multianuais, plurissectoriais e inter-regionais.

Por fim, a alocação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento deve submeter-se ao princípio da adicionalidade, ou seja, os recursos financeiros despendidos por parte da União Europeia devem complementar e/ou potenciar os investimentos a nível nacional.

O princípio da adicionalidade<sup>12</sup> aplica-se somente à Política de Coesão.

---

Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho

<sup>11</sup> Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 240/2014 de 7 de Janeiro de 2014 relativo ao Código de Conduta Europeu sobre parcerias no quadro dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

<sup>12</sup> Artigo 95.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013

### **3. A Estratégia Europa 2020**

Em 2010, a Comissão Europeia apresentou num contexto económico recessivo e de agravamento das condições sociais a Estratégia Europa 2020 para promover a saída da crise com o aumento do emprego, da produtividade e da coesão social na União Europeia.

O plano traçado para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o Período de Programação 2014-2020 visa maximizar o contributo dos mesmos para a Estratégia Europa 2020.

Esta estratégia estabelece três objetivos socioeconómicos abrangentes para a União Europeia a concretizar entre 2010 e 2020, nomeadamente:

i) Crescimento inteligente com o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e inovação mediante:

- a) Reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação
- b) Melhoria do acesso, utilização e qualidade das tecnologias de informação e comunicação
- c) Melhoria da competitividade das Pequenas e Médias Empresas, do setor agrícola e do setor das pescas e da aquacultura

ii) Crescimento sustentável a fim de promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e competitiva

- a) Apoio à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono em todos os setores
- b) Promoção da gestão e prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas
- c) Preservação e proteção do ambiente
- d) Promoção de transportes sustentáveis e remoção de pontos de estrangulamento nas principais infraestruturas da rede

iii) Crescimento inclusivo com níveis elevados de emprego

- a) Promoção do emprego sustentável e de qualidade
- b) Apoio à mobilidade laboral
- c) Promoção da inclusão social, combate à pobreza e a qualquer tipo de discriminação
- d) Investimento na educação, formação profissional e aquisição de competências de aprendizagem ao longo da vida
- e) Melhoria da capacidade institucional das autoridades públicas e eficiência da administração pública

O Regulamento das Disposições Comuns traduz estas metas num conjunto de onze objetivos temáticos definindo setores e áreas de intervenção nos quais o apoio da União Europeia através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento possa representar maior valor acrescentado.

Ao nível da União Europeia e dos Estados-Membros, os objetivos temáticos servem de ponto de partida para a definição dos Acordos de Parceria e dos Programas.

#### **4. A Política de Coesão**

A Política de Coesão para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no Período de Programação 2007-2013 correspondia à Estratégia de Lisboa com programas nacionais de reformas e relatórios estratégicos individuais.

Para o Período de Programação 2014-2020, todas as intervenções dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento devem contribuir para a Estratégia Europa 2020, no entanto, as novas regras sobre concentração temática fixam um nível mínimo de recursos a serem gastos em áreas específicas de intervenção e uma dotação mínima para o Fundo Social Europeu.

No período em curso, verifica-se uma ligação direta entre as recomendações específicas de cada país e os Acordos de Parceria e Programas durante as fases de programação e execução.

Por último, os relatórios de progresso de 2017 e 2019 abrangem todos os Fundos e inserem-se no Semestre Europeu que determina as metas a alcançar no próximo ano para toda a União Europeia e formula um conjunto de recomendações específicas<sup>13</sup> para fazer face aos principais desafios socioeconómicos de cada Estado-Membro.

## **5. O Regulamento das Disposições Comuns**

O Regulamento das Disposições Comuns (RDC) estabelece um conjunto de regras que abrangem os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e tem como objetivo estabelecer uma ligação com a Estratégia Europa 2020 de forma a tornar o acesso aos fundos tão transparente quanto possível para os potenciais beneficiários.

Apesar de o Regulamento das Disposições Comuns estabelecer normativos para os cinco fundos existem regras separadas nos regulamentos específicos que consagram disposições concretas e regulamentam questões adicionais não previstas no Regulamento das Disposições Comuns, tais como, o âmbito e as prioridades de investimento ou regras acerca da concentração temática.

Não obstante os regulamentos específicos fixarem um contributo mínimo de cada fundo para uma área de investimento específica (por exemplo, inovação, energia, tecnologias de informação e comunicação e apoio a Pequenas e Médias Empresas) a verdade é que o nível de contribuição depende por vezes da categoria em que a região se encontra classificada.

---

<sup>13</sup> As recomendações específicas por país adotadas nos termos do n.º 2 do Artigo 121.º e do n.º 4 do Artigo 148.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

Para o Período de Programação 2014-2020, os Estados-Membros encontram-se obrigados a elaborar e a implementar planos estratégicos no que diz respeito ao acesso aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Em concreto, o Regulamento das Disposições Comuns:

- Estabelece um Quadro Estratégico Comum (QEC) que inclui as orientações relativas à aplicação prática dos princípios horizontais e dos objetivos transversais das políticas, nomeadamente governação partilhada, não discriminação e medidas de adaptação das alterações climáticas

- Estipula a necessidade de adoção de Acordos de Parceria por parte dos Estados-Membros

- Define normas comuns para todos os Programas

Com o intuito de garantir uma coordenação eficaz entre todos os instrumentos disponíveis a nível europeu, nacional, regional e local e a prossecução da Estratégia Europa 2020 encontram-se disponíveis aos Estados-Membros outros mecanismos financeiros diversos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento num espírito de complementaridade.

Na fase de programação (Acordos de Parceria e Programas), os Estados-Membros devem clarificar a ligação entre a intervenção do Fundo Europeu Estrutural e de Investimento e a Estratégia Europa 2020, com especial ênfase nas recomendações específicas por país.

A manutenção da ligação aos objetivos e metas da Estratégia Europa 2020 ao longo de toda a fase de execução constitui uma alteração significativa em relação aos Períodos de Programação anteriores a 2014.

Caso sejam emitidas novas recomendações específicas por país que impliquem o apoio dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, a Comissão Europeia pode solicitar que os Estados-Membros efetuem as devidas alterações aos Acordos de Parceria e Programas celebrados.

Por outro lado, os relatórios de execução anuais apresentados pelos Estados-Membros a partir de 2016 para cada Programa centram-se nos progressos alcançados em termos de concretização dos objetivos relacionados com a Estratégia Europa 2020.

Além disso, os Estados-Membros apresentam um relatório dos progressos na execução dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento ao nível dos Acordos de Parceria em 2017 e 2019.

Nos relatórios de progresso cumpre avaliar o contributo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento na adoção das recomendações específicas por país e o progresso na concretização das prioridades da Estratégia Europa 2020.

Até ao fim de 2017 e 2019, a Comissão Europeia apresenta o relatório estratégico e as suas conclusões ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité das Regiões e Comité Económico e Social Europeu no quadro do Semestre Europeu.

Finalmente, o relatório sobre a coesão é publicado de três em três anos<sup>14</sup>.

No que respeita à Política de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, os relatórios de execução anuais para 2016, 2018, 2020 têm de ser enviados até ao final de Maio pelos Estados-Membros, enquanto para o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural o prazo é o final de Junho.<sup>15</sup>

Por fim, o Regulamento das Disposições Comuns consagra novos mecanismos de coordenação entre os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento como a combinação de fundos num Programa, o Investimento Territorial Integrado e o desenvolvimento local orientado para a comunidade com planos de Ação Conjunta.

---

<sup>14</sup> Artigo 175.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

<sup>15</sup> Artigos 16.º, 50.º, 52.º, 53.º, 113.º do Regulamento das Disposições Comuns, n.º 5 do Artigo 110.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 e n.º 4 do Artigo 107.º do Regulamento (UE) n.º 508/2014



## **6. Documentos estratégicos**

### **6.1. Quadro Estratégico Comum**

O Quadro Estratégico Comum inclui os princípios de orientação estratégica, programação e coordenação setorial e territorial.

Ademais, o Quadro Estratégico Comum facilita a elaboração dos Acordos de Parceria e dos Programas de acordo com os princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade.

Por outro lado, o Quadro Estratégico Comum, contemplado no Anexo I do Regulamento das Disposições Comuns vem substituir as Orientações Estratégicas Comunitárias relativas à Política de Coesão e ao desenvolvimento rural 2007-2013 e abrange os cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Neste sentido, o Quadro Estratégico Comum providencia aos Estados-Membros e às regiões uma orientação estratégica para que possam tirar o máximo partido das possibilidades oferecidas pelos fundos e outras políticas e instrumentos da União Europeia com o foco nas prioridades da Europa 2020.

Os Estados-Membros são assim incentivados a assegurar a cooperação entre as autoridades de gestão responsáveis por cada fundo em todas as fases de programação, execução, acompanhamento e avaliação tanto a nível estratégico como operacional.

O Quadro Estratégico Comum apresenta ainda soluções de coordenação entre os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e outras políticas e instrumentos da União Europeia nomeadamente a Política Agrícola Comum, Política Comum das Pescas, Horizonte 2020, LIFE, ERASMUS+, Interligar a Europa, Instrumento de Assistência de Pré-Adesão, Instrumento Europeu de Vizinhança.

Por exemplo, o Quadro Estratégico Comum contém uma secção dedicada à abordagem dos principais desafios territoriais sendo que os Estados-Membros procedem a uma análise do potencial de desenvolvimento local, das capacidades e

dos desafios a nível nacional, regional ou local, aquando da preparação dos Acordos de Parceria e Programas.

Os Estados-Membros devem considerar as estratégias macrorregionais e da bacia marítima relevantes por forma a assegurar a complementaridade entre os Programas de Cooperação Territorial europeia e os programas específicos de cada país.

## **6.2. Acordo de Parceria e Programa**

O Acordo de Parceria funciona como um documento estratégico global que contém uma visão geral da forma como os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento serão utilizados em cada Estado-Membro no Período de Programação 2014-2020.

O Acordo de Parceria foi introduzido para refletir o sistema de governação da Estratégia Europa 2020, juntamente com a reforma da Política de Coesão, do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e visa aumentar a eficácia e eficiência dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

No Período de Programação vigente (2014-2020), aos Estados-Membros incumbe a obrigação de especificar o contributo previsto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para a concretização das prioridades da União Europeia nos termos definidos pela Estratégia Europa 2020 e nos programas de reforma nacionais e as recomendações específicas por país.

Para além de apresentar uma repartição indicativa do apoio da União Europeia pelos Programas e objetivos temáticos, o Acordo de Parceria contempla uma síntese geral dos seguintes elementos:

- Princípios horizontais e objetivos da política dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, incluindo o princípio de parceria e os objetivos relacionados com as alterações climáticas

- Distribuição da reserva de desempenho dividida por cada Fundo Europeu Estrutural e de Investimento e categoria de região, e a forma como é assegurada a coerência do funcionamento no quadro de desempenho

- Resumo do ponto de situação relativamente às condicionalidades *ex ante* aplicáveis

- Avaliação das capacidades administrativas das autoridades envolvidas na execução dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, juntamente com um resumo das ações de melhoria

- Resumo das ações destinadas a reduzir os encargos administrativos para os beneficiários

- Informações necessárias para verificação *ex ante* da conformidade com as regras de adicionalidade

- Principais áreas de prioridade destinadas à cooperação no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, considerando as estratégias macrorregionais e as estratégias para as bacias marítimas

De salientar que qualquer alteração a estes elementos durante a fase de execução está sujeita a aprovação formal da Comissão.

Todos os elementos do Acordo de Parceria supra mencionados devem ser transpostos e executados através de programas específicos.

Considerando que todos os Programas se encontram em consonância com o Acordo de Parceria, o Regulamento das Disposições Comuns introduziu uma grande mudança em relação ao Período de Programação anterior na medida em que reforça as ligações estratégicas entre todos os programas dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento num determinado Estado-Membro.

É de referir que determinados elementos dos Programas continuam a ser da responsabilidade exclusiva dos Estados-Membros e podem, por conseguinte, ser alterados sem a aprovação formal da Comissão<sup>16</sup>.

Trata-se de uma simplificação importante em relação ao Período de Programação 2007-2013, no qual todas as alterações tinham de ser formalmente adotadas pela Comissão.

Por último, é possível combinar apoios do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ou do Fundo de Coesão num único Programa.

### **6.3. Principais alterações**

Relativamente ao Período de Programação 2007-2013, os documentos estratégicos a apresentar eram os seguintes:

- As Orientações Estratégicas Comunitárias para a Política de Coesão
- As Orientações Estratégicas Comunitárias para o desenvolvimento rural
- O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) que abrange essencialmente os três fundos da Política de Coesão
- Os Planos Estratégicos Nacionais (PEN) que abrangem os programas de desenvolvimento rural e os programas das pescas preparados pelos Estados-Membros em estreita colaboração com a Comissão
- Diferenças em termos de conteúdo nos programas da Política de Coesão, do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e do Fundo Europeu das Pescas
- Programas separados para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu

---

<sup>16</sup> Artigo 96.º, n.º 10 do Regulamento das Disposições Comuns

Com relação ao Período de Programação 2014-2020 temos:

- Quadro Estratégico Comum que abrange os cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
- O Acordo de Parceria, que abrange os cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, sendo que a maioria dos elementos requer uma aprovação formal da Comissão
- Conjunto de elementos básicos comuns a todos os Programas dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

## **7. Especificidades do novo quadro regulamentar**

O novo quadro regulamentar criou novos incentivos para que os Estados-Membros cumpram as prioridades da União Europeia e maximizem o impacto do apoio financeiro, recorrendo, nomeadamente, aos seguintes mecanismos:

- Quadro e reserva de desempenho
- Condicionalidades *ex ante*
- Condicionalidade associada a uma governação económica rigorosa
- Instrumentos financeiros

### **7.1. Quadro e reserva de desempenho**

Para acompanhar devidamente os progressos realizados e as metas definidas para cada prioridade é estabelecido um quadro de desempenho assente num conjunto de indicadores que estabelece objetivos e metas realistas e mensuráveis.

Todos os anos são facultadas informações atualizadas sobre os referidos objetivos e metas em relatórios de execução e relatórios de progresso em 2017 e 2019.

Na segunda metade de 2019, a Comissão analisará o desempenho dos Programas com base nos relatórios de execução anuais apresentados pelos Estados-Membros até 30 de Junho de 2019 referentes ao desempenho até ao final do ano de 2018.

Na sequência desta apreciação, será concedida uma reserva de desempenho – num montante compreendido entre 5% e 7% dos recursos mobilizados para a prioridade em questão – aos Programas e prioridades que tenham atingido os objetivos definidos.

Caso não tenham sido atingidos os objetivos, os Estados-Membros devem propor uma reafectação de recursos pelas prioridades que cumpriram os respetivos objetivos de acordo com os requisitos de concentração temática e correspondentes dotações mínimas.

Para além disso, caso existam provas baseadas em indicadores financeiros e de resultados da existência de uma falha grave na concretização dos objetivos devida a debilidades na execução, a Comissão Europeia pode suspender, total ou parcialmente, os pagamentos intercalares relativos à prioridade em questão e poderão ser aplicadas correções financeiras no final do Período de Programação.

## **7.2. Condicionalidades *ex ante***

Com vista a garantir que os Estados-Membros cumprem as condições necessárias para beneficiar de apoio efetivo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, os regulamentos estabeleceram um conjunto de requisitos legais,

políticos e institucionais (condicionalidades *ex ante*<sup>17</sup>) que devem estar preenchidos aquando da apresentação dos Acordos de Parceria e dos Programas.

As condicionalidades *ex ante* temáticas estão associadas a um investimento específico ou a prioridades da União, como é o caso do investimento nos transportes.

As condicionalidades *ex ante* gerais não se encontram associadas a um investimento específico ou a prioridades da União, por exemplo, a existência de capacidade administrativa para a execução e aplicação da política e da legislação da União em matéria de igualdade de género no domínio dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Deste modo, os Estados-Membros têm de avaliar se as condicionalidades *ex ante* aplicáveis aos seus Programas foram cumpridas uma vez que o não cumprimento das condicionalidades *ex ante* à data de apresentação do Programa impõe ao Estado-Membro a elaboração de um plano que estabeleça as medidas a adotar.

Nesta medida, cabe à Comissão o ónus da prova para determinar o cumprimento ou incumprimento das condicionalidades *ex ante*.

### **7.3. Condicionalidade associada a uma governação económica rigorosa**

Com o objetivo de garantir uma utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento coincidente com as prioridades estabelecidas no contexto do Semestre Europeu, os Estados-Membros devem contemplar o seguinte:

- Programas de Reforma Nacionais
- Recomendações específicas por país

---

<sup>17</sup> Artigos 19.º, 20.º, 21.º, 22.º e 23.º do Regulamento das Disposições Comuns

- Quaisquer recomendações do Conselho relevantes, incluindo as baseadas no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e nos Programas de Ajustamento Económico

### **7.3.1. Reprogramação**

Ao nível da reprogramação, a Comissão pode solicitar a um Estado-Membro a revisão do Acordo de Parceria e dos Programas sempre que tal seja necessário para apoiar a implementação de Recomendações do Conselho relevantes ou potenciar o impacto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no crescimento e na competitividade nos Estados-Membros que recebem assistência financeira.

Na eventualidade de um Estado-Membro não tomar medidas em resposta a esta solicitação, o Conselho pode, mediante proposta da Comissão, suspender, total ou parcialmente, os pagamentos relativos aos Programas ou às prioridades em questão.

Por isso, a decisão de revogar quaisquer suspensões é tomada no momento em que Estado-Membro proponha as alterações conforme solicitado.

### **7.3.2. Observância dos procedimentos de governação económica**

Nesta perspetiva, a Comissão apresenta uma proposta ao Conselho para suspender, total ou parcialmente, os compromissos ou pagamentos relativos aos Programas de um Estado-Membro caso não sejam cumpridas as regras em matéria de Procedimento por Défice Excessivo, Procedimento por Desequilíbrio Excessivo ou para os Estados-Membros que estejam a receber assistência financeira, as regras relativas ao respetivo programa de ajustamento.

De seguida, o Conselho determina a suspensão ou a revogação da decisão na eventualidade de o Estado-Membro adotar medidas de correção adequadas.



Em todo o caso, as suspensões devem ser proporcionais e estar sujeitas aos limites estipulados no n.º 11 do Artigo 23.º do Regulamento das Disposições Comuns.

#### **7.4. Instrumentos financeiros**

No Período de Programação 2014-2020, o reconhecimento das vantagens dos instrumentos financeiros conduziu a um alargamento da utilização destes a todos os objetivos temáticos.

O novo quadro regulamentar inclui regras para a combinação de instrumentos financeiros com outras formas de apoio, nomeadamente subvenções.

Deste modo, os instrumentos financeiros apresentam características transversais tais como:

i) Necessidade de reembolso

ii) Possibilidade de reutilização na mesma área

iii) Adequação a projetos financeiramente viáveis

iv) Atração de coinvestimentos incluindo investimentos privados de forma a aumentar o montante dos fundos disponíveis, particularmente em setores/áreas com dificuldades de acesso a financiamento

v) Modalidades diversas: empréstimos, garantias ou capital próprio

vi) Apoio ao desenvolvimento do lado da oferta

vii) Utilização complementar às subvenções

viii) Gestão por bancos a nível nacional ou regional, organizações internacionais como o Banco Europeu de Investimento ou o Fundo Europeu de Investimento, intermediários financeiros e autoridades de gestão

## **8. A importância da simplificação**

### **8.1. Em termos globais**

A Comissão perspetiva o valor da simplificação ao nível dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento sob várias formas:

- Para garantir a execução da política e interesse permanente por parte dos beneficiários
- Impacto positivo com a redução do tempo e custos de cumprimento de objetivos com a permissão da concentração na obtenção de resultados
- A implementação de regras mais simples, redução dos erros cometidos e aumento da garantia dos sistemas de execução nacionais

### **8.2. Em termos específicos**

Por estas razões, o quadro regulamentar para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o Período de Programação 2014-2020 introduziu várias alterações que abrangem todos os fundos:

- Harmonização das regras entre os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento em termos de elegibilidade e durabilidade
- Maior proporcionalidade mediante disposições que versem a implementação e utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, relativamente à comunicação, avaliação, gestão e controlo
- Segurança jurídica por via de regras mais claras, por exemplo, no que respeita a projetos geradores de receitas
- Execução mais eficiente e comunicações mais simples com a inclusão de indicadores comuns principais que facilitam a recolha de dados e relatórios sobre os resultados a nível da União Europeia

- Redução dos encargos administrativos para as autoridades de gestão e beneficiários através do alargamento das possibilidades em matéria de opções de custos simplificados

- Maior flexibilidade em termos de instituição de Programas e sistemas (projetos multifundos, Investimento Territorial Integrado, transferência financeira entre categorias de regiões, fóruns conjuntos e investimentos em assistência técnica)

- Simplificações relacionadas com grandes projetos em que os limiares de 50 milhões de Euros e 75 milhões de Euros para infraestruturas de transporte são calculados com base nos custos elegíveis ao invés dos custos totais

No caso de um grande projeto obter uma avaliação positiva de um especialista independente, a autoridade de gestão pode, simplesmente, comunicar o projeto à Comissão.

- Plano de Ação Conjunta no qual os pagamentos das contribuições da União Europeia são baseados no progresso e nos resultados o que reduz os encargos administrativos tanto para o Estado-Membro como para o beneficiário

- E-coesão em que todos os beneficiários devem conseguir realizar todas as trocas de informação com as diferentes autoridades e organismos de cada programa operacional através dos sistemas de troca de dados eletrónico

- Pagamento atempado aos beneficiários

As autoridades de gestão têm o dever de, dependente da disponibilidade de financiamento, garantir que cada beneficiário recebe o montante total da despesa pública elegível na íntegra, o mais tardar, no prazo de 90 dias a contar da apresentação do pedido de pagamento.

## **9. Gestão e controlo**

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento são geridos pelos países da União Europeia de forma descentralizada, no quadro de um regime de gestão partilhada através dos Acordos de Parceria.

Cada país elabora um acordo, em colaboração com a Comissão Europeia, que define a forma como os fundos serão utilizados durante o período de financiamento em curso (2014-2020).

Neste sentido, os Acordos de Parceria incluem uma série de Programas de investimento que canalizam o financiamento para as diferentes regiões e projetos nos domínios em causa.

De facto, a União Europeia mostra-se empenhada em garantir a legalidade e a regularidade das despesas efetuadas assim como no combate à fraude, a corrupção e outras atividades ilegais que possam ter impacto no Orçamento Europeu.

Daí que os sistemas de gestão e controlo estabelecidos pelas autoridades dos Estados-Membros visem a prevenção, deteção e correção de irregularidades.

Em Portugal, a entidade responsável pela coordenação da Política de Desenvolvimento Regional e coordenação geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento é a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.<sup>18</sup>

A criação da Agência para o Desenvolvimento e Coesão resulta da fusão de três entidades públicas, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. e a Estrutura de Missão Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão foi criada com o objetivo de favorecer a coordenação da Política Estrutural e de Desenvolvimento Regional

---

<sup>18</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2013, Decreto-Lei n.º 140/2013 e Portaria n.º 351/2013

cofinanciada pelos fundos da União Europeia e reforçar a racionalidade económica e a sustentabilidade financeira dos investimentos cofinanciados.

Com relação aos fundos da Política de Coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão), a concentração, numa única instituição, das funções relativas à coordenação global, certificação, pagamento, avaliação, comunicação, monitorização e auditoria de operações, neste caso em articulação com a Autoridade de Auditoria, constitui um contributo inequívoco para a racionalização, especialização e eficiência dos serviços.

A missão da Agência para o Desenvolvimento e Coesão permite apoiar com maior alcance as políticas de desenvolvimento regional sustentável, designadamente através da conceção e promoção de instrumentos de base territorial que visem a valorização do território e, em simultâneo, desenvolver e estabilizar um centro de competências especializadas em matéria de auxílios de Estado.

### **9.1. Princípios de gestão e controlo**

O Regulamento das Disposições Comuns fixa princípios gerais para os sistemas de gestão e controlo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Os princípios aplicáveis são idênticos aos vigentes no Período de Programação 2007-2013, no entanto, foram introduzidas várias alterações no que respeita à forma de execução destes princípios:

- Clarificação das responsabilidades e tarefas das diferentes entidades, as autoridades de gestão têm o dever de elaborar um relatório anual de gestão, juntamente com um resumo anual dos relatórios finais de auditoria e dos controlos realizados

- Substituição da avaliação de conformidade dos sistemas de gestão e controlo por um processo de designação nacional da autoridade de gestão e da autoridade de certificação, se for o caso

O processo de designação apenas será revisto pela Comissão no caso de o montante total do apoio dos fundos relativamente ao Programa em questão ultrapassar um determinado montante, em resultado de uma análise de riscos ou por iniciativa do Estado-Membro

- Preparação, análise e aprovação das contas todos os anos: o exercício contabilístico começa a 1 de Julho e termina a 30 de Junho (exceto para o primeiro período contabilístico)

Deste modo, a autoridade de certificação prepara as contas anuais relativas ao Programa operacional que serão posteriormente apresentadas à Comissão, juntamente com o relatório de garantia de gestão, o resumo anual dos controlos preparado pela autoridade de gestão, o relatório de controlo de acompanhamento e o parecer de auditoria preparado pela autoridade de fiscalização.

Neste sentido, a Comissão examina os documentos com vista a emitir um relatório de garantia anual e aplica as correções financeiras líquidas.

## **10. Quadro Financeiro Plurianual**

O Quadro Financeiro Plurianual (QFP) atual abrange um período de sete anos, isto é, de 2014 a 2020 e encontra-se delineado para uma União Europeia constituída por 28 Estados-Membros.

O Quadro Financeiro Plurianual constitui um mecanismo que assegura a previsibilidade das despesas da União Europeia tendo em conta os limites dos recursos próprios.

Mais do que estabelecer o panorama financeiro da União Europeia, o Quadro Financeiro Plurianual consagra o espectro político com a definição das

prioridades fundamentais a ter em linha de conta sendo que os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento executam essas mesmas prioridades e/ou linhas de atuação.

O Quadro Financeiro Plurianual prevê certos instrumentos especiais que permitem à União Europeia reagir perante circunstâncias imprevistas ou financiar despesas para fins claramente definidos que extravasam os limites máximos estabelecidos como é o caso da Reserva para Ajudas de Emergência, o Fundo de Solidariedade, o Instrumento de Flexibilidade, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, a Margem para Imprevistos e a Flexibilidade Específica para Combater o Desemprego dos Jovens e Reforçar a Investigação.

## **11. Modalidades de apoio**

As diferentes formas de apoio disponibilizadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento incluem subvenções, assistência reembolsável e instrumentos financeiros.

### **11.1. Compromissos e pagamentos**

#### **11.1.1. Compromissos**

A primeira fração da autorização orçamental é desbloqueada automaticamente pela Comissão na sequência da adoção do Programa.

As autorizações orçamentais relativas às frações subsequentes são efetuadas anualmente e ajustadas em caso de alterações ao Programa.

As autorizações não abrangidas por pré-financiamento ou por um pedido de pagamento no prazo de três anos são anuladas.

### 11.1.2. Pagamentos

O pagamento por parte da Comissão das contribuições para cada Programa assume várias formas e depende da disponibilidade de financiamento, nomeadamente, pré-financiamento, dos pagamentos intercalares e do pagamento do saldo final.

Na sequência da adoção do Programa, a Comissão pagou um montante de pré-financiamento inicial em várias frações anuais entre 2014 e 2016.

Somente para o Fundo de Coesão e para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, os montantes de pré-financiamento serão pagos entre 2017 e 2023 e o reembolso dos pagamentos intercalares estará limitado a 90% do valor resultante da aplicação da taxa de cofinanciamento relevante à despesa declarada no pedido de pagamento, sendo que os restantes 10% serão desbloqueados após a análise anual e a aceitação das contas.

Da seguinte forma:

FUNDO		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020-2023
FEDER FSE	Inicial	1% ou 1,5%	1% ou 1,5%	1%	-	-	-	-
FC FEAMP	Anual	-	-	2%	2,625 %	2,75 %	2,875 %	3 %
FEADER	Inicial	1%	1%	1%	Sem pré-financiamento anual			



## **11.2. Co-financiamento**

Na Decisão da Comissão de adoção de um Programa consta a fixação de uma taxa máxima de cofinanciamento nos seguintes termos:

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e Fundo Social Europeu: entre 50% e 85%, dependendo da categoria das regiões (possibilidade de alguns aumentos de acordo com as regras específicas do Fundo Social Europeu)

- Objetivo de Cooperação Territorial Europeia: 85%

- Fundo de Coesão: 85%

- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas: 75% (possibilidade de alguns aumentos em determinadas condições)

- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural: entre 53% e 85% (possibilidade de alguns aumentos em determinadas condições)

Encontram-se previstas disposições específicas para Programas que utilizem instrumentos financeiros, Programas para o desenvolvimento local orientado para a comunidade e ainda para a Iniciativa para o Emprego dos Jovens.

## **11.3. Elegibilidade das despesas**

De forma a ser elegível, a despesa tem de ser contraída por um beneficiário e paga entre a data em que o Programa foi apresentado à Comissão (ou 1 de Janeiro de 2014 se esta data for anterior) e 31 de Dezembro de 2023.

Relativamente à Iniciativa para o Emprego dos Jovens, as despesas são elegíveis desde 1 de Setembro de 2013.

A elegibilidade das despesas é determinada com base nas regras nacionais, exceto nos casos em que estão previstas regras específicas no Regulamento das Disposições Comuns ou regras específicas relativas aos fundos, nomeadamente no

que respeita a Cooperação Territorial Europeia em que foi introduzida uma nova hierarquia de normas.

O Regulamento (UE) n.º 2015/779 prevê o pagamento de um pré-financiamento adicional para Programas Operacionais apoiados pela Iniciativa para o Emprego dos Jovens.

Tendo em conta que a Comissão examina e aprova as contas anualmente, os procedimentos de fecho dos Programas não serão tão intensivos e exaustivos como no Período de Programação 2007-2013.

O pagamento do saldo final estará sujeito ao mesmo processo de análise e aprovação de contas anual para o exercício contabilístico final.

## **12. Recursos financeiros**

### **12.1. Considerações gerais**

Todas as regiões europeias podem beneficiar do apoio dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no Período de Programação 2014-2020, no entanto foram efetuadas várias alterações na ligação entre os objetivos da política, o âmbito de intervenção e o método de dotação dos recursos financeiros da União Europeia.

No que concerne à Política de Coesão determinou-se que todos os tipos de regiões teriam um objetivo de política comum, isto é, o investimento no crescimento e no emprego conforme estabelecido na Estratégia Europa 2020.

Na senda deste objetivo, todas as regiões podem beneficiar do mesmo âmbito de intervenção mas com diferentes níveis de intensidade, conforme previsto nas regras sobre concentração temática.

O objetivo da Cooperação Territorial Europeia a desenvolver posteriormente tornou-se um objetivo independente a par do investimento no crescimento e no emprego.

O nível de apoio depende da posição de cada região face ao PIB *per capita* médio da União Europeia a 27.

Em relação à Política de Coesão e ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, o Regulamento das Disposições Comuns estabelece uma distinção entre três categorias de regiões:

- Regiões menos desenvolvidas: regiões em que o PIB *per capita* é inferior a 75% do PIB médio da UE a 27

- Regiões de transição: regiões em que o PIB *per capita* se situa entre 75% e 90% do PIB médio da UE a 27

- Regiões mais desenvolvidas: regiões em que o PIB *per capita* é superior a 9 % do PIB médio da UE a 27

Para garantir que a quota do Fundo Social Europeu nos recursos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento ao nível europeu atinge, pelo menos, 23,1% foi fixada uma quota mínima para cada Estado-Membro.

No que respeita ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, as dotações financeiras são determinadas com base em critérios específicos do setor, tais como a dimensão e a relevância socioeconómica do setor das pescas e da aquacultura em cada região.

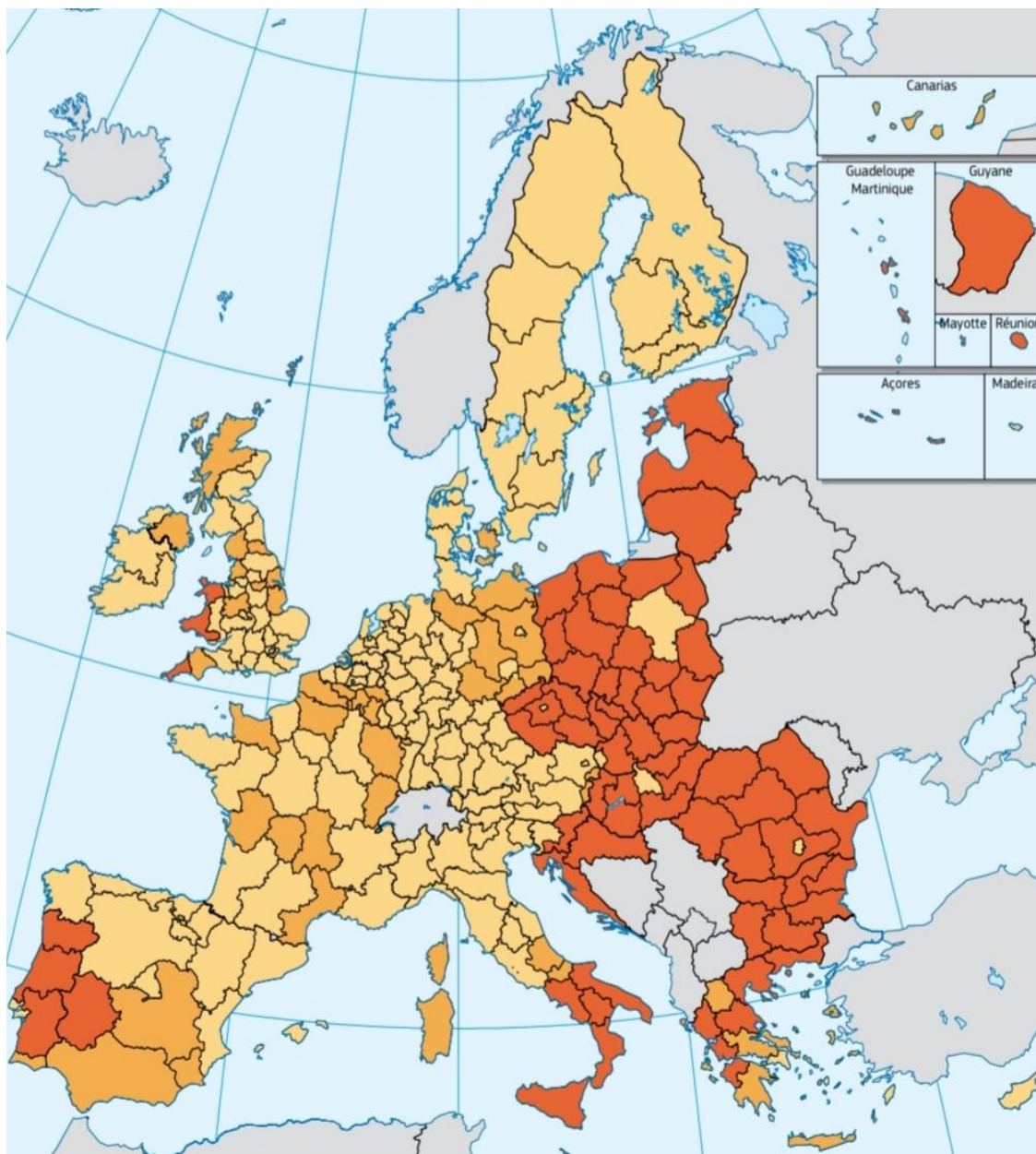
## **CATEGORIAS DE REGIÕES PARA O FEDER, FSE E FEADER**

### **PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020**

- Laranja: regiões menos desenvolvidas

- Amarelo torrado: regiões de transição

- Amarelo: regiões mais desenvolvidas



[illegible]

Lista das regiões menos desenvolvidas:

- **Bulgária:** Severozapaden, Severen tsentralen, Severoiztochen, Yugoiztochen, Yugozapaden, Yuzhen tsentralen
- **República Checa:** Střední Čechy, Jihozápad, Severozápad, Severovýchod, Jihovýchod, Střední Morava, Moravskoslezsko
- **Estónia:** todo o país
- **Grécia:** Anatoliki Makedonia, Thraki, Kentriki Makedonia, Thessalia, Ipeiros, Dytiki Ellada
- **Espanha:** Extremadura
- **França:** Guadalupe, Martinica, Guiana, Reunião, Maiote
- **Croácia:** Jadranska Hrvatska, Kontinentalna Hrvatska
- **Itália:** Campânia, Puglia, Basilicata, Calábria, Sicília
- **Letónia:** todo o país
- **Lituânia:** todo o país
- **Hungria:** Közép-Dunántúl, Nyugat-Dunántúl, Dél-Dunántúl, Észak-Magyarország, Észak-Alföld, Dél-Alföld
- **Polónia:** Łódzkie, Małopolskie, Śląskie, Lubelskie, Podkarpackie, Świętokrzyskie, Podlaskie, Wielkopolskie, Zachodniopomorskie, Lubuskie, Dolnośląskie, Opolskie, Kujawsko-Pomorskie, Warmińsko-Mazurskie, Pomorskie
- **Portugal:** Norte, Centro, Alentejo, Região Autónoma dos Açores
- **Roménia:** Nord-Vest, Centru, Nord-Est, Sud-Est, Sud-Muntenia, Sud-Vest Oltenia, Vest
- **Eslovénia:** Vzhodna Slovenija
- **Eslováquia:** Západné Slovensko, Stredné Slovensko, Východné Slovensko
- **Reino Unido:** Cornualha e Ilhas Scilly, País de Gales Ocidental e Valleys



### 12.3. Regiões de transição

Cerca de 10% dos recursos para investimento no crescimento e no emprego são atribuídos a regiões de transição, ou seja, regiões em que o PIB *per capita* se situa entre 75% e 90% do Produto Interno Bruto médio da UE a 27.



Lista das regiões de transição:

- **Bélgica:** Prov. do Hainaut, Prov. de Liège, Prov. do Luxemburgo, Prov. de Namur
- **Dinamarca:** Sjælland
- **Alemanha:** Brandenburg–Nordost, Brandenburg–Südwest, Mecklenburg-Vorpommern, Lüneburg, Chemnitz, Dresden, Sachsen-Anhalt, Thüringen
- **Grécia:** Dytiki Makedonia, Ionia Nisia, Sterea Ellada, Peloponnisos, Voreio Aigaio, Kriti
- **Espanha:** Castilla-La Mancha, Andaluzia, Região de Múrcia, Cidade Autónoma de Melilla, Canárias
- **França:** Picardia, Baixa Normandia, Nord-Pas de Calais, Lorraine, Franche-Comté, Poitou-Charentes, Limousin, Auvergne, Languedoc-Roussillon, Córsega
- **Itália:** Abruzzo, Molise, Sardenha
- **Malta:** todo o país Áustria: Burgenland
- **Portugal:** Algarve
- **Reino Unido:** Tees Valley e Durham, Cumbria, Lancashire, Merseyside, East Yorkshire e Northern Lincolnshire, South Yorkshire, Lincolnshire, Shropshire e Staffordshire, Devon, Highlands e Islands, Irlanda do Norte



The map displays the administrative divisions of Europe. The legend indicates that yellow regions are part of the European Union, white regions are other regions, and grey areas represent non-EU countries. Specific territories listed in the legend include Canarias, Guadeloupe, Martinique, Guyane, Mayotte, Réunion, Açores, and Madeira.

Lista das regiões mais desenvolvidas:

- **Bélgica:** Região de Bruxelas-Capital / Brussels Hoofdstedelijk Gewest, Prov. de Antuérpia, Prov. de Limburgo, Prov. de Oost-Vlaanderen, Prov. de Vlaams-Brabant, Prov. de West-Vlaanderen, Prov. de Brabant Wallon
- **República Checa:** Praga
- **Dinamarca:** Hovedstaden, Syddanmark, Midtjylland, Nordjylland
- **Alemanha:** Estugarda, Karlsruhe, Freiburg, Tübingen, Oberbayern, Niederbayern, Oberpfalz, Oberfranken, Mittel-franken, Unterfranken, Schwaben, Berlim, Bremen, Hamburgo, Darmstadt, Gießen, Kassel, Braunschweig, Hannover, Weser-Ems, Düsseldorf, Colónia, Münster, Detmold, Arnsberg, Koblenz, Trier, Rheinhessen-Pfalz, Saarland, Leipzig, Schleswig-Holstein
- **Irlanda:** Border, Midland e Western, Southern e Eastern
- **Grécia:** Ática Espanha: Galiza, Principado das Astúrias, Cantábria, País Basco, Comunidade Foral de Navarra, La Rioja, Aragão, Comunidade de Madrid, Castela e Leão, Catalunha, Comunidade Valenciana, Ilhas Baleares, Cidade Autónoma de Ceuta
- **França:** Île-de-France, Champagne-Ardenne, Haute-Normandie, Centro, Borgonha, Alsácia, Pays de la Loire, Bretanha, Aquitânia, Midi-Pirenéus, Rhône-Alpes, Provença-Alpes-Côte d'Azur
- **Itália:** Piemonte, Valle d'Aosta/Vallée d'Aoste, Liguria, Lombardia, Província Autónoma de Bolzano/Bozen, Província Autónoma de Trento, Veneto, Friuli-Venezia Giulia, Emilia-Romagna, Toscana, Umbria, Marche, Lazio
- **Chipre:** todo o país Luxemburgo: todo o país Hungria: Közép-Magyarország Países Baixos: Groningen, Friesland, Drenthe, Overijssel, Gelderland, Flevoland, Utrecht, Noord-Holland, Zuid-Holland, Zeeland, Noord-Brabant, Limburg
- **Áustria:** Niederösterreich, Viena, Kärnten, Steiermark, Oberösterreich, Salzburgo, Tirol, Vorarlberg
- **Polónia:** Mazowieckie

- **Portugal:** Lisboa, Região Autónoma da Madeira
- **Roménia:** Bucureşti–Ilfov
- **Eslovénia:** Zahodna Slovenija
- **Eslováquia:** Bratislavský kraj
- **Finlândia:** Itä-Suomi, Pohjois-Suomi, Etelä-Suomi, Länsi-Suomi, Åland  
Suécia: Estocolmo, Östra Mellansverige, Småland med öarna, Sydsverige, Västsverige, Norra Mellansverige, Mellersta Norrland, Övre Norrland
- **Reino Unido:** Northumberland e Tyne and Wear, Cheshire, Greater Manchester, North Yorkshire, West Yorkshire, Derbyshire e Nottinghamshire, Leicestershire, Rutland e Northamptonshire, Herefordshire, Worcestershire e Warwickshire, West Midlands, East Anglia, Bedfordshire e Hertfordshire, Essex, Inner London, Outer London, Berkshire, Buckinghamshire e Oxfordshire, Surrey, East e West Sussex, Hampshire e Isle of Wight, Kent, Gloucestershire, Wiltshire e área de Bristol/Bath, Dorset e Somerset, País de Gales Oriental, Este da Escócia, Sudoeste da Escócia, Nordeste da Escócia

### 13. Distribuição do Orçamento Global

Para o Período de Programação 2014-2020 encontra-se estipulado um Orçamento Global no valor de 644.968.114.838 de Euros distribuído em termos das verbas totais recebidas pelos Estados-Membros da seguinte forma (Euros):

Alemanha	44.665.029.432
Áustria	10.661.439.607
Bélgica	6.088.807.066
Bulgária	11.726.434.774
Chipre	1.169.711.707
Croácia	12.649.077.221
Dinamarca	2.316.556.332

Eslováquia	19.519.934.024
Eslovénia	4.957.978.700
Espanha	56.312.764.847
Estónia	5.778.977.270
Finlândia	8.435.156.442
França	45.945.653.656
Grécia	26.780.353.657
Hungria	29.649.648.926
Itália	75.164.545.566
Irlanda	6.139.651.993
Letónia	6.907.158.888
Lituânia	9.997.322.964
Luxemburgo	456.419.829
Malta	1.023.899.401
Países Baixos	3.802.586.489
Polónia	104.916.178.208
Portugal	33.048.473.013
Roménia	36.741.999.556
Suécia	8.053.025.537
Reino Unido	26.694.835.147
República Checa	32.693.408.527

#### **14. As transferências financeiras entre Portugal e a União Europeia**

As transferências financeiras entre Portugal e a União Europeia refletem, do lado da despesa, a contribuição de Portugal em Recursos Próprios para o Orçamento Geral da UE e, do lado da receita, o recebimento das participações da UE no cofinanciamento de projetos apoiados por fundos europeus.

Em termos de financiamento nacional, importa analisar o impacto no orçamento nacional das contribuições a nível da União Europeia.

#### **14.1. Transferências de Portugal para a União Europeia**

Para o Período de Programação 2014-2020 encontra-se estipulado um Orçamento Global no valor de 644.968.114.838 de Euros sendo 461.117.013.415 de Euros provenientes da União Europeia obtidos através de direitos aduaneiros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e Rendimento Nacional Bruto (RNB) da União e 183.851.101.422 de Euros a título de financiamento nacional.

No atual sistema de financiamento existem três fontes principais de receita da União Europeia:

- Recurso próprio baseado no Rendimento Nacional Bruto fixado anualmente no quadro do processo orçamental tendo como base uma taxa de mobilização relativamente à soma dos rendimentos nacionais brutos a preços de mercado dos Estados-Membros
- Recurso próprio do IVA, através da aplicação de uma taxa uniforme sobre a matéria coletável harmonizada do imposto
- Recursos próprios tradicionais constituídos pelos direitos aduaneiros cobrados nas fronteiras externas a que acrescem as quotizações à produção e armazenamento do açúcar e isoglucose

Por outro lado, Portugal financia ainda a compensação ao Reino Unido, bem como a redução do recurso próprio do Rendimento Nacional Bruto a favor da Áustria, Dinamarca, Holanda e Suécia.

Os valores apresentados para os recursos próprios tradicionais traduzem a última previsão elaborada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, sendo de destacar que em 2018 deixaram de ser devidas quotizações sobre o sector do açúcar e da isoglucose por força do Regulamento (UE) n.º 1308/2013.

<b>Transferências de Portugal para a UE</b>	<b>2018 (milhões de Euros)</b>
Recursos próprios tradicionais	178.2
Recursos próprios IVA	289.5
Recursos próprios RNB	1.302.5
Financiamento/redução do RNB	
Áustria/Dinamarca/Holanda/Suécia	13.5
Compensação ao Reino Unido	105.5
Diversos <sup>19</sup>	0
Restituições e reembolsos <sup>20</sup>	0
Despesas de cobrança <sup>21</sup>	-35.6

## **15. O Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos**

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos é o pilar central do Plano de Investimento para a Europa cujo objetivo consiste na luta contra a falta de confiança e de investimentos que resultou da crise económica e financeira e na utilização da liquidez das instituições financeiras, empresas e indivíduos num contexto de escassez dos recursos públicos.

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos apoia investimentos estratégicos em domínios fundamentais, como as infraestruturas, eficiência energética, energias renováveis, investigação e inovação, ambiente, agricultura, tecnologia digital, educação, saúde e projetos sociais.

---

<sup>19</sup> Inclui os Ajustamentos aos recursos próprios IVA e RNB de exercícios anteriores e Juros respeitantes a Recursos Próprios

<sup>20</sup> Inclui os montantes recebidos por Portugal referentes a correções de anos anteriores nos recursos próprios

<sup>21</sup> Despesas de cobrança previstas no n.º 3 do Artigo 2.º da Decisão do Conselho n.º 2007/436/CE, Euratom, de 7 de Junho, relativa ao Sistema de Recursos Próprios da Comunidade Europeia correspondente a 25% dos Recursos Próprios Tradicionais cobrados, com redução de 25% para 20% no âmbito da Decisão do Conselho n.º 2014/335/UE Euratom a partir de 1 de Outubro de 2016

Para além disso, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos ajuda as pequenas empresas em fase de arranque a crescer e a expandir-se através da disponibilização de financiamento de risco.

Neste âmbito, a Comissão colabora com o Banco Europeu de Investimento que protege as perdas de primeiro grau e disponibiliza financiamento para projetos de risco mais elevado do que o normal.

A decisão de considerar um projeto elegível para apoio do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos é tomada por um comité de investimento independente.

Uma das principais vantagens deste fundo consiste no facto de não existirem quotas por setor ou país sendo que o financiamento é puramente baseado na procura.

O impacto no défice dos Estados-Membros das suas contribuições ara o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos determina-se após a adoção das modalidades jurídicas específicas e consequente estrutura de governo do fundo.

Caso um Estado-Membro não disponha dos fundos necessários e contraia um empréstimo com vista a contribuir para o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, tal implica um aumento da dívida pública.

Por outro lado, a concessão de uma garantia ao Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos por parte de um Estado-Membro não tem qualquer incidência imediata no défice ou na dívida até ao momento em que a garantia seja acionada – caso seja acionada – limitando-se nesse caso a incidência ao montante mobilizado.

As contribuições diretas dos Estados-Membros a favor dos projetos, incluindo plataformas de investimento, podem assumir as mais diversas formas como, por exemplo, participações no capital, empréstimos, garantias, entre outros.

Com relação às participações sociais:

- Remuneração a taxa de mercado semelhante a investidor privado: sem impacto no déficit

- Operação financiada por empréstimo público: possível incidência nos níveis da dívida

Relativamente aos empréstimos:

- Sem incidência no déficit salvo existência de elementos indicativos de não reembolso

- Operação financiada por empréstimo público: implicações nos níveis da dívida

No caso das subvenções, a operação financeira tem uma dupla incidência, direta no déficit e indireta na dívida, caso seja financiada mediante um empréstimo público.

Caso os Estados-Membros utilizem os recursos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, a parte nacional do cofinanciamento tem incidência no déficit e se a operação for financiada por um empréstimo público, esta pode ter uma incidência nos níveis da dívida.

A parte europeia do cofinanciamento é contabilizada como uma operação financeira, pelo que não tem qualquer incidência nas contas públicas.

Um Estado-Membro pode ponderar a possibilidade de contribuir para o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e para os projetos individuais, incluindo as plataformas de investimento, através de um banco nacional de fomento.

Neste caso, a incidência depende da classificação do banco nacional de fomento pertencer ou não ao setor público.

Na eventualidade de os bancos serem classificados como pertencentes ao setor público, a incidência será idêntica à que ocorreria se o investimento tivesse sido realizado pelo próprio Estado.



Caso os bancos sejam classificados como não pertencentes ao setor público, cabe determinar se os bancos nacionais de fomento realizam o investimento ou contribuem para o projeto por conta do Estado.

Se for o caso, a operação é inscrita nas contas públicas e os fundos desembolsados por conta do Estado são equiparados a despesas públicas e, conseqüentemente, os passivos incorridos para obter esses fundos são equiparados a dívida pública.

#### **16. Dados relevantes acerca dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento**

	<b>Planeado</b>	<b>Decidido</b>	<b>Implementado</b>
Empresas (número)	1.117.669	634.531	193.294
Start-Ups (número)	159.195	89.374	35.034
Novos Empregos Diretos Full Time (número)	422.536	284.298	42.745
Novos turistas por ano (número)	36.322.816	37.891.264	5.071.565
Reciclagem de lixo (toneladas/ano)	5.296.207	1.786.566	47.745

Melhoria abastecimento água (pessoas)	12.461.962	8.507.437	241.468
Conservação de habitats (hectares)	6.704.553	6.997.753	1.409.669
Agricultura biológica (hectares)	11.205.662	-	15.891.685
Investimento Energias Renováveis (Euros)	2.553.204.011	426.065.298	255.265.515
Jovens Agricultores (números)	177.889	106.640	52.379
Produção Pescas (toneladas)	189.112	-	40.280
Áreas Protegidas Natura 2000	106 700 km2	-	100 km2
Produção Aquacultura (toneladas)	776.982	-	252.733
Apoio às PME (números)	-	-	3.341.231
Migrantes e minorias apoiados (pessoas)	-	-	2.439.024
Jovens Inativos (pessoas)	-	-	1.416.647

## **PARTE II**

### **FUNDO SOCIAL EUROPEU**

#### **1. Evolução histórica e enquadramento geral**

O processo de integração na União Europeia pressupõe uma convergência multissetorial dos países de modo a garantir a homogeneidade a nível económico e social do bloco europeu.

No entanto, o nível de desenvolvimento em Portugal, assim como noutros países no momento da adesão encontrava-se abaixo do progresso de determinados Estados-Membros o que conduziu à necessidade de adoção de medidas de nivelamento das economias através dos fundos europeus, tendo-se verificado, nos anos seguintes, um efetivo desenvolvimento económico.

O Fundo Social Europeu foi instituído pelo Tratado de Roma em 1957 sendo o mais antigo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, caracteriza-se pelo ajustamento na concentração de esforços de forma a corresponder aos desafios de cada momento.

Nos primeiros anos do pós-guerra, o Fundo Social Europeu tinha como principal missão a gestão da migração dos trabalhadores dentro da Europa, posteriormente o foco alterou-se para o combate ao desemprego entre os jovens e os menos qualificados.

Durante a década de 60, o Fundo Social Europeu teve uma importância residual atentas as boas condições económicas da altura, tendo servido para colmatar as mudanças estruturais decorrentes do mercado comum no setor do emprego, apoiando a reconversão do trabalho e aumentando a mobilidade da mão-de-obra.

Com os novos problemas económicos e o crescente desemprego dos anos 70 criado pela modernização dos setores agrícola e industrial surgiu a necessidade de harmonização das políticas sociais.

No âmbito das reformas levadas a cabo, ao Fundo Social Europeu foram entregues mais recursos para categorias específicas tendo o mesmo sido elegível para os setores da agricultura em 1972 e dos têxteis em 1975.

O método de atribuição do Fundo Social Europeu sofreu alterações nomeadamente com a introdução de um sistema de aprovação prévio dos projetos.

Na verdade, as preocupações centraram-se no desemprego entre os jovens e a discriminação sexual, de idosos e de deficientes no mercado de trabalho.

Durante a década de 80, a Europa assistiu a uma mudança estrutural na economia com o crescimento do setor dos serviços associado ao desenvolvimento e aplicação das novas tecnologias.

As grandes indústrias perderam importância económica em detrimento do setor dos serviços o que provocou o aumento da procura por mão-de-obra qualificada e o aumento do desemprego de longo prazo.

No sentido de dar resposta a esta situação, o Fundo Social Europeu vocacionou-se para a formação profissional dos trabalhadores em novas tecnologias.

No entanto, a reforma do Fundo Social Europeu ocorreu com o segundo alargamento (1981 e 1986), a definição da Política de Coesão e a integração do planeamento plurianual orçamental comunitário.

Em 1997, o Fundo Social Europeu orientou a sua atuação para o emprego através de formação generalizada e acessível, com a finalidade de dotação dos trabalhadores de qualificações de relevo para o mercado de trabalho.

Por outro lado, o fenómeno do envelhecimento da população trouxe um problema de sustentabilidade às estruturas de Segurança Social daí que o Fundo

Social Europeu atue no sentido de prolongar o tempo útil dos empregados mais velhos para que se verifique uma melhor adaptação às necessidades do mercado de trabalho.

De facto, nos primeiros anos do século XXI tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade de a Europa competir com outras regiões do mundo em termos de custos de produção.

Tomando isso em consideração, a estratégia da União Europeia passou pela realização de uma economia baseada no conhecimento que garanta a manutenção do modelo europeu de proteção social previsto na Estratégia de Lisboa.

Perante os últimos alargamentos, o Fundo Social Europeu manteve a preocupação de garantir a alocação de fundos para os países menos desenvolvidos.

## **2. Descrição**

O Fundo Social Europeu<sup>22</sup> é o principal instrumento da União Europeia para promover o emprego e garantir oportunidades de trabalho mais justas para todos os cidadãos europeus.

---

22

- Regulamento Delegado (UE) 2019/379 da Comissão
- Regulamento Delegado (UE) 2018/1127 da Comissão
- Regulamento Delegado (UE) 2017/2416 da Comissão
- Regulamento Delegado (UE) 2017/2016 da Comissão
- Regulamento Delegado (UE) 2017/90 da Comissão
- Retificação do Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho
- Decisão de Execução (UE) 2016/1941 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2016/1916 da Comissão
- Retificação do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho
- Regulamento Delegado (UE) 2016/812 da Comissão
- Regulamento Delegado (UE) 2016/568 da Comissão
- Regulamento Delegado (UE) 2015/2195 da Comissão
- Regulamento de Execução (UE) 2015/1974 da Comissão
- Regulamento Delegado (UE) 2015/1970 da Comissão
- Decisão de Execução da Comissão C (2014) 2082

O objetivo fulcral do Fundo Social Europeu consiste no apoio à criação de mais e melhores empregos na União Europeia através do cofinanciamento de projetos locais, regionais e nacionais que melhorem os níveis de emprego e a abrangência do mercado de trabalho nos Estados-Membros e nas respetivas regiões.

Desta forma, o Fundo Social Europeu pode a curto prazo atenuar as consequências das crises económicas, especialmente no que toca ao aumento do desemprego e dos níveis de pobreza bem como a longo prazo, contribuir para a reconversão da economia, com mais emprego e um mercado de trabalho mais inclusivo.

Por isso, o Fundo Social Europeu dedica especial atenção à Igualdade de Oportunidades protegendo os mais desfavorecidos na sociedade e ajudando-os a encontrar oportunidades no mercado de trabalho.

Outras áreas de intervenção do Fundo Social Europeu dizem respeito à melhoria das oportunidades educativas e dos serviços públicos em benefício dos candidatos a emprego, trabalhadores e empresas.

Recentemente, o Fundo Social Europeu desempenhou um papel significativo na mitigação dos efeitos da crise económico-financeira atendendo à sua utilização flexível e multidisciplinar.

Para o Período de Programação 2014-2020, os objetivos concernem à:

- Competitividade regional e emprego com vista a reforçar a competitividade, emprego e a atracção pelo investimento regional
- Convergência para estimular o crescimento e o emprego nas regiões menos desenvolvidas

- 
- Regulamento Delegado (UE) n.º 480/2014 da Comissão
  - Decisão de Execução da Comissão C (2014) 974
  - Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho

### **3. Funcionamento**

O Fundo Social Europeu financia uma variedade de projetos que visam melhorar as perspectivas de emprego dos cidadãos europeus e os respetivos empregos.

A disponibilização do Fundo Social Europeu aos Estados-Membros e às regiões implica que as organizações e os indivíduos interessados num determinado projeto contatem a autoridade de gestão do fundo no país.

Os projetos do Fundo Social Europeu são submetidos e geridos por diversas organizações (beneficiárias) incluindo administração pública, organizações de trabalhadores e de empregadores, organizações não-governamentais, instituições de solidariedade e empresas.

Os indivíduos que participam num projeto do Fundo Social Europeu são denominados participantes e incluem, por exemplo, trabalhadores com mais idade que procuram formação em novas competências, jovens candidatos a emprego pessoas que procuram aconselhamento acerca da abertura de negócio próprio.

Desta forma, o Fundo Social Europeu financia pequenos projetos geridos por associações de bairro para ajudar pessoas com deficiência a encontrarem emprego adequado até projetos nacionais que promovem a formação profissional de toda a população.

A natureza, dimensão e objetivos dos projetos financiados pelo Fundo Social Europeu dizem respeito a uma ampla variedade de grupos-alvo da sociedade.

Desta forma, cada Estado-Membro em parceria com a Comissão Europeia, seleciona um ou vários Programas Operacionais que descrevem as prioridades para as atividades e os objetivos para o correspondente Período de Programação.

Por um lado, a definição de estratégia é efetuada a nível da União Europeia, e por outro, a implementação do financiamento do Fundo Social Europeu é da responsabilidade dos Estados-Membros e regiões.

Os Estados-Membros designam as autoridades nacionais de gestão do Fundo Social Europeu que são responsáveis pela seleção dos projetos, pela atribuição dos financiamentos e pela avaliação do progresso e resultados dos projetos.

Igualmente procede-se à nomeação das autoridades de certificação e de auditoria para monitorizar e garantir a conformidade das despesas com os regulamentos do Fundo Social Europeu.

A implementação do Fundo Social Europeu no terreno obtém-se através das autoridades nacionais, regionais e locais, instituições de educação e formação, organizações não-governamentais, setor do voluntariado, parceiros sociais (sindicatos e câmaras do trabalho, associações industriais e profissionais e empresas individuais).

Em termos de funcionamento, existem dois importantes princípios que guiam o funcionamento do Fundo Social Europeu:

- Cofinanciamento: o financiamento do Fundo Social Europeu é sempre acompanhado por um investimento público ou privado sendo que as taxas de variam entre 50% e 85% (95 % em casos excecionais) do custo total do projeto, dependendo da riqueza relativa da região
- Gestão partilhada: permite que as responsabilidades sejam assumidas no nível adequado e que os Programas Operacionais sejam negociados entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia

A implementação no terreno é gerida pelas autoridades relevantes de cada país.

#### **4. Prioridades**

A Comissão e os Estados-Membros da União Europeia definem em parceria as prioridades do Fundo Social Europeu e respetiva distribuição.



A primeira prioridade respeita ao aumento da adaptabilidade dos trabalhadores com novas competências e das empresas com novos mecanismos de trabalho.

A segunda prioridade concerne à necessidade de ajudar as pessoas de grupos desfavorecidos a conseguirem emprego através da valorização da inclusão social.

#### **4.1. Reforçar o emprego e a mobilidade**

O objetivo primordial do Fundo Social Europeu reside em garantir aos cidadãos europeus melhores perspectivas de emprego seja na criação de novos empregos, no apoio aos candidatos a empregos ou na manutenção do emprego na Europa.

Todavia, o Fundo Social Europeu presta especial atenção aos grupos mais desfavorecidos socialmente atento o benefício significativo a registar posteriormente.

De destacar os desempregados de longa duração que se encontram a obter novas competências e a readquirir motivação para o ingresso no mercado de trabalho.

Nas indústrias em declínio, o Fundo Social Europeu proporciona aos empregados novas competências produtivas e oportunidades, nomeadamente para novos setores em crescimento.

Quanto ao papel da família na sociedade, os pais encontram ao seu dispor unidades de acolhimento para as crianças e regimes de trabalho flexíveis.

#### **4.1.1. Promover o acesso ao emprego**

O Fundo Social Europeu financia projetos que ajudam milhões de pessoas desempregadas a encontrar trabalho.

Além disso, presta especial enfoque àqueles que, por qualquer razão, têm maior dificuldade na obtenção de emprego.

Por outro lado, o Fundo Social Europeu apoia a mobilidade profissional, nomeadamente no âmbito das competências linguísticas e dos estágios profissionais.

Os desempregados de longa duração – frequentemente desencorajados e inativos – recebem motivação, orientação e novas competências para regressar ao mercado de trabalho.

Acresce que o Fundo Social Europeu incentiva o empreendedorismo, por exemplo, as mulheres nos meios rurais são incentivadas a ter autonomia através de atividades nos mercados turísticos e locais.

Igualmente os artistas e os profissionais criativos recebem formação e aconselhamento comercial de que necessitam para oferecer serviços inovadores às empresas.

#### **4.1.2. Criar oportunidades para os jovens**

Os jovens que abandonaram os seus estudos ou formação académica e se encontram à procura de emprego podem enfrentar grandes obstáculos.

Para além disso, a crise financeira e económica originou níveis de desemprego muitíssimo elevados neste grupo etário e, por essa razão, o Fundo Social Europeu aloca recursos significativos para ajudar os jovens a dar os primeiros passos no mercado de trabalho.

Neste sentido, o Fundo Social Europeu financia milhares de projetos e programas em toda a Europa que ajudam os jovens a obter o saber-fazer e as oportunidades de que necessitam para ingressar na vida ativa.

Uma das prioridades é ajudar aqueles que neste momento não trabalham, não estudam ou não seguem uma formação académica, os denominados NEET.

Muitas das atividades do Fundo Social Europeu oferecem oportunidades de formação para conferir aos jovens candidatos a emprego as competências e qualificações mais procuradas no mercado laboral, incluindo as competências ecológicas.

Tendo em conta que os jovens menos qualificados têm maior probabilidade de ficarem desempregados, os projetos do Fundo Social Europeu visam proporcionar a esta faixa etária as competências profissionais necessária para salvaguardar a estabilidade no emprego.

Os projetos do Fundo Social Europeu ajudam os jovens com orientação profissional individual, técnicas de entrevista, elaboração dos currículos, acompanhamento do processo de candidatura a um emprego e durante os primeiros meses de trabalho.

A formação de aprendizes, os estágios em empresas e os estágios laborais de curta duração merecem forte apoio por parte do Fundo Social Europeu.

A mobilidade é um dos eixos de ação das atividades do Fundo Social Europeu porquanto os projetos em curso proporcionam aos jovens competências linguísticas e os estágios laborais no estrangeiro permitem a deslocação dentro da União Europeia para os países nos quais se verifique a procura das suas competências e qualificações.

O apoio suplementar concedido aos jovens surge através da Iniciativa para o Emprego dos Jovens que disponibiliza um montante mínimo de seis mil milhões de Euros às regiões e aos indivíduos mais afetados pelo desemprego e pela inatividade dos jovens.

Para o Período de Programação em curso 2014-2020, a Iniciativa Emprego Jovem conta com um orçamento global no valor de 10.346.810.463 de Euros e centra-se nos jovens que não trabalham e não estudam e nas regiões que registam taxas de desemprego dos jovens superiores a 25%.

A Iniciativa Emprego Jovem visa garantir que o nível de apoio por jovem é suficiente para que sejam alcançados resultados significativos num curto espaço de tempo.

De outra parte, a Iniciativa Emprego Jovem pretende assegurar que todos os jovens com menos de 25 anos recebem uma proposta de qualidade relativa a um emprego, uma formação contínua, uma aprendizagem ou um estágio, no prazo de quatro meses após saírem do sistema de ensino ou ficarem desempregados.

Paralelamente, o Fundo Social Europeu está a conceder uma importante ajuda financeira às necessárias reformas estruturais a longo prazo e ao investimento no futuro dos jovens e da economia.

#### **4.1.3. Apoiar o desenvolvimento de carreiras**

À medida que a globalização avança a passos largos, é necessário que os trabalhadores da União Europeia sejam mais adaptáveis e abertos à mudança para que possam melhorar a sua empregabilidade.

Com o apoio do Fundo Social Europeu, os empregadores antecipam os requisitos futuros em matéria de competências e proporcionam aos trabalhadores oportunidades de desenvolvimento necessárias para se adaptarem às novas tecnologias e aos novos mercados, principalmente digitais.

O Fundo Social Europeu incentiva uma gestão de carreira mais ativa, em especial ajudando as pessoas a reconhecer e a antecipar as necessidades futuras das suas carreiras através de programas de aprendizagem ao longo da vida.

O Fundo Social Europeu apoia esquemas de mobilidade de trabalhadores que incentivem os indivíduos a deslocar-se para regiões onde haja mais e melhores ofertas de emprego.

Além disso, os projetos do Fundo Social Europeu promovem o envelhecimento ativo entre os trabalhadores e os candidatos a emprego mais velhos.

Estes projetos encorajam a melhoria das competências com a frequência de ações de formação sobre novas competências, utilização de novas tecnologias e alterações às práticas de trabalho em parceria com os empregadores.

Daí que estejam a ser utilizadas abordagens individualizadas para incentivar os mais velhos a manterem-se profissionalmente ativos durante mais tempo e a continuarem a dar o seu valioso contributo para a sociedade.

Simultaneamente, existem iniciativas específicas que incentivam as empresas a contratar candidatos a emprego mais velhos.

#### **4.1.4. Promover o acesso à educação**

O Fundo Social Europeu ajuda os mais jovens a prosseguir os estudos e a obter as qualificações necessárias para um emprego ou carreira e assegura um maior acesso a educação de alta qualidade para crianças de grupos desfavorecidos e minorias.

Muitos dos projetos do Fundo Social Europeu para reduzir o abandono escolar precoce adotam uma abordagem individualizada, isto é, os estudantes identificados como estando em risco são acompanhados e aconselhados quanto às suas aspirações profissionais e às qualificações de que necessitam sendo que nas escolas, os professores e os conselheiros de orientação profissional recebem formação para identificar e acompanhar estes jovens.

Noutros projetos, as famílias de jovens em risco são incentivadas a esforçar-se para manter os alunos na escola.

O Fundo Social Europeu apoia igualmente a realização de programas televisivos, iniciativas *on-line*, concursos, exposições, espetáculos e eventos orientados para a tecnologia para que os estudantes compreendam as oportunidades que o setor técnico das tecnologias da informação pode oferecer.

#### **4.1.5. Facilitar o acesso ao ensino superior**

A proporção de empregos altamente qualificados na economia mundial aumenta gradualmente e a Europa necessita de mais pessoas com educação superior.

O Fundo Social Europeu financia melhorias inovadoras no ensino superior, com o apoio de parcerias com a indústria.

Por conseguinte, o Fundo Social Europeu investe fortemente no alargamento do acesso às universidades e faculdades.

Deste modo, os estudantes originários de grupos vulneráveis e sub-representados como é o caso das minorias étnicas são ajudados a progredir para o ensino superior, assim como os estudantes seniores.

Por outro lado, as instituições de ensino superior recebem incentivos para desenvolver currículos e métodos de ensino novos e inovadores o que contribui para uma maior abertura dos recursos educativos, possibilitando oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para os trabalhadores e candidatos a emprego que necessitem de atualizar as suas competências.

O Fundo Social Europeu opera nas parcerias e trabalho em rede entre universidades, escolas de formação profissional e empregadores locais e regionais, de forma a apresentar os estudantes aos potenciais empregadores e assegurar às

empresas que as qualificações dos diplomados correspondem aos e percursos profissionais disponíveis.

Os projetos do Fundo Social Europeu oferecem aos estudantes cursos de empreendedorismo, resolução de problemas e competências criativas que complementam os estudos e ajudam na preparação para o mercado de trabalho.

#### **4.1.6. Formação eficaz**

O Fundo Social Europeu pretende construir uma cultura de formação e aprendizagem ao longo da vida que permita aos trabalhadores e empregadores manter as suas competências atualizadas.

Em colaboração com os parceiros sociais, os projetos do Fundo Social Europeu promovem o desenvolvimento de competências e a formação, em especial no domínio das competências como as novas tecnologias, as línguas e o empreendedorismo.

Por um lado, os organismos de formação profissional recebem ajuda para alinhar a sua atividade com as exigências do mercado de trabalho através de planos de aprendizagem e estágios empresariais.

De forma a melhorar a mobilidade dos trabalhadores, os planos de certificação de qualidade da formação profissional de cada país encontram-se alinhados com os padrões europeus.

Adicionalmente, o Fundo Social Europeu incentiva as instituições de formação profissional e as universidades a aumentar a relevância e a abrangência dos cursos oferecidos de forma a garantir melhores perspetivas de emprego.

## **4.2. Igualdade de oportunidades para todos**

O Fundo Social Europeu ajuda indivíduos e grupos mais desfavorecidos a obter uma educação adequada ou encontrar emprego, nas diferentes vertentes:

- Combate à marginalização
- Promoção de empresas sociais
- Apoio a parcerias locais
- Adoção de práticas inclusivas

A exclusão social surge quando, por qualquer motivo, um indivíduo ou grupo enfrenta dificuldades ou sofre de discriminação em aspetos da sua vida quotidiana, como é o caso dos ex-reclusos, ex-toxicodependentes, minorias étnicas, imigrantes recentes com pouco conhecimento da língua, entre outros.

### **4.2.1. Promover empresas sociais**

O Fundo Social Europeu apoia ativamente a criação de empresas sociais enquanto fontes de emprego, em especial para pessoas que, por qualquer motivo, tenham dificuldade em conseguir emprego, por exemplo, os jovens desempregados de longa duração, pessoas com deficiência e habitantes de comunidades rurais.

As empresas sociais enquadram-se entre o setor público e privado e embora o seu propósito tenha um fundamento comercial, o principal objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida da comunidade em geral.

O apoio do Fundo Social Europeu pode implicar a formação em gestão dos administradores das empresas para a aquisição de competências nas áreas dos recursos humanos, legislação laboral, higiene e segurança.

Em alternativa, pode incluir as competências técnicas específicas exigidas por uma empresa, especialmente, conhecimento do setor turístico, competências de venda e marketing ou aconselhamento de empresas locais em fase de arranque.



O Fundo Social Europeu ajuda as empresas sociais na procura de apoio financeiro para as suas atividades avaliando a sua sustentabilidade a longo prazo.

#### **4.2.2. Apoiar parcerias locais**

O Fundo Social Europeu apoia parcerias entre organizações para encontrar e implementar soluções que, por exemplo, melhorem o acesso aos serviços de saúde.

O Fundo Social Europeu incentiva a inclusão dos parceiros sociais e das organizações não-governamentais nos projetos associados, nomeadamente quanto à inclusão social, igualdade de género e igualdade de oportunidades.

O apoio ao desenvolvimento local orientado para a comunidade é uma abordagem ascendente levada a cabo pelo fundo ao reconhecer que as pessoas e os grupos locais, em especial de comunidades relativamente isoladas já que estas detêm um maior conhecimento dos problemas locais e maior espírito de compromisso para o sucesso das ações a implementar.

#### **4.3. Serviços públicos de melhor qualidade**

Nos Estados-Membros e regiões menos desenvolvidas, os serviços públicos responsáveis pelo desenvolvimento e implementação de estratégias associadas ao emprego podem não dispor das competências necessárias para realizar os projetos de forma eficaz e rentável.

Por esse motivo, os projetos do Fundo Social Europeu ajudam a fortalecer a eficiência da administração pública na prestação de serviços em todos os setores de acordo com as seguintes prioridades:

- Instituições mais eficazes com um leque alargado de serviços disponibilizados aos cidadãos, trabalhadores e candidatos a emprego

- Parcerias para o progresso de forma a garantir a colaboração entre autoridades públicas e partes interessadas para a boa conceção e execução de programas

O apoio do Fundo Social Europeu inclui a modernização de instituições do mercado de trabalho, os serviços e centros de emprego, instituições do setor da saúde, entre outras.

O Fundo Social Europeu disponibiliza apoio para a melhoria da qualidade da educação e formação dos funcionários públicos e dos trabalhadores do setor público.

#### **4.3.1. Instituições mais eficazes**

A qualidade e a eficiência da administração pública são fatores fulcrais para o desenvolvimento socioeconómico das regiões e dos países.

Os Estados-Membros e as regiões menos desenvolvidas podem estar desprovidos das capacidades administrativas modernas para apoiar o emprego, por isso, os projetos financiados pelo Fundo Social Europeu ajudam a estabelecer os sistemas e competências necessários.

O Fundo Social Europeu financia programas de formação para os funcionários públicos, dotando-os das competências para implementação de sistemas de gestão modernos e serviços orientados para o candidato a emprego.

Neste âmbito, os projetos transnacionais assumem particular relevância já que os profissionais das regiões mais desenvolvidas da União Europeia concedem aconselhamento e apoio aos parceiros das instituições de outros países.

Uma área de atuação do Fundo Social Europeu respeita à implementação de sistemas modernos de tecnologia da informação por parte dos funcionários públicos de forma a proporcionar melhores serviços aos cidadãos, sejam eles

candidatos a emprego, trabalhadores à procura de formação ou cidadãos a interagir com administrações locais.

## **5. A Agenda de Lisboa**

A estratégia global da União Europeia é a Agenda de Lisboa, que tem por objetivo tornar a Europa na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos, maior coesão social e respeito pelo ambiente.

A Agenda de Lisboa enquanto plano de desenvolvimento estratégico da União Europeia foi sujeita a aprovação pelo Conselho Europeu em Lisboa em Março de 2000.

Na verdade, muitos dos instrumentos políticos e financeiros da União Europeia funcionam como apoio da Agenda de Lisboa entre os quais, a Política de Coesão que tem por objetivo reduzir as disparidades económicas e sociais entre os países e as regiões no seio do espaço comunitário.

À luz da necessidade de aumentar a competitividade e o emprego num cenário de globalização e de envelhecimento da população, a Estratégia Europeia de Emprego proporciona uma estrutura de coordenação para os Estados-Membros da União Europeia acordarem prioridades e objetivos comuns nesta matéria.

Estas políticas comuns dos diferentes países são consideradas nas Orientações para o Emprego e integradas nos Programas Nacionais de Reforma preparados individualmente para os Estados-Membros.

A Agenda Social Europeia também desempenha um papel na moldagem das prioridades de aplicação do Fundo Social Europeu uma vez que procura atualizar o modelo social europeu com a modernização do mercado de trabalho e dos sistemas de proteção social para que os trabalhadores e as empresas possam beneficiar das oportunidades criadas pela dinâmica internacional, avanços tecnológicos.

## **6. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros cofinanciados pelo Fundo Social Europeu constituem uma forma eficiente e sustentável de investir no crescimento e desenvolvimento de pessoas e nas suas competências para promover os objetivos de emprego e inclusão social em toda a União Europeia.

Estes instrumentos podem apoiar um grande número de objetivos de desenvolvimento destinados a vários beneficiários, podendo ser reutilizados para novos investimentos.

O Fundo Social Europeu tem como objetivo promover o emprego e oportunidades de trabalho e vida mais justas e o apoio pode ser concedido através de subvenções e, cada vez mais, através de instrumentos financeiros.

No Período de Programação 2007-2013, um total de 49 instrumentos financeiros dedicados principalmente ao apoio das Pequenas e Médias Empresas foram implementados em sete Estados-Membros para financiar intervenções do Fundo Social Europeu.

Os instrumentos financeiros podem ser cofinanciados pelo Fundo Social Europeu para apoiar as prioridades de investimento definidas nos Programas Operacionais do Fundo Social Europeu dos Estados-Membros e regiões, desde que colmatem falhas de mercado.

Por exemplo, quando não existe financiamento suficiente para que as pessoas assumam projetos não-empresariais, quando o mercado não oferece capital suficiente às empresas em fase de arranque ou quando grupos de pessoas/comunidades deslocadas carecem de financiamento para uma reintegração bem-sucedida na educação ou nos mercados de trabalho.

Um vasto conjunto de instrumentos financeiros apoiados pelo Fundo Social Europeu poderão ser implementados:

i) Empréstimos que podem ser concedidos para que as pessoas criem as suas próprias empresas ou continuem a sua formação, a empresas sociais e a instituições que trabalhem com comunidades marginalizadas

ii) Microcréditos destinados a pessoas por vezes excluídas do acesso a serviços financeiros, designadamente, a concessão de empréstimos a empresas sociais, jovens empreendedores ou desempregados para que estes adquiram formação profissional especializada

iii) Garantias no caso de jovens empreendedores ou empresas sociais que visem a criação de mais postos de trabalho nomeadamente com desempregados de longa duração

iv) Capital próprio para empresas que criam novos e sustentáveis postos de trabalho ou focadas em tecnologias inovadoras para a solução de problemas sociais existentes

É também possível contribuir com recursos do Fundo Social Europeu para instrumentos financeiros geridos ao nível da União Europeia, tais como aqueles que promovem o microfinanciamento e o empreendedorismo social ao abrigo do Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social<sup>23</sup>.

## **7. Programas Operacionais**

O Fundo Social Europeu apoia atualmente alguns eixos dos Programas Operacionais.

---

<sup>23</sup> O Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social é gerido diretamente pela Comissão e reúne três programas da União Europeia: PROGRESS, EURES e o Instrumento de Microfinanciamento Progress que promovem a mobilidade profissional (Eixo EURES), o acesso ao microfinanciamento e o empreendedorismo social (Eixo Microfinanciamento e Empreendedorismo Social) e a modernização da política de emprego e da política social (Eixo PROGRESS). Para o Período 2014-2020, o Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social engloba um orçamento de 919.469.000 de Euros

Cada um destes Programas Operacionais cofinancia projetos e ações alinhados com as suas prioridades.

As prioridades definidas são concretizadas através de tipologias de intervenção, distribuídas por eixos, em cada Programa Operacional.

Os programas operacionais cofinanciados pelo Fundo Social Europeu são:

- Programa Operacional Capital Humano
- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
- Programa Operacional da Região Norte (Norte 2020)
- Programa Operacional da Região Centro (Centro 2020)
- Programa Operacional da Região de Lisboa (Lisboa 2020)
- Programa Operacional da Região do Alentejo (Alentejo 2020)
- Programa Operacional da Região do Algarve (Algarve 2020)
- Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira (Madeira 14-20)
- Programa Operacional da Região Autónoma dos Açores (Açores 2020)
- Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT 2020)

## **8. Período de Programação 2014-2020**

Durante o Período de Programação 2014-2020, o Fundo Social Europeu disponibiliza fundos para apoiar de forma concreta, as pessoas que precisam de encontrar emprego ou se manterem nos atuais postos de trabalho.

Através da educação e formação dos trabalhadores, o Fundo Social Europeia contribuirá para a promoção de uma força laboral europeia competitiva.

O Fundo Social Europeu pretende combater a pobreza e a exclusão social entre os grupos vulneráveis como as minorias étnicas (como o povo cigano), os idosos, os pais solteiros ou os migrantes.

Para aumentar o impacto destas medidas, o apoio do Fundo Social Europeu encontra-se limitado em termos das prioridades alinhadas com a estratégia europeia para o crescimento e o emprego.

Já vimos que o Fundo Social Europeu representa cerca de 18,7% do Orçamento para o Período de Programação 2014-2020 dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, ou seja, 120.723.282.076 de Euros.

O valor supra mencionado é distribuído em Euros da seguinte forma pelos países:

Alemanha	12.539.858.484
Áustria	875.739.295
Bélgica	2.174.389.125
Bulgária	1.721.132.821
Chipre	134.479.184
Croácia	1.664.397.675
Dinamarca	410.953.277
Eslováquia	2.461.341.865
Estónia	682.199.621
Eslovénia	898.461.998
Espanha	10.246.108.520
Finlândia	1.036.525.784
França	9.810.363.498
Grécia	5.039.444.058
Hungria	5.611.332.729
Itália	17.465.261.710
Irlanda	952.740.814
Letónia	717.111.529
Lituânia	1.288.825.262

Luxemburgo	40.112.446
Malta	132.366.810
Países Baixos	1.030.771.060
Polónia	15.203.007.190
Portugal	8.817.480.458
Roménia	5.433.971.234
Suécia	1.439.876.740
Reino Unido	8.692.473.270
República Checa	4.202.555.619

Em termos de temas, o Fundo Social Europeu encontra-se repartido:

- i) Sustentabilidade e qualidade ambiental 40.269.160.696 Euros
- ii) Orientação vocacional e educacional 39.197.064.256 Euros
- iii) Inclusão social 31.343.706.333 Euros
- iv) Assistência técnica 5.213.978.150 Euros
- v) Eficiência da administração pública 4.699.372.641 Euros

Do orçamento do Fundo Social Europeu para o Período de Programação 2014-2020 no valor de 120.723.282.076 de Euros já foram gastos cerca de 54.788.185.654 de Euros.



### **PARTE III**

## **FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

### **1. Evolução histórica e enquadramento geral**

O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural surge nos primórdios da Comunidade Económica Europeia (CEE) no sentido de dar resposta à grande carência de produtos alimentares registada após a II Guerra Mundial.

Este Fundo redonda na Política Agrícola Comum dos anos 50 prevista no Tratado da Comunidade Económica Europeia cujo desígnio consistia no estabelecimento de uma produção estável e controlada associada a um sistema de preços protecionista tendo em vista a eliminação da carência de produtos alimentares.

Os objetivos da Política Agrícola Comum de então implicavam o aumento da produtividade agrícola de forma a assegurar o aumento dos rendimentos dos agricultores, estabilização dos mercados agrícolas e garantia de oferta de produtos a preços acessíveis para os consumidores.

Neste âmbito, a política agrícola comunitária cobrava um imposto alfandegário em relação às importações agrícolas fora do espaço da Comunidade Económica Europeia sendo que as receitas se destinavam a financiar as exportações agrícolas a um preço mais baixo com relação aos concorrentes diretos.

Por outro lado, os produtos agrícolas foram divididos em três sectores com diferentes níveis de proteção, o nível de maior proteção incluía a maioria dos cereais, leite e produtos derivados, azeitonas, açúcar, entre outros e os órgãos comunitários detinham autorização para a compra destes bens em caso de excesso de produção.

O nível intermédio abrangia a produção de ovos e a Política Agrícola Comum somente intervinha na cobrança de impostos aos produtos importados,

por último, o terceiro nível detinha uma implantação residual no seio da comunidade sendo mínima a interferência comunitária.

De referir a criação do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) em 1962 dividido na Secção Garantia referente ao controlo dos mercados comunitários agrícolas (nivelamento dos preços e incentivo às exportações) e a Secção Guia alusiva à modernização e diversificação das unidades de produção e definição de linhas de circulação dos produtos.

A Política Agrícola Comum atingiu um enorme sucesso tendo em conta a situação de excedente que se verificou, no entanto, ao beneficiar grandes áreas de produção conduziu à diminuição dos trabalhadores no sector agrícola.

Por outro lado, a Política Agrícola Comum foi alvo de inúmeras reformas, especialmente em 1972 com a introdução de três orientações, designadamente, a modernização dos métodos de produção agrícola e das células de produção, o abandono da actividade agrícola e a formação dos agricultores.

No sentido de limitar a actividade agrícola procedeu-se à aplicação de quotas de produção durante a década de 80 ao mesmo tempo que o Conselho Europeu decidiu pela restrição ao aumento das despesas associadas à política agrícola.

As preocupações subjacentes à Política Agrícola Comum alteraram-se ao longo das décadas, nomeadamente com a adoção de novas políticas comunitárias e especialmente a política ambiental.

Desta feita, a segurança alimentar e a qualidade da produção passaram a ser questões em cima da mesa conduzindo inclusivamente à introdução de rótulos de qualidade e reconhecimento dos produtos europeus.

Neste momento, a estratégia de atuação da Política Agrícola Comum consiste na aposta na qualidade e especificidade regional dos produtos agrícolas em detrimento da quantidade numa ótica de apoio aos pequenos e médios produtores.

## 2. Descrição

O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural constitui o instrumento financeiro do Segundo Pilar da Política Agrícola Comum da União Europeia e permite aos Estados-Membros alcançar os objetivos europeus da política de desenvolvimento rural, designadamente, o progresso das áreas rurais, o fortalecimento do setor agrícola e florestal sob o ponto de vista territorial e ambiental, a melhoria da competitividade das empresas agrícolas, florestais e agroalimentares, o apoio às economias rurais e a melhoria da qualidade de vida nas zonas em causa.

Por outro lado, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural contribui para a realização da Estratégia Europa 2020 através da promoção do desenvolvimento rural sustentável em toda a União Europeia, em complementaridade com os outros instrumentos da Política Agrícola Comum, a Política de Coesão e a Política Comum das Pescas.

Nesta medida, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural<sup>24</sup> tem como objetivos o incentivo da competitividade da agricultura, a gestão sustentável

---

<sup>24</sup> Em termos de regulamentação comunitária do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural temos:

- Decisão de Execução da Comissão de 12 de Dezembro de 2014, C (2014) 9896 que aprova o Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal-Continente para apoio pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- Decisão de Execução (UE) 2019/265 da Comissão
- Regulamento Delegado (UE) 2019/94 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2018/1841 da Comissão
- Regulamento de Execução (UE) 2018/1077 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2018/793 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2018/304 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2018/301 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2017/2014 da Comissão
- Retificação da Decisão de Execução (UE) 2017/2014 da Comissão
- Regulamento (UE) 2017/2393 do Parlamento Europeu e do Conselho
- Decisão de Execução (UE) 2017/1144 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2017/927 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2017/926 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2016/2018 da Comissão

dos recursos naturais e ações no domínio do clima e o desenvolvimento territorial equilibrado das economias e comunidades rurais, nomeadamente com a criação e manutenção de emprego.

- 
- Retificação do Regulamento (UE) n.º1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho
  - Decisão de Execução (UE) 2016/1059 da Comissão
  - Decisão de Execução (UE) 2016/942 da Comissão
  - Decisão de Execução (UE) 2016/941 da Comissão
  - Retificação da Decisão de Execução (UE) 2016/417 da Comissão
  - Decisão de Execução (UE) 2016/417 da Comissão
  - Decisão de Execução (UE) 2015/2098 da Comissão
  - Regulamento de Execução (UE) 2015/1975 da Comissão
  - Regulamento Delegado (UE) 2015/1971 da Comissão
  - Decisão de Execução (UE) 2015/1119 da Comissão
  - Regulamento Delegado (UE) 2015/791 da Comissão
  - Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão
  - Regulamento Delegado (UE) n.º 807/2014 da Comissão
  - Decisão de Execução (UE) 2017/264 da Comissão
  - Decisão de Execução da Comissão de 26 de Outubro de 2016 C (2016) 7016 que aprova a alteração do programa de desenvolvimento rural de Portugal-Continente e que altera a Decisão de Execução C (2014) 9896
    - Regulamento de Execução (UE, Euratom) n.º 1046/2018 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Julho relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União
    - Regulamento Delegado (UE) n.º 480/2014 da Comissão de 3 de Março
    - Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro
    - Regulamento de Execução (UE) n.º 1077/2018 da Comissão de 30 de Julho
    - Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão de 17 de Julho
    - Regulamento (UE) 2393/2017 do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de Dezembro
    - Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro
    - Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014 da Comissão de 17 de Julho
    - Regulamento de Execução (UE) n.º 809/2014 da Comissão de 17 de Julho
    - Regulamento de Execução (UE) n.º 701/2018 da Comissão de 8 de Maio
    - Regulamento de Execução (UE) n.º 908/2014 da Comissão de 6 de Agosto
    - Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro
    - Regulamento Delegado (UE) n.º 641/2014 da Comissão de 16 de Junho
    - Regulamento (UE) n.º 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro
    - Regulamento de Execução (UE) n.º 834/2014 da Comissão de 22 de Julho
    - DL n.º 137/2014 de 12 de Setembro

### **3. Política e programas de desenvolvimento rural**

A política europeia de desenvolvimento rural contempla o sistema de pagamentos diretos aos agricultores e as medidas de gestão dos mercados agrícolas, o denominado Primeiro Pilar da Política Agrícola Comum.

Nesta senda, a política de desenvolvimento rural da União Europeia é financiada através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural que contempla um orçamento de cerca 152.072.297.613 de Euros para o Período de Programação 2014-2020.

O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural apoia a política europeia em matéria de desenvolvimento rural mediante o financiamento de programas de desenvolvimento rural em todos os Estados-Membros e regiões da União Europeia.

Os programas de desenvolvimento rural são concebidos pela Comissão Europeia e pelos Estados-Membros de acordo com as orientações estratégicas da política de desenvolvimento rural adotada pelo Conselho bem como pelas prioridades estabelecidas nos diversos planos estratégicos nacionais.

De tal forma que os Estados-Membros podem apresentar um programa único para todo o território, isto é, um conjunto de programas regionais ou, em casos devidamente fundamentados, apresentar um programa nacional e um conjunto de programas regionais desde que seja assegurada a coerência entre as estratégias dos respetivos programas.

Assim sendo, os países e as regiões da União Europeia elaboram os respetivos programas de desenvolvimento rural que devem incidir em pelo menos quatro das seguintes prioridades:

i) Fomento da transferência de conhecimentos e inovação nos setores agrícola e florestal nas zonas rurais

ii) Reforço da viabilidade e competitividade de todos os tipos de agricultura e incentivo das tecnologias agrícolas inovadoras e da gestão sustentável das florestas

iii) Promoção da organização de cadeias alimentares, bem-estar animal e gestão de riscos na agricultura

iv) Restauro, preservação e melhoria dos ecossistemas relacionados com a agricultura e as florestas

v) Promoção da utilização eficiente dos recursos e apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal

vi) Promoção da inclusão social, redução da pobreza e desenvolvimento económico das zonas rurais

Na verdade, as prioridades do desenvolvimento rural estão subdivididas em áreas de intervenção, as chamadas áreas prioritárias como é o caso da redução das emissões de gases com efeito de estufa e de amoníaco provenientes da agricultura e da promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura.

Desta forma, os países e as regiões da União Europeia estabelecem objetivos quantificados para as áreas prioritárias nos programas de desenvolvimento rural e, subsequentemente definem medidas adequadas para realização dos objetivos traçados e repartição das verbas comunitárias.

Tendo em vista a realização das prioridades da União Europeia em termos de desenvolvimento rural, os Estados-Membros podem incluir nos programas subprogramas temáticos que digam respeito a jovens agricultores, pequenas explorações agrícolas, zonas de montanha, cadeias de abastecimento curtas, mulheres nas zonas rurais e atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas.

Os subprogramas temáticos podem também dar resposta às necessidades específicas ligadas à reestruturação dos setores agrícolas com um impacto significativo no desenvolvimento de uma zona rural específica.

Cada medida de desenvolvimento rural é programada para contribuir especificamente para a realização de uma ou várias prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural, particularmente:

- i) Transferência de conhecimentos e ações de informação
- ii) Serviços de aconselhamento, gestão agrícola e substituição nas explorações agrícolas
- iii) Regimes de qualidade para os produtos agrícolas e géneros alimentícios
- iv) Investimentos em ativos físicos
- v) Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e introdução de medidas de prevenção adequadas
- vi) Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas
- vii) Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais
- viii) Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas
- ix) Florestação e criação de zonas arborizadas
- x) Implantação de sistemas agroflorestais
- xi) Prevenção e reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos
- xii) Investimentos para a melhoria do valor ambiental dos ecossistemas florestais
- xiii) Investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais

- xiv) Criação de agrupamentos e organizações de produtores
- xv) Agroambiente e clima
- xvi) Agricultura biológica
- xvii) Pagamentos a título da rede Natura 2000 e da Diretiva-Quadro da Água
- xviii) Designação e pagamento a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas
- xix) Bem-estar dos animais
- xx) Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas
- xxi) Cooperação
- xxii) Gestão de riscos
- xxiii) Seguro de colheitas, animais e plantas
- xxiv) Fundos mutualistas para fenómenos climáticos adversos, doenças dos animais e das plantas, pragas e incidentes ambientais
- xxv) Instrumento de estabilização dos rendimentos

Pelo menos 30% do financiamento de cada Programa de desenvolvimento rural deve ser canalizado para medidas estratégicas na área do ambiente e das alterações climáticas bem como pelo menos 5% devem estar afetos ao Programa Leader<sup>25</sup>.

Para o Período de Programação 2014-2020 estão previstos 118 Programas de desenvolvimento rural sendo que o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural encontra-se orientado para três objetivos principais:

- i) Fomentar a competitividade do setor agrícola

---

<sup>25</sup> Portaria n.º 152/2016 de 25 de Maio que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 10.2. «Implementação das estratégias» integrada na medida n.º 10 «LEADER» da área n.º 4 «Desenvolvimento local» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente



ii) Garantir a gestão sustentável dos recursos naturais e da ação climática

iii) Alcançar um desenvolvimento territorial equilibrado das economias e comunidades rurais, incluindo a criação e a manutenção do emprego

Em Portugal, temos o Programa de Desenvolvimento Rural no continente e dois Programas nos Açores e na Madeira.

#### **4. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros cofinanciados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural configuram um mecanismo eficiente e sustentável de investimento no crescimento e desenvolvimento de pessoas, empresas e recursos nos setores agrícola e silvícola assim como na economia rural tendo em conta o apoio a um grande número de objetivos de desenvolvimento destinados a vários beneficiários.

Os apoios a conceder no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural podem revestir a natureza de subvenções, reembolsáveis ou não reembolsáveis, prémios ou ainda de uma combinação destes, conforme estabelecido na legislação europeia e na regulamentação específica aplicável e podem consistir:

i) Reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, incluindo amortizações

ii) Reembolso de contribuições em espécie

iii) Tabelas normalizadas de custos unitários

iv) Montantes fixos até cem mil Euros de contribuição pública

v) Financiamento através de taxa fixa, determinado pela aplicação de uma percentagem a uma ou mais categorias de custos estabelecidas segundo uma das seguintes opções:

a) Taxa fixa até 25 % dos custos diretos elegíveis para cobrir os restantes custos de uma operação

b) Taxa fixa até 15 % dos custos diretos elegíveis com pessoal para cobrir os restantes custos de uma operação

A procura de instrumentos financeiros cofinanciados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural tem vindo a aumentar desde 2007 e, em particular, na sequência da crise económica e financeira que reduziu os orçamentos disponíveis para as áreas rurais e para a agricultura.

Os instrumentos financeiros apoiam a implementação de variadas medidas no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, desde que colmatem falhas de mercado identificadas, isto é, áreas em que os bancos não estão dispostos a emprestar e/ou quando o setor privado não está disposto a investir, nomeadamente em pequenas explorações agrícolas ou em novas empresas agrícolas sem um histórico de crédito suficiente ou sem ativos suficientes como garantia.

Os instrumentos financeiros podem assim contribuir para a concretização da maior parte das prioridades estabelecidas da União Europeia para o desenvolvimento rural:

i) Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos sectores agrícola e florestal e nas zonas rurais

ii) Reforçar a competitividade de todos os tipos de agricultura e reforçar a viabilidade das explorações agrícolas

iii) Promover a organização de cadeias alimentares

iv) Promover a utilização eficiente de recursos e apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal

v) Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais, em particular no que toca à criação de pequenas empresas e criação de postos de trabalho

Os instrumentos financeiros no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural encontram-se disponíveis para todos os potenciais beneficiários na agricultura, silvicultura e zonas rurais que estejam envolvidos em projetos de investimento financeiramente viáveis e poderão consistir em:

- Empréstimos por exemplo para ajudar os agricultores a diversificar as fontes de rendimento com o agroturismo ou negócios no setor alimentar, tais como restaurantes de gastronomia local, apoio ao investimento para os jovens agricultores, investimentos na compra de máquinas agrícolas que visem a melhoria do desempenho global das explorações agrícolas e a sua sustentabilidade

- Microcréditos destinados a pessoas excluídas do acesso a serviços financeiros, frequentemente disponibilizados a curto prazo e com pouca ou nenhuma exigência de garantia

- Garantias quando se tratam de situações em que é possível assegurar ao mutuante que o seu capital será reembolsado em caso de incumprimento do pagamento dos empréstimos por parte do mutuário

- Capital próprio, quando o capital investido numa empresa tem como contrapartida a aquisição total ou parcial dessa empresa sendo que, o investidor pode assumir o controlo parcial da gestão da empresa, receber parte dos lucros da mesma e vender numa fase posterior as ações adquiridas obtendo novamente lucro

Os instrumentos financeiros podem também ser concedidos conjuntamente com subvenções e outras formas de ajuda sendo que os serviços de aconselhamento e outros apoios podem ser subvencionados.

Deste modo, os instrumentos financeiros cofinanciados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural contribuem para o desenvolvimento a longo

prazo e diversificação do setor agrícola e estímulo de projetos comercialmente viáveis.

Sendo certo que o acesso a financiamento é tipicamente oneroso e difícil para as empresas nos setores agrícola e silvícolas consideradas de risco elevado por parte dos bancos, a verdade é que, determinados projetos podem tornar-se investimentos mais atraentes devido à consequente partilha de riscos.

Por último, uma despesa não pode ser cofinanciada pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e por outro fundo estrutural mas uma operação pode receber apoio de um ou vários Fundos Europeus Estruturais e de Investimento ou de um ou vários programas e de outros instrumentos da União, desde que o documento de despesa indicado no pedido de pagamento não receba apoio de outro Fundo ou instrumento da União, nem apoio do mesmo Fundo no âmbito de outro programa.

As taxas de contribuição do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural dependem das regiões, sendo a taxa mínima de 20%.

## **5. Período de Programação 2014-2020**

O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural representa cerca de 23,6% do Orçamento global dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o Período de Programação 2014-2020, isto é, 152.072.297.613 de Euros.

O valor supra mencionado é distribuído em Euros da seguinte forma pelos países:

Alemanha	14.122.430.624
Áustria	7.698.430.486
Bélgica	1.325.979.591
Bulgária	2.912.024.673
Chipre	243.310.145

Croácia	2.383.294.500
Dinamarca	1.198.733.046
Eslováquia	2.099.199.698
Estónia	994.168.441
Eslovénia	1.107.212.666
Espanha	12.277.996.489
Finlândia	5.673.785.072
França	16.677.768.192
Grécia	5.832.201.866
Hungria	4.176.963.451
Itália	20.912.944.077
Irlanda	3.921.659.593
Letónia	1.531.595.209
Lituânia	2.027.916.292
Luxemburgo	368.137.198
Malta	129.769.197
Países Baixos	1.271.264.053
Polónia	13.612.211.430
Portugal	4.971.501.761
Roménia	9.644.992.671
Suécia	4.411.494.228
Reino Unido	6.774.673.421
República Checa	3.770.639.543

Em termos de temas, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural encontra-se repartido:

i) Competitividade das Pequenas e Médias Empresas 43.158.520.056 Euros

- ii) Proteção ambiental e eficiência de recursos 38.742.946.764 Euros
- iii) Adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos 32.391.947.364 Euros
- iv) Inclusão social 16.323.073.475 Euros
- v) Economia com baixo teor de carbono 6.927.290.005 Euros
- vi) Procura e investigação 3.872.204.681 Euros
- vii) Emprego sustentável e de qualidade 3.458.944.907 Euros
- viii) Assistência técnica 3.401.578.818 Euros
- ix) Tecnologias de informação e comunicação 1.903.686.424 Euros
- x) Orientação vocacional e educacional 1.723.752.100 Euros
- xi) Medidas descontinuadas 168.353.019 Euros

Do orçamento do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural para o Período de Programação 2014-2020 no valor de 152.072.297.613 de Euros já foram gastos cerca de 127.650.864.770 de Euros.

## **PARTE IV**

### **FUNDO DE COESÃO**

#### **1. Descrição**

A proclamação do Fundo de Coesão ocorreu em 1993 com o Tratado de Maastrich já que na altura foi necessário tomar medidas no sentido de proporcionar aos novos países aderentes mecanismos e infra-estruturas.

Assim, os objetivos fulcrais do Fundo de Coesão eram o investimento em linhas de comunicação na área dos transportes, nomeadamente através de projetos conducentes a uma melhor qualidade de vida das populações europeias.

O Fundo de Coesão<sup>26</sup> visa reduzir as disparidades económicas e sociais tendo em vista o reforço da coesão económica, social e territorial da União Europeia tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

Para o Período de Programação, o Fundo de Coesão preconiza:

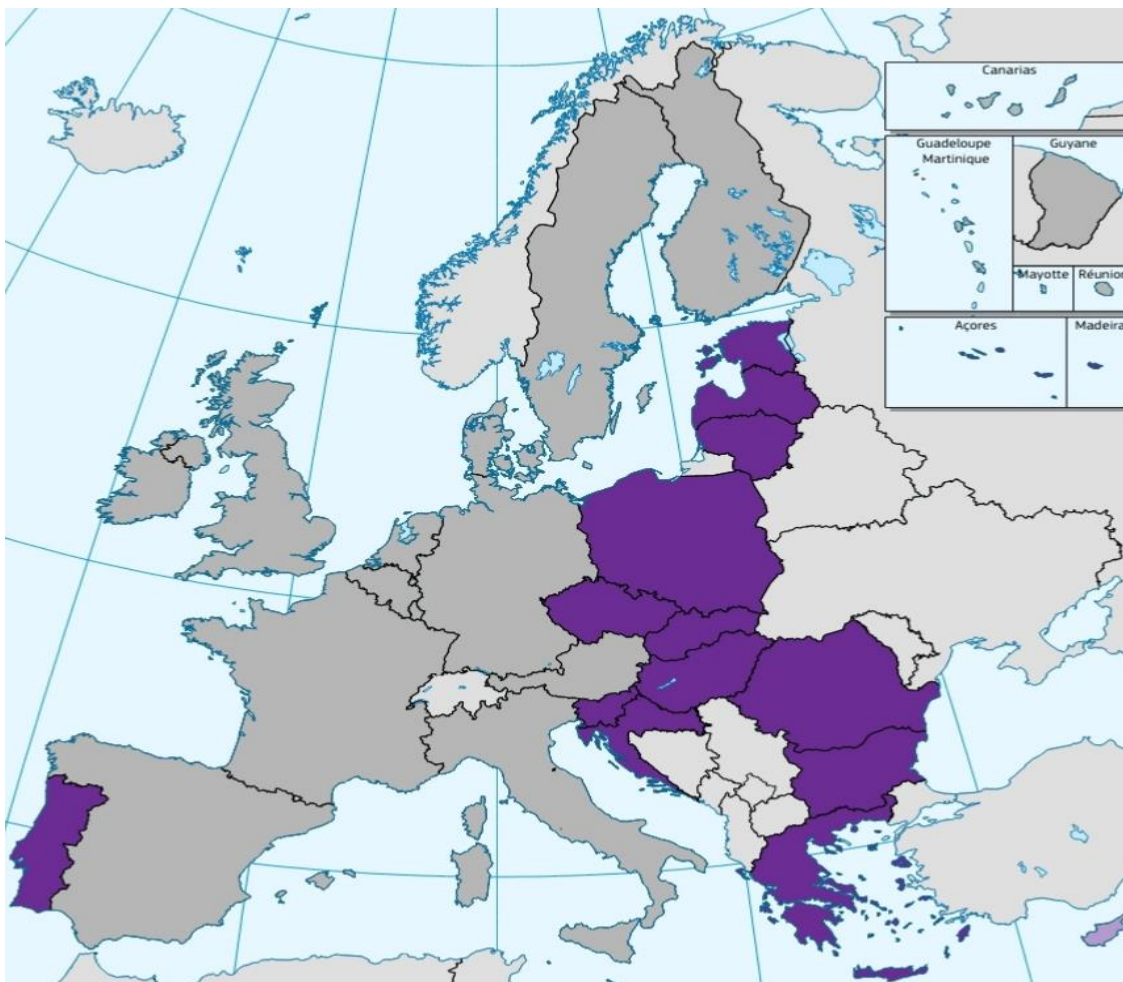
- i) Investimento no ambiente relacionado com o desenvolvimento sustentável e a energia
- ii) Redes transeuropeias no domínio das infraestruturas de transportes
- iii) A assistência técnica

O Fundo de Coesão destina-se a países cujo Rendimento Nacional Bruto por habitante inferior a 90% da média da União Europeia.

Para o Período de Programação 2014-2020, o Fundo de Coesão abrange os seguintes países: Bulgária, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, República Checa e Roménia.

---

<sup>26</sup> Artigo 177º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia



## 2. Objetivos

No Período de Programação 2014-2020, o Fundo de Coesão<sup>27</sup> pode intervir em áreas como a eficiência energética, as energias renováveis, os transportes

---

27

- Decisão de Execução (UE) 2016/1941 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2016/1916 da Comissão
- Regulamento Delegado (UE) 2016/568 da Comissão
- Regulamento de Execução (UE) 2015/1974 da Comissão
- Regulamento Delegado (UE) 2015/1970 da Comissão
- Decisão de Execução da Comissão C (2014) 2082
- Regulamento Delegado (UE) n.º 480/2014 da Comissão
- Decisão de Execução da Comissão C (2014) 974



ferroviários, fluviais e marítimos, os sistemas de transporte intermodais e a sua interoperabilidade, a gestão do tráfego rodoviário, marítimo e aéreo, o transporte urbano limpo e os transportes públicos.

Desde 2014 o Fundo de Coesão apoia projetos de infraestruturas dos transportes de valor acrescentado europeu no âmbito do novo Mecanismo Interligar a Europa.

No âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, o Fundo de Coesão apoia os objetivos temáticos:

- Apoio à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono em todos os sectores
- Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes
- Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão dos riscos
- Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos
- Reforço da capacidade institucional e eficiência das autoridades

A estrutura de financiamento projetada assenta em 28 Acordos de Parceria enviados pelos Estados-Membros que servirão de base à adoção dos respetivos Programas Operacionais.

### **3. Política de Coesão**

A Política de Coesão é a principal política de investimento da União Europeia e encontra-se vocacionada para apoiar a criação de emprego, a

competitividade empresarial, o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável e a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

A Política de Coesão da União Europeia atua em quatro áreas fundamentais com vista ao crescimento económico e à criação de emprego

i) Investigação e inovação

ii) Tecnologias da informação e da comunicação

iii) Aumento da competitividade das Pequenas e Médias Empresas

iv) Apoio à transição para uma economia assente num nível baixo de emissões de carbono

O objetivo até 2020 consiste em reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20%, aumentar a eficiência energética em 20% e gerar, no mínimo, 20% da energia consumida a partir de fontes renováveis.

Para 2050 a meta é mais ambiciosa e pretende reduzir as emissões de carbono em 85% a 90%.

A concretização destes objetivos desencadeia novas oportunidades de negócio como a investigação em tecnologias assentes com um nível reduzido de emissões de carbono e a criação de novos empregos verdes.

No Período de Programação 2007-2013 foram investidos 18,5 mil milhões de Euros provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão em áreas como as energias renováveis, a eficiência energética, os transportes urbanos não poluentes e as pistas para velocípedes.

Neste âmbito, os Estados-Membros elaboram Planos Nacionais de Ação para as Energias Renováveis para aumentar a quota de energias renováveis e Planos Nacionais de Ação para a Eficiência Energética para aumentar a eficiência energética.

Em termos de investigação e inovação em tecnologias assentes num nível reduzido de emissões de carbono, os Estados-Membros e as regiões utilizam o Plano Estratégico para as Tecnologias Energéticas da União Europeia.

#### **4. Período de Programação 2014-2020**

O Fundo de Coesão representa cerca de 11,6% do Orçamento global dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o Período de Programação 2014-2020, isto é, 74.818.734.998 Euros.

O valor supra mencionado é distribuído em Euros da seguinte forma pelos países:

Bulgária	2.680.361.349
Chipre	346.904.737
Croácia	2.952.653.717
Eslováquia	5.009.837.418
Eslovénia	1.075.349.290
Estónia	1.514.962.292
Grécia	3.841.962.067
Hungria	7.088.764.445
Letónia	1.587.546.708
Lituânia	2.410.491.327
Malta	256.167.188
Polónia	27.299.987.115
Portugal	3.366.755.490
Roménia	8.158.819.975
República Checa	7.228.171.880

Em termos de temas, o Fundo de Coesão encontra-se repartido:

i) Infra-estruturas de rede em transportes e energia 38.267.729.632 Euros

ii) Proteção ambiental e eficiência de recursos 19.975.925.042 Euros

iii) Economia com baixo teor de carbono 9.602.924.433 Euros

iv) Adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos 4.458.356.089 Euros

v) Assistência técnica 2.513.799.802 Euros

Do orçamento do Fundo de Coesão para o Período de Programação 2014-2020 no valor de 74.818.734.99 de Euros já foram gastos cerca de 36.063.016.440 de Euros.

## **PARTE V**

### **FUNDO EUROPEU DOS ASSUNTOS MARÍTIMOS E DAS PESCAS**

#### **1. Descrição**

Aproximadamente 90% do comércio externo e 43% do comércio interno da União Europeia opera por via marítima sendo que o setor europeu da construção naval representa 10% da produção mundial e é primeiro em termos de valor da produção.

No entanto, a utilização não sustentável dos mares e oceanos coloca em risco os ecossistemas marinhos e as atividades humanas que dependem do mar.

Por isso a Comissão Europeia quer proteger e desenvolver o património marítimo da Europa, garantindo, simultaneamente, uma exploração sustentável dos recursos marinhos.

Neste sentido, a Comissão adota a Política Comum das Pescas (PCP) de forma a garantir uma exploração sustentável dos recursos da pesca e uma abordagem integrada de todas as políticas relacionadas com questões marítimas.

A Política Marítima europeia procura responder à multiplicidade de desafios inerentes às questões marítimas como é o caso da poluição, o desenvolvimento costeiro com vista à criação de emprego e o controlo das fronteiras.

O Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas veio substituir o Fundo Europeu das Pescas (FEP) que vigorou entre 2007 e 2013 que, por sua vez, havia substituído o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP) que operou entre 2000 e 2006.

O Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas pretende contribuir para a realização dos objetivos da reforma das pescas, ajudar os

pescadores a fazerem face à transição para uma pesca sustentável e apoiar as comunidades costeiras na diversificação das suas economias.

Deste modo, o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas financia projetos que criem novos empregos e melhorem a qualidade de vida ao longo das costas europeias.

Um dos desígnios do Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas consiste em fornecer aos pescadores os incentivos necessários para tornar a pesca menos prejudicial para os ecossistemas marinhos, pôr termo à sobre-exploração e recuperar as unidades populacionais de peixes em declínio.

Ao mesmo tempo da recuperação dos ecossistemas, as comunidades dependentes da pesca devem encontrar novas fontes de rendimento e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas intervém no sentido de procurar formas inovadoras de aumentar o valor das capturas e diversificar as fontes de rendimento das populações.

Para além de tudo isto, o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos<sup>28</sup> e das Pescas encontra-se ao serviço da Agenda Social da Comissão tanto que os

---

28

- Regulamento (UE) n.º 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de Maio
- Regulamento Delegado (UE) 2015/1930 da Comissão
- Regulamento (UE) 2019/497 do Parlamento Europeu e do Conselho
- Regulamento Delegado (UE) 2016/568 da Comissão
- Decisão de execução da Comissão de 30 de Novembro de 2015
- Decisão de execução da Comissão de 18 de Junho de 2014
- Decisão de execução da Comissão de 15 de Julho de 2014
- Decisão de execução da Comissão de 11 de Junho de 2014
- Regulamento de Execução (UE) 2015/1974 da Comissão de 8 de Julho de 2015
- Regulamento de Execução (UE) 2015/207 da Comissão de 20 de Janeiro de 2015
- Regulamento de Execução (UE) n.º 964/2014 da Comissão de 11 de Setembro de 2014
- Regulamento de Execução (UE) n.º 821/2014 da Comissão de 28 de Julho de 2014
- Regulamento de Execução (UE) n.º 215/2014 da Comissão de 7 de Março de 2014
- Regulamento de Execução (UE) n.º 184/2014 da Comissão de 25 Fevereiro 2014
- Regulamento (UE) n.º 1379/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Dezembro de 2013

cônjuges, que assumem frequentemente um papel fundamental nas empresas de pesca familiares, podem obter apoio para formação ou para outras atividades económicas relacionadas com a pesca.

Em termos práticos, cada país elabora um Programa Operacional para o período em questão, especificando como tenciona utilizar os fundos que lhe são atribuídos, após a aprovação deste programa pela Comissão, cabe ao Estado-Membro decidir quais os projetos a financiar.

Tanto a elegibilidade das ações a apoiar como a execução do programa cabem aos Estados-Membros e à Comissão.

- 
- Regulamento Delegado (UE) 2015/2252 da Comissão de 30 de Setembro de 2015
  - Regulamento Delegado (UE) 2015/852 da Comissão de 27 de Março de 2015
  - Regulamento Delegado (UE) 2015/616 da Comissão de 13 de Fevereiro de 2015
  - Regulamento Delegado (UE) 2015/895 da Comissão de 2 de Fevereiro de 2015
  - Regulamento Delegado (UE) 2015/288 da Comissão de 17 de Dezembro de 2014
  - Regulamento Delegado (UE) 2015/531 da Comissão de 24 de Novembro de 2014
  - Regulamento Delegado (UE) n.º 1046/2014 da Comissão de 28 de Julho de 2014
  - Regulamento Delegado (UE) n.º 1014/2014 da Comissão de 22 de Julho de 2014
  - Retificação do Regulamento Delegado (UE) n.º 1014/2014 da Comissão
  - Regulamento Delegado (UE) 2015/1970 da Comissão de 8 de Julho de 2015
  - Regulamento Delegado (UE) n.º 480/2014 da Comissão de 3 de Março de 2014
  - Regulamento Delegado (UE) n.º 240/2014 da Comissão de 7 de Janeiro de 2014
  - Regulamento de Execução (UE) n.º 1362/2014 da Comissão, de 18 de Dezembro de 2014
  - Regulamento de Execução (UE) n.º 1243/2014 da Comissão, de 20 de Novembro de 2014
  - Regulamento de Execução (UE) n.º 1242/2014 da Comissão, de 20 de Novembro de 2014
  - Regulamento de Execução (UE) n.º 772/2014 da Comissão, de 14 de Julho de 2014
  - Regulamento de Execução (UE) n.º 771/2014 da Comissão, de 14 de Julho de 2014
  - Regulamento de Execução (UE) n.º 763/2014 da Comissão, de 11 de Julho de 2014
  - Regulamento de Execução (UE) n.º 1232/2014 da Comissão, de 18 de Novembro de 2014
  - Portaria n.º 112/2016 de 28 de Abril
  - Portaria n.º 54/2016 de 24 de Março

## **2. Objetivos**

O Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas tem como objetivos ajudar os pescadores na transição para uma pesca sustentável, apoiar as comunidades costeiras na diversificação das suas economias, financiamento de projetos que englobem a criação de novos postos de trabalho e por fim, simplificação do acesso ao financiamento.

Os objetivos para o Período de Programação 2014-2020 traduzem-se em seis prioridades temáticas:

i) Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento, através dos seguintes objetivos específicos:

- a) Redução do impacto da pesca no meio marinho, incluindo a prevenção e redução, na medida do possível, das capturas indesejadas
- b) Proteção e restauração da biodiversidade aquática e dos ecossistemas aquáticos
- c) Obtenção de um equilíbrio entre a capacidade de pesca e as possibilidades de pesca disponíveis
- d) Aumento da competitividade e viabilidade das empresas de pesca, inclusive da frota da pequena pesca costeira e melhoria das condições de segurança e higiene no trabalho
- e) Apoio no desenvolvimento tecnológico inovação, nomeadamente através do aumento da eficiência energética
- f) Desenvolvimento de formação profissional, novas competências profissionais



ii) Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento, através dos seguintes objetivos específicos:

- a) Aumento da competitividade e viabilidade das empresas aquícolas, em particular das Pequenas e Médias Empresas
- b) Proteção e restauração da biodiversidade aquática, melhoria dos ecossistemas ligados à aquicultura e promoção de uma aquicultura eficiente em termos de recursos
- c) Promoção de nível elevado de proteção do ambiente, saúde e bem-estar dos animais e da saúde e segurança públicas

iii) Fomentar a execução da Política Comum das Pescas, através dos seguintes objetivos específicos:

- a) Recolha, tratamento e fornecimento de conhecimentos científicos e melhoria da gestão de dados
- b) Reforço da capacidade institucional e eficiência da administração pública

iv) Aumentar o emprego e a coesão territorial:

- a) Promoção do crescimento económico, inclusão social e criação de empregos
- b) Prestação de apoio à empregabilidade e mobilidade laboral nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura

v) Promover a comercialização e transformação, através dos seguintes objetivos específicos:

- a) Melhoria da organização do mercado dos produtos da pesca e da aquicultura

b) Incentivo ao investimento nos setores da transformação e da comercialização

vi) Fomentar a execução da Política Marítima Integrada

### **3. Arquitetura**

O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas encontra-se arquitetado de forma a alcançar os seguintes patamares:

i) Contribuição para a Estratégia Europa 2020 através da redução do impacto da pesca no meio marinho, aquacultura com níveis elevados de proteção do ambiente, maior coordenação das políticas marítimas para utilização mais sustentável dos recursos, inovação em matéria de produtos e processos a todos os níveis das cadeias de produção, comercialização e distribuição dos sectores das pescas e da aquacultura, eco inovação, aumento do emprego, coesão territorial e inclusão social em comunidades dependentes da pesca, diversificação das economias locais

ii) Reforço da dimensão social com a criação de postos de trabalho nas comunidades dependentes da pesca, promoção do capital humano, diversificação das qualificações das comunidades para o ingresso em novas atividades noutros sectores marítimos, aconselhamento profissional em matéria de estratégias empresariais e de comercialização, criação de empresas em ramos diversos

iii) Sustentabilidade ambiental mediante a eliminação de apoios ao abate de embarcações, medidas a favor de artes e técnicas de pesca mais seletivas, investimento em equipamento a bordo e instalações portuárias necessários para o aproveitamento das capturas indesejadas, medidas de comercialização e transformação, aumento da dotação financeira dedicada à recolha de dados e aos pareceres científicos

iv) Promoção de uma pesca e uma aquacultura inovadoras, viáveis e competitivas com medidas destinadas a estimular a cooperação entre cientistas e

pescadores, apoio à utilização de serviços de aconselhamento por empresas aquícolas, novas formas de aquacultura, nomeadamente aquacultura em mar aberto e fins não alimentares (pesca à linha, a venda direta, o ecoturismo e as atividades pedagógicas)

v) Novo impulso ao desenvolvimento da Política Marítima Integrada através de iniciativas que ofereçam benefícios a diferentes sectores, vigilância marítima integrada, conhecimento do meio marinho 2020 e governação marítima integrada por bacia marítima

vi) Simplificação e redução do ónus administrativo por exemplo com o sistema de gestão e de controlo semelhante, o Quadro Comunitário Estratégico (QCE)

vii) Programação estratégica com definição de indicadores-alvo

viii) Condicionalidade sob a forma de condições *ex ante* que devem estar em vigor antes do pagamento e de condições *ex post* que permitam o pagamento de 5% da dotação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas em função do desempenho alcançado

A condicionalidade *ex post* baseia-se na realização de etapas intermédias relacionadas com metas ligadas aos objetivos da estratégia Europa 2020 fixados nos Programas Operacionais

ix) Monitorização e avaliação através do Quadro Estratégico Comum que estabelece um conjunto de indicadores de realizações, resultados e impactos

#### **4. Política Comum das Pecos**

A Política Comum das Pescas evoluiu muito desde a sua instituição em 1983 e transformou-se num quadro jurídico complexo destinado a proteger os recursos naturais que, apesar de renováveis, são finitos.

A Política Comum das Pescas intervém principalmente para:

i) Estabelecer regras que garantam a sustentabilidade da pesca europeia e evitar danos para o ambiente marinho, entre as quais:

a) Limitação da dimensão das frotas que partem para o mar e o tempo durante o qual podem pescar

b) Estabelecimento de limites de captura

c) Medidas técnicas que indicam como e onde os pescadores podem pescar, sendo usadas, por exemplo, para proteger as populações jovens (juvenis), incentivar a utilização de artes de pesca mais seletivas ou evitar danos graves para o ambiente marinho

ii) Dotar as autoridades nacionais das ferramentas necessárias para aplicar regras comunitárias e punir os infratores

iii) Controlar a dimensão da frota de pesca europeia

iv) Apoiar técnica e financeiramente iniciativas com potencial para tornar a indústria mais ecológica e economicamente sustentável

v) Negociar em nome dos países da União Europeia com organizações internacionais e países terceiros

vi) Apoiar os setores da produção, transformação e distribuição a obter um preço justo para os seus produtos e garantir aos consumidores confiança nos produtos da pesca consumidos

vii) Financiar a investigação científica e a recolha de dados a fim de proporcionar uma base sólida para a definição de políticas e a tomada de decisões

Deste modo, a Política Comum das Pescas visa alcançar um setor da pesca e aquicultura ambientalmente sustentáveis, aplicando a abordagem ecossistémica e contribuindo para a recolha de dados científicos.

Mediante a sujeição a princípios de boa governação tendo em conta uma definição clara de responsabilidades ao nível da União e aos níveis nacional, regional e local, a Política Comum das Pescas engloba um regime eficaz de controlo.

Em termos nacionais, os Estados-Membros podem adotar medidas de conservação das unidades populacionais de peixes, não discriminatórias de conservação e gestão mas também um sistema de concessões de pesca transferíveis e medidas de adaptação da capacidade de pesca às respetivas frotas.

A verdade é que existe um enorme potencial para a inovação e crescimento, especialmente em algumas zonas costeiras europeias daí que a União Europeia tenha vindo a alargar o âmbito da política marítima a fim de integrar todas as utilizações do espaço marinho.

A longo prazo os objetivos encontram-se definidos na Estratégia Crescimento Azul e incluem:

i) Desenvolvimento de setores com grandes potencialidades, como a aquicultura, o turismo costeiro, a energia oceânica e a exploração mineira dos fundos marinhos

ii) Promoção do conhecimento, certeza e segurança jurídicas através de um mapa dos fundos marinhos europeus, do ordenamento do espaço marítimo e da fiscalização marítima integrada

iii) Adoção de estratégias em áreas específicas (Mares Adriático e Egeu, Oceano Ártico, Oceano Atlântico, Mar Báltico, Mar Negro, Mediterrâneo, Mar do Norte)

A Estratégia Crescimento Azul tem como intuito ajudar todos os intervenientes a superar os desafios existentes e assegurar a utilização sustentável dos mares assim como concentrar investimento nas áreas com o maior potencial de crescimento em termos de lucros e emprego.

## **5. Política Marítima Integrada**

A Política Marítima Integrada (PMI) apela à necessidade de políticas transversais em termos de crescimento azul, conhecimento sobre o meio marinho, ordenamento do espaço marítimo, vigilância marítima integrada e definição de estratégias para as bacias marítimas.

De facto, a Política Marítima Integrada visa garantir uma abordagem mais coerente dos assuntos marítimos, com uma coordenação reforçada entre diferentes domínios políticos dos diversos Estados-Membros da União Europeia.

Por um lado, a Política Marítima Integrada engloba a gestão partilhada no que respeita à vigilância marítima integrada, ao domínio marítimo da União e à promoção da proteção do meio marinho.

Por outro lado, a gestão direta concerne ao desenvolvimento e execução de uma governação integrada, desenvolvimento de iniciativas intersectoriais, apoio ao crescimento económico sustentável, emprego, inovação e novas tecnologias e, por fim, promoção do meio marinho através da proteção da biodiversidade e dos sítios Natura 2000.

Em Outubro de 2012 foi adotada a Agenda Europeia para o Crescimento e a Criação de Emprego nos Setores Marítimo e Marinho.

A nível externo, são disponibilizados fundos para acordos de parceria no setor das pescas ao abrigo dos quais as frotas da União Europeia podem aceder às águas de países terceiros e a unidades populacionais excedentárias e, em contrapartida, os países terceiros recebem apoio para desenvolverem a sua política das pescas.

No domínio da política marítima, a Comissão Europeia promove a cooperação entre intervenientes de diferentes países e de diferentes setores, o que evita duplicações onerosas, melhora a eficiência na utilização dos recursos, estimula a inovação e permite rentabilizar os dinheiros públicos.

A cooperação das autoridades de vigilância marítima, por exemplo, permite baixar os custos da vigilância e melhora o conhecimento do mar.

Acresce que a Comissão Europeia promove a organização de conferências e seminários bem como financia vários projetos internacionais no domínio marítimo.

Com efeito, a globalização impulsiona o transporte marítimo, dos portos e a construção naval e, por outro, surgem novas formas de utilização do mar, como os parques eólicos ou as explorações piscícolas.

Tudo isto conduz à degradação do meio marinho e à necessidade de garantir a sobrevivência dos ecossistemas e a proteção da biodiversidade marinha.

Neste domínio, a vigilância marítima que controla o tráfego comercial, a pesca ilegal, o contrabando de droga ou o tráfico de seres humanos permite às autoridades competentes a troca de informações e sinergia de meios.

De salientar o Projeto Conhecimento do Meio Marinho 2020 que pretende reunir dados compatíveis e de boa qualidade sobre o meio marinho e colocá-los gratuitamente à disposição de todos os interessados.

Atualmente, investigadores e engenheiros europeus estão a colaborar com a Comissão Europeia para reunir os dados existentes e, assim, melhorar a nossa compreensão dos nossos mares e oceanos.

Deste modo, a Política Marítima Integrada coloca a União Europeia, os governos nacionais, as autoridades locais, os operadores, a indústria e as organizações não-governamentais em pé de igualdade enquanto parceiros por forma a garantir resultados coerentes das políticas marítimas.

## **6. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros cofinanciados pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas constituem uma forma eficiente e sustentável de

investir no crescimento e desenvolvimento de pessoas e empresas nos setores da pesca e aquicultura e de apoiar a Política Marítima Integrada.

O apoio do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas pode ser fornecido através de subvenções e, cada vez mais, através de instrumentos financeiros.

No Período de Programação 2007-2013, os instrumentos financeiros não foram muito utilizados no âmbito do Fundo Europeu das Pescas exceto em alguns Estados-Membros como a Letónia e os Países Baixos.

Os instrumentos financeiros financiados pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas visam colmatar uma falha de mercado identificada.

Desta forma, os instrumentos financeiros são colocados à disposição de todos os tipos de beneficiários no âmbito dos setores da pesca e da aquicultura que se proponham a levar a cabo projetos geradores de receitas.

No setor da transformação, os apoios às empresas que não Pequenas e Médias Empresas apenas podem ser concedidos através de instrumentos financeiros.

Na verdade, existe um vasto conjunto de instrumentos financeiros apoiados pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e que podem ser implementados, designadamente:

i) Empréstimos para ajudar pescadores e as respetivas famílias a diversificar fontes de rendimento ao desenvolver atividades como as de turismo de pesca, ou negócios no setor alimentar, tais como restaurantes, apoio de arranque a jovens pescadores para aquisição do primeiro navio de pesca e investimentos a bordo destinados a aumentar a eficiência energética dos navios de pesca

ii) Microcréditos para que os pescadores possam comprar artes de pesca mais seletivas, de forma a melhorar o valor acrescentado ou a qualidade do peixe capturado, ou projetos no quadro de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária



iii) Garantias nomeadamente em projetos de inovação nos setores da aquicultura e da transformação ou ligados à conservação de recursos biológicos marinhos

iv) Capital próprio em que o investidor pode assumir o controlo parcial da gestão da empresa

O capital próprio que conta com o apoio público é maioritariamente utilizado como capital de fase inicial para o financiamento de constituição.

Os capitais próprios destinam-se por exemplo a empresas pioneiras em tecnologias sustentáveis inovadoras nos setores da aquicultura e da transformação.

Os instrumentos financeiros podem também ser concedidos conjuntamente com subvenções e outras formas de ajuda.

De facto, os instrumentos financeiros cofinanciados pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas podem contribuir para o desenvolvimento a longo prazo e a diversificação e investimento do setor estimulando o desenvolvimento de projetos comercialmente viáveis com a criação de novas oportunidades de mercado.

Tendo em conta que o acesso a financiamento é tipicamente oneroso e difícil para as empresas no setor da pesca e aquicultura podem também ser criadas oportunidades para investidores e intermediários financeiros.

## **7. Período de Programação 2014-2020**

O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural representa cerca de 1,2% do Orçamento global dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o Período de Programação 2014-2020, isto é, 8.022.901.908 Euros.

O valor supra mencionado é distribuído em Euros da seguinte forma pelos países:

Alemanha	286.131.512
Áustria	13.930.000
Bélgica	68.593.257
Bulgária	113.543.227
Chipre	52.721.606
Croácia	344.148.406
Dinamarca	307.644.887
Eslováquia	20.832.779
Estónia	129.129.043
Eslovénia	32.647.364
Espanha	1.558.280.753
Finlândia	140.893.168
França	774.353.018
Grécia	521.221.993
Hungria	51.826.898
Itália	979.496.571
Irlanda	239.265.133
Letónia	182.761.739
Lituânia	81.608.150
Malta	28.903.708
Países Baixos	128.847.848
Polónia	710.509.513
Portugal	507.807.536
Roménia	223.475.750
Suécia	173.175.020
Reino Unido	309.993.982
República Checa	41.159.047

Em termos de temas, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas encontra-se repartido:

- i) Competitividade das Pequenas e Médias Empresas 3.601.496.684 Euros
- ii) Proteção ambiental e eficiência de recursos 3.000.137.999 Euros
- iii) Emprego sustentável e de qualidade 839.175.959 Euros
- iv) Assistência técnica 424.973.541 Euros
- v) Economia com baixo teor de carbono 157.117.725 Euros

Cerca de 90% do Orçamento encontra-se sujeito ao regime da gestão partilhada subjacente ao Programa Operacional Único em que a Comissão e os Estados-Membros são responsáveis pela gestão e controlo e distribui-se da seguinte maneira:

- i) Pescas e aquicultura 76%
- ii) Controlo e execução 10%
- iii) Recolha de dados 9%
- iv) Regiões ultraperiféricas 3%
- v) Economia azul 1%
- vi) Ajuda ao armazenamento 1%

Os restantes 10% do Orçamento correspondem ao sistema de gestão direta por parte da União Europeia ou autoridade de gestão e destinam-se ao desenvolvimento sustentável das pescas e da aquicultura, medidas relacionadas com a comercialização e a transformação, medidas de acompanhamento da Política Comum das Pescas e Política Marítima Integrada, assistência técnica e subvenções e contratos.

Do orçamento do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas para o Período de Programação 2014-2020 no valor de 8.022.901.908 de Euros já foram gastos cerca de 1.415.427.785 de Euros.

## **PARTE VI**

### **FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

#### **1. Evolução histórica e enquadramento geral**

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) surgiu em 1975 atento o anúncio por parte da Comissão Europeia de que a Comunidade Económica Europeia com nove Estados-Membros iria ter um fundo para financiar o crescimento das regiões mais desfavorecidas<sup>29</sup>.

Na altura, os Estados-Membros candidatavam-se à ajuda do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional a nível de projetos sendo que as decisões eram tomadas num comité de Estados-Membros com base em propostas da Comissão.

Até ao primeiro alargamento, o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola eram os principais meios de auxílio para os diversos países.

No entanto, a adesão do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca trouxe problemas de distribuição dos benefícios monetários no seio da comunidade europeia.

Apesar da alta contribuição fiscal do Reino Unido para o Orçamento Comunitário decorrente dos fortes fluxos comerciais com o grupo da Commonwealth, este tinha pouca produção agrícola daí que os britânicos considerassem não existir um retorno favorável ao nível das políticas comunitárias.

Esta situação foi resolvida mais tarde com o chamado cheque britânico, que consistia numa espécie de compensação monetária para os britânicos e que introduziu uma rubrica especial na despesa orçamental comunitária.

---

<sup>29</sup> Na altura as regiões mais desfavorecidas eram o sul de Itália, a maioria da Irlanda, o ocidente e sudoeste de França, norte da Holanda, zonas da Alemanha Ocidental e grandes regiões do Reino Unido

Assim, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional postulava uma valorização principal da posição do Reino Unido, da Irlanda e da Itália na lista de despesas comunitárias.

Em 1987, a Comissão estabeleceu uma tipologia regional para a Europa, como base na utilização de diversas variáveis e classificou seis tipos de regiões problemáticas:

- i) Regiões com baixos níveis de rendimento, produtividade e emprego
- ii) Regiões industriais em processo de decadência
- iii) Regiões cuja percentagem de emprego no sector primário é superior em 50% à média dos países comunitários
- iv) Regiões urbanas deterioradas com problemas de congestão, níveis de desemprego elevados e rendimento inferior à média europeia
- v) Regiões de difícil acessibilidade e relativo isolamento em relação aos mercados e fornecedores
- vi) Regiões periféricas dentro dos países e em zonas de transição, em geral pouco desenvolvidas

Após o Tratado de Maastricht, a política regional da União Europeia estabeleceu novos objetivos para a aplicação dos fundos estruturais de coesão:

- Fomentar o desenvolvimento e ajuste estrutural das regiões menos desenvolvidas
- Reconverter as regiões afetadas pela crise industrial
- Lutar contra o desemprego de longa duração e facilitar a inserção de pessoas excluídas do mercado de trabalho
- Adaptar os recursos humanos às mutações e evoluções do sistema produtivo
- Reformas da Política Agrícola Comum

Com a passagem para o século XXI, a estrutura institucional e de execução da União Europeia necessitava de um processo mais intenso de integração com os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento a assumirem particular relevância.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional adquiriu preponderância no reajustamento das disparidades regionais, na aposta em investimentos para a criação de emprego e mais particularmente na criação de infra-estruturas nos mais variados sectores.

Inicialmente os montantes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional eram distribuídos principalmente entre a Itália, o Reino Unido e a França mas com a adesão da Grécia, Portugal e Espanha na década de 80, a percentagem situou-se entre 2,8% e 16,5%<sup>11</sup> e as concessões foram sendo canalizadas cada vez mais para estes países, com destaque para os espanhóis, que desde 1989 assumiram-se como maiores beneficiadores do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

É de notar que a maioria dos objetivos e das iniciativas comunitárias propostas nos vários Períodos de Programação são financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional que constitui o instrumento financeiro mais importante no âmbito da Política de Coesão.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional consiste num instrumento de correção das falhas e desequilíbrios existentes entre as regiões, nomeadamente as mais afastadas do centro da Europa e das grandes áreas urbanizadas.

## **2. Descrição**

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional<sup>30</sup> tem por objetivo fortalecer a coesão económica e social na União Europeia colmatando os

---

<sup>30</sup>

- Regulamento Delegado (UE) 2017/2056 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2016/1941 da Comissão
- Decisão de Execução (UE) 2016/1916 da Comissão
- Regulamento Delegado (UE) 2016/568 da Comissão

desequilíbrios entre os níveis de desenvolvimento das regiões europeias e reduzir o atraso de desenvolvimento das regiões menos favorecidas.

Uma especial atenção é reservada às regiões afetadas por limitações naturais ou demográficas graves e permanentes, tais como as regiões com uma densidade populacional muito baixa e as regiões insulares, transfronteiriças e de montanha.

De outro prisma, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional abrange áreas de desenvolvimento como os transportes, as tecnologias da comunicação, a energia, o meio ambiente, apoio empresarial às Pequenas e Médias Empresas, a investigação e a inovação, as infraestruturas sociais, desenvolvimento urbano sustentável, a reconversão industrial, o desenvolvimento rural, a pesca, o turismo, a cultura e a melhoria da capacidade institucional e eficiência da administração pública.

### **3. Objetivos**

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional concede apoio ao desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas e à reconversão das regiões industriais em declínio.<sup>31</sup>

Para o Período de Programação 2014-2020, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem como objetivos: o investimento no crescimento e no emprego com vista a reforçar o mercado de trabalho e as economias regionais

- 
- Regulamento de Execução (UE) 2015/1974 da Comissão
  - Regulamento Delegado (UE) 2015/1970 da Comissão
  - Decisão de Execução da Comissão C (2014) 2483
  - Decisão de Execução da Comissão C (2014) 2082
  - Regulamento Delegado (UE) n.º 480/2014 da Comissão
  - Regulamento de Execução (UE) n.º 184/2014 da Comissão
  - Decisão de Execução da Comissão C (2014) 974
  - Regulamento (UE) n.º 1299/2013 da Cooperação Territorial Europeia

<sup>31</sup> Artigo 176º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia



bem como a cooperação territorial europeia de forma a reforçar a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional na União Europeia.

Os recursos afetos ao investimento no crescimento e no emprego serão atribuídos a três categorias diferentes de regiões:

- Regiões mais desenvolvidas com um produto interno bruto *per capita* superior a 90 % da média da União Europeia

- Regiões em transição com um produto interno bruto *per capita* situado entre os 75 % e os 90 % da média da União Europeia

- Regiões menos desenvolvidas com um produto interno bruto *per capita* inferior a 75 % da média da União Europeia

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional contribui para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e tem como objetivos:

- i) Investimento para criação e manutenção de empregos sustentáveis com ajudas diretas ao investimento, em particular, às Pequenas e Médias Empresas

- ii) Investimento em infraestruturas de prestação de serviços nos domínios da energia, ambiente, transportes e tecnologias de informação e comunicação

- iii) Investimento em infraestruturas sociais, de saúde, investigação, inovação, empresariais e educativas

- iv) Investimento em infraestruturas culturais e de turismo sustentável de pequena escala, prestação de serviços a empresas

- v) Criação de redes de cooperação e intercâmbio entre autoridades regionais, locais, urbanas e outras autoridades públicas, parceiros económicos e organismos representativos da sociedade civil

- vi) Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono

- vii) Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão dos riscos

viii) Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos

ix) Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas das rede

x) Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação

xi) Investimentos na educação e formação profissional para a aquisição de competências através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas

xii) Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e da eficiência da administração pública implicada na execução do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e apoio a ações no âmbito do Fundo Social Europeu nesta matéria

#### **4. Concentração temática**

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional concentra os seus investimentos em várias áreas prioritárias fundamentais, denominadas de concentração temática, nomeadamente, inovação e investigação, apoio às Pequenas e Médias Empresas, tecnologias de informação e comunicação e promoção de economia hipocarbónica sendo que a concentração nestas prioridades varia consoante a categoria de região a apoiar.

As regiões mais desenvolvidas destinam no mínimo, 80% dos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para, pelo menos, duas destas prioridades e, no mínimo, 20 % para a economia hipocarbónica.

As regiões em transição designam no mínimo, 60% dos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para, pelo menos, duas destas prioridades e, no mínimo, 15 % para a economia hipocarbónica.

As regiões menos desenvolvidas garantem no mínimo, 50% dos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para, pelo menos, duas destas prioridades e, no mínimo, 12 % para a economia hipocarbónica.

## **5. Características territoriais específicas**

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional apoia o desenvolvimento urbano sustentável e pelo menos 5% da dotação orçamental para cada Estado-Membro deve estar consagrada a ações integradas de desenvolvimento urbano sustentável.

Por outro lado, as áreas naturalmente desfavorecidas do ponto de vista geográfico (áreas remotas, montanhosas ou com baixa densidade populacional) beneficiam de tratamento especial.

Por último, as áreas ultraperiféricas beneficiam de uma assistência específica por parte do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no sentido de resolver possíveis desvantagens em virtude do seu afastamento geográfico.

Os pormenores da dotação e a utilização futura dos fundos encontram-se plasmados nos Acordos de Parceria, ou seja, os documentos estratégicos elaborados por cada Estado-Membro com a participação dos parceiros regionais e sociais.

## **6. Cooperação Territorial Europeia**

A Cooperação Territorial Europeia também denominada INTERREG constitui o principal instrumento da União Europeia para apoiar a cooperação entre parceiros dos diferentes Estados-Membros de forma a promover um desenvolvimento económico, social e territorial harmonioso da União no seu conjunto.

Para o Período de Programação 2014-2020, o INTERREG sofreu reformulações atentos os objetivos consagrados na Política de Coesão Económica e Social Europeia e a Estratégia Europa 2020 e centra-se na concentração, simplificação e orientação de resultados.

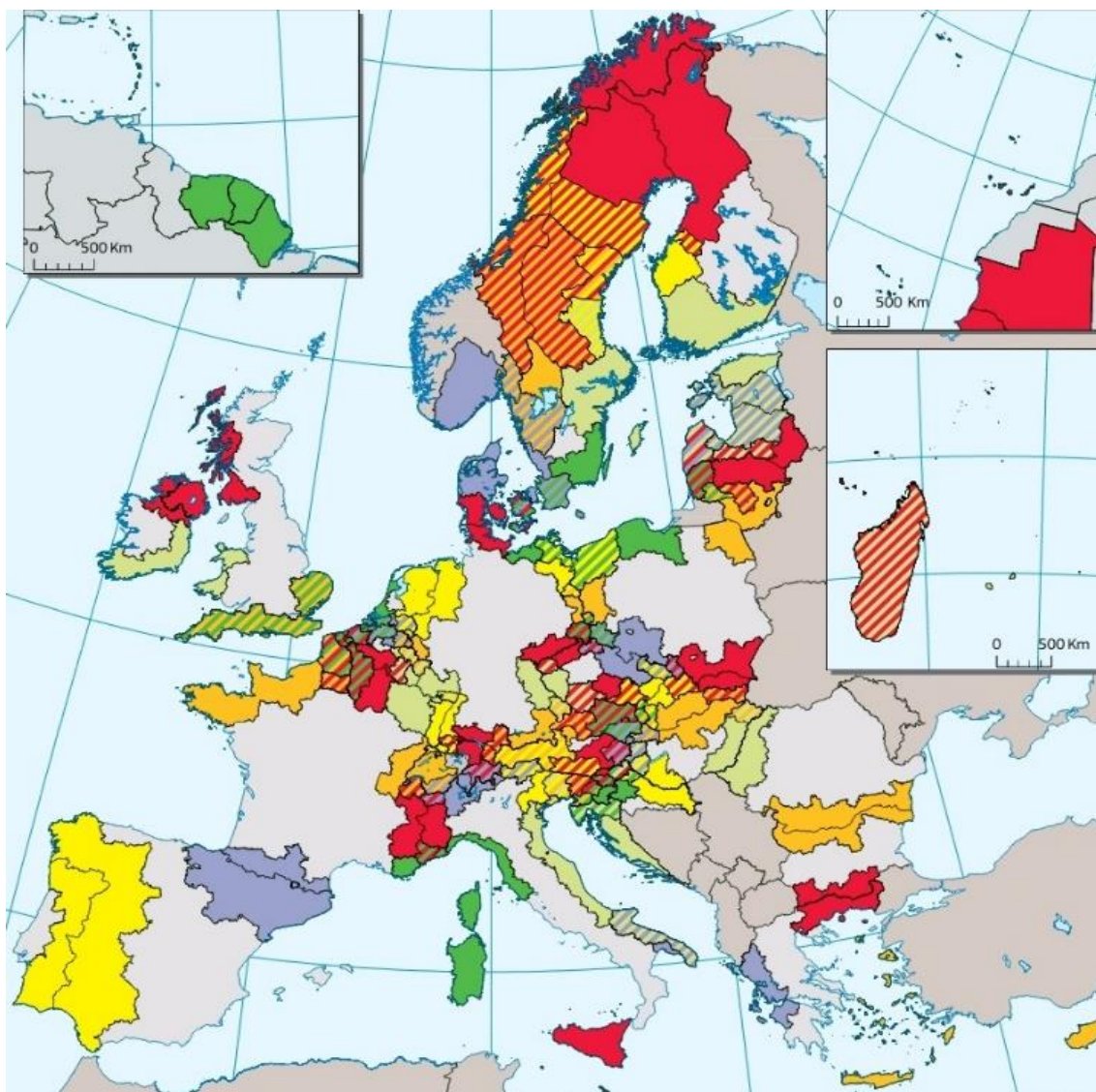
O INTERREG concretiza-se mediante os Programas Operacionais financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e promove a implementação de ações conjuntas e intercâmbios de políticas entre os agentes nacionais, regionais e locais de diferentes Estados-Membros e países terceiros com o objetivo de abordar desafios comuns e encontrar soluções partilhadas nos mais diferentes domínios (saúde, investigação, educação, transportes, energia sustentável).

Deste modo, o INTERREG articula-se no INTERREG A - Cooperação Transfronteiriça que pretende fazer face aos desafios comuns identificados conjuntamente nas regiões de fronteira, explorando as potencialidades de crescimento dessas regiões e reforçando o processo de cooperação.

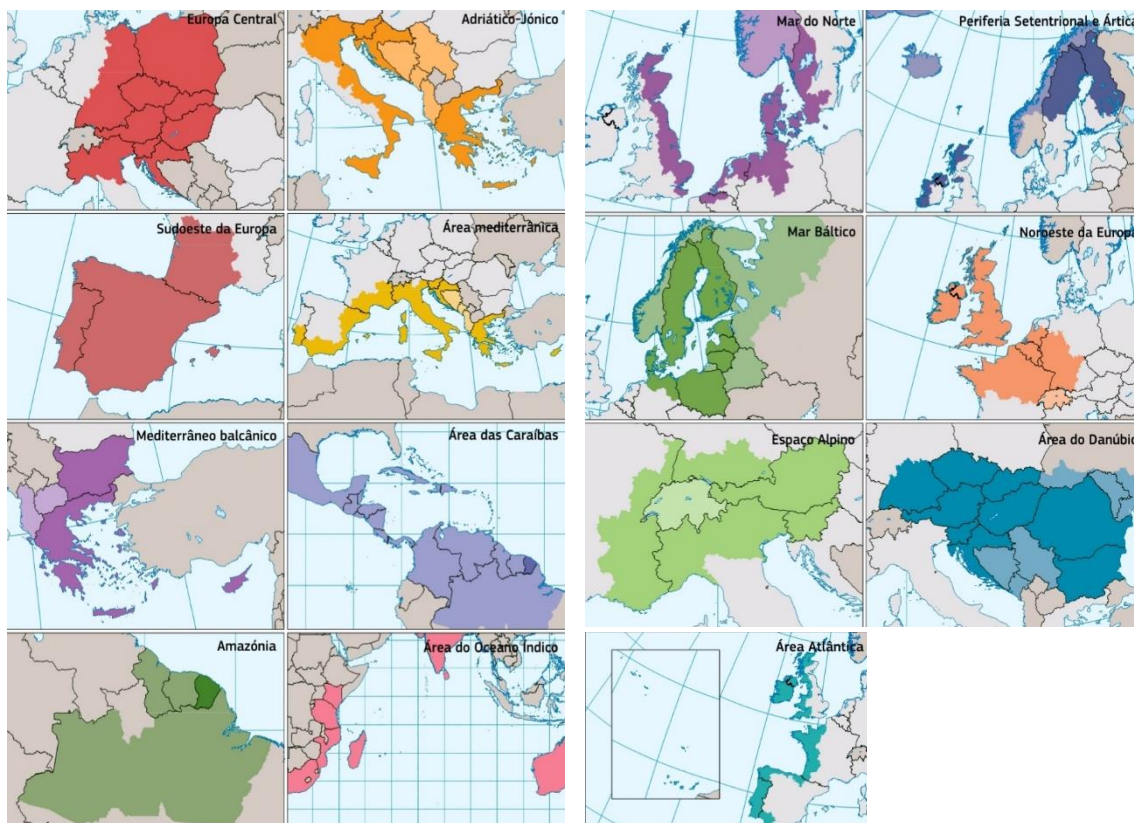
O INTERREG B - Cooperação Transnacional visa o reforço do processo de cooperação, através de ações de promoção do desenvolvimento territorial integrado articuladas com as prioridades da Política de Coesão da União Europeia e inclui a cooperação marítima transfronteiriça não abrangida pelos Programas de Cooperação Transfronteiriça.

Por último, o INTERREG C - Cooperação Inter-regional propõe-se a reforçar a eficácia da Política de Coesão, incentivando o intercâmbio de experiências entre as regiões em matéria de objetivos temáticos e desenvolvimento urbano, incluindo ligações urbano-rurais, a fim de melhorar a execução dos Programas e Ações de Cooperação Territorial.

Programas de Cooperação Transfronteiriça 2014-2020:



## Programas de Cooperação Transnacional 2014-2020:



### 7. Instrumentos financeiros

Até o final do ano de 2013, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional pagou mais de nove mil milhões de Euros para instrumentos financeiros proporcionando empréstimos, garantias e capital próprio em quase todos os Estados-Membros da União Europeia.

Cerca de 90% desta ajuda destinou-se ao desenvolvimento empresarial, direcionado a Pequenas e Médias Empresas.

Desta forma, os instrumentos financeiros cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional podem ser utilizados para todas as prioridades de investimento desde que colmatem uma falha de mercado.

Os instrumentos financeiros cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural podem ser utilizados para apoiar uma grande variedade de projetos, desde projetos de infraestruturas públicas ou investimentos produtivos.

Um vasto conjunto de instrumentos financeiros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional poderão ser implementados, designadamente:

i) Empréstimos, por exemplo sem juros para empresas em fase de arranque numa região específica ou a jovens empreendedores cujo objetivo é criar a sua própria Pequena ou Média Empresa

ii) Microcréditos destinados a pessoas desfavorecidas, comerciantes individuais, parcerias, sociedades de responsabilidade limitada e empresas do terceiro setor numa região

iii) Garantias de tal modo que podem ser criadas contragarantias contra uma carteira de garantias de agências nacionais de Pequenas e Médias Empresas reduzindo assim os custos de financiamento e facilitando o acesso destas ao financiamento no respetivo país

iv) Capital próprio

Isto pode incluir o capital de risco (*venture capital*), o capital inicial (*capital de semente e o capital de arranque*) sendo que o rendimento é obtido quando o investidor vende a sua parte do negócio a outros investidores ou através de uma oferta pública inicial.

Os co-investimentos de fundos de capital de risco (*venture capital*) têm tido enorme sucesso em áreas como as ciências da vida, tecnologias de informação/comunicações, indústria/transporte, comércio e tecnologias energéticas/ ambientais.

## 8. Período de Programação 2014-2020

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional representa cerca de 43,3% do Orçamento global dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o Período de Programação 2014-2020, isto é, 278.942.793.261 Euros.

O valor supra mencionado é distribuído em Euros da seguinte forma pelos países:

Alemanha	17.716.608.812
Áustria	2.073.339.826
Bélgica	2.331.163.207
Bulgária	4.179.256.023
Chipre	352.821.838
Croácia	5.084.117.221
Dinamarca	399.225.122
Eslováquia	9.700.446.842
Estónia	2.458.517.873
Eslovénia	1.823.581.426
Espanha	29.266.764.493
Finlândia	1.583.952.418
França	17.565.659.940
Grécia	10.971.274.898
Hungria	12.612.448.569
Itália	33.518.774.007
Irlanda	821.550.196
Letónia	2.825.002.899
Lituânia	4.119.307.967
Malta	476.692.498
Países Baixos	1.371.703.528



Polónia	47.501.859.767
Portugal	14.898.791.724
Roménia	12.951.834.742
Suécia	1.895.990.261
Reino Unido	10.339.333.555
República Checa	17.421.282.472

Em termos de temas, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional encontra-se repartido:

- i) Pesquisa e inovação 62.252.650.260 Euros
- ii) Competitividade das Pequenas e Médias Empresas 49.718.804.593
- iii) Economia com baixo teor de carbono 46.677.070.477 Euros
- iv) Infra-estruturas de rede em transportes e energia 31.201.730.884 Euros
- v) Proteção ambiental e eficiência de recursos 26.035.684.575 Euros
- vi) Tecnologias de informação e comunicação 18.266.707.280 Euros
- vii) Inclusão social 16.792.788.651 Euros
- viii) Orientação vocacional e educacional 8.477.828.110 Euros
- ix) Assistência técnica 7.531.650.183 Euros
- x) Adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos 5.332.114.828 Euros
- xi) Emprego sustentável e de qualidade 4.096.183.961 Euros
- xii) Eficiência da administração pública 1.739.822.634 Euros

Do orçamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para o Período de Programação 2014-2020 no valor de 278.942.793.261 de Euros já foram gastos cerca de 97.242.282.365 de Euros.

Em paralelo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional apoia a cooperação transfronteiriça e inter-regional com países terceiros vizinhos da União Europeia com base no Instrumento Europeu de Vizinhaça e do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão.

Em Portugal identificam-se três objetivos fundamentais: o crescimento baseado no conhecimento e na inovação, a sociedade inclusiva com alta empregabilidade e o crescimento verde assente numa economia competitiva e sustentável.

## **PARTE VII**

### **PROCESSO DE CONVERGÊNCIA**

#### **1. Enquadramento geral**

A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986 representou um marco histórico para a economia portuguesa com o aumento significativo do comércio externo e o investimento direto estrangeiro por via da entrada de avultados montantes de capitais com principal incidência no setor financeiro e na indústria transformadora.

Desde a reforma dos fundos estruturais de 1988, a União Europeia tem vindo a dedicar um esforço financeiro considerável ao desenvolvimento das regiões menos favorecidas.

Nesta medida, o Tratado da União Europeia atribuiu um papel de relevo aos fundos estruturais para a promoção da coesão económica, social e territorial na União Europeia.

Por outro lado, o Fundo de Coesão tem beneficiado sobretudo Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal com vista à promoção do desenvolvimento económico regional.

#### **2. Coesão económica, territorial e social**

A coesão verifica-se quando determinado território cresce de forma equilibrada em termos económicos, sociais e territoriais.

Nesta matéria, foram criadas as Nomenclaturas de Unidade Territorial (NUT) para fins estatísticos divididas em País, Região, Sub-Região.

Diversos autores abordam a coesão nos seguintes parâmetros:

- Coesão Económica relacionada com a estrutura de produção ou Investimento Direto Estrangeiro

- Coesão Social respeitante ao emprego, questões sociais e efeitos da imigração

- Coesão Territorial definida pelas necessidades no território e do centro e da periferia

### **3. Crescimento económico**

O crescimento económico decorre do investimento que se afigura essencial na criação de emprego, garantia de crescimento económico sustentado e promoção da competitividade externa.

O investimento pode assumir diversas formas, investimento público (financiado diretamente pelo Estado) ou investimento privado (por parte do tecido empresarial).

A utilização de um instrumento de política económica como o investimento público garante ao Estado poder sobre a atividade económica, no entanto, pode assumir dois tipos de efeitos sobre o investimento privado, potenciar ou retrain.

Segundo a teoria económica, o investimento público cria condições favoráveis ao investimento privado através do desenvolvimento de infraestruturas como aeroportos, autoestradas, entre outros, provocando um efeito de *crowding-in* sobre o investimento privado, isto é, as empresas do setor privado tiram partido das condições criadas pelo Estado para aumentar a produtividade do investimento.

Por outro lado, os agentes económicos antecipam um aumento de impostos como forma de financiamento do investimento público, o que conduz à diminuição da poupança disponível por parte dos privados necessários ao investimento.

Este processo diminui a taxa de retorno esperada do investimento privado, resultando num efeito de *crowding-out* do investimento público sobre o investimento privado.

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento apresentam como objetivos principais a redução das disparidades existentes entre as várias regiões e países da União Europeia e fortalecimento da coesão económica, social e territorial.

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento na qualidade de mecanismos de política regional, de política pública contribuem para a democratização e para o processo de integração, permitindo a consolidação da coesão económica e social.

#### **4. Convergência**

O modelo de convergência absoluta defende que independentemente das condições iniciais, os países tendem para o mesmo Equilíbrio de Longo de Prazo enquanto a convergência condicionada postula que economias com características estruturais semelhantes (em termos de tecnologia, taxas de crescimento populacional, preferências, níveis de educação, entre outros) tendem igualmente para o mesmo Equilíbrio de Longo de Prazo quaisquer que sejam as suas condições de partida.

De outra maneira, a convergência por clubes entende que as economias tendem para o mesmo equilíbrio de longo prazo caso tenham as mesmas características estruturais e condições iniciais.

A temática da convergência é muitíssimo importante na União Europeia tendo em conta a aposta na coesão económica e social dos países.

## **5. Indicadores Macroeconómicos de Portugal**

No âmbito do Tratado de Maastricht podem ser considerados dois tipos de critérios de convergência, os relacionados com a convergência real e com a convergência nominal.

Neste sentido, a convergência real tem em conta o desenvolvimento, o crescimento e o emprego, podendo ser adotado como critério o valor do Produto Interno Bruto *per capita*, corrigido de acordo com os indicadores relativos ao poder de compra.

Por outro lado, os critérios de convergência nominal para adoção da moeda única encontravam-se previstos no Artigo 109º J do Tratado.

Em termos de indicadores macroeconómicos teremos em linha de conta os períodos correspondentes aos anos de 1986, 2004, 2007, 2013 e 2018.

### **5.1. Taxa de inflação (Taxa de Variação do Índice de Preços no Consumidor)**

A taxa de inflação resulta da variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor sendo a seguinte:

- Ano de 1986: 12,6%
- Ano de 2004: 2,4%
- Ano de 2007: 2,5%
- Ano de 2013: 0,3%
- Ano de 2018: 1,0%

Em Janeiro de 2019, a taxa de inflação para a Zona Euro foi de 1,4%.

### **5.2. Dívida Pública das Administrações Públicas em % do PIB**

- Ano de 2004: 62,0%

- Ano de 2007: 68,4%
- Ano de 2013: 129,0%
- Ano de 2018: 121,5%

Em finais de 2018, a média da dívida pública da Zona Euro em % do PIB correspondia a 80,1%.

### **5.3. Défice/Excedente em % do PIB**

- Ano de 2004: -6,19%
- Ano de 2007: -3,01%
- Ano de 2013: -4,84%
- Ano de 2018: -0,45%

No ano de 2018, a média do défice em % do PIB da Zona Euro foi de -0,63%.

### **5.4. Taxa de crescimento anual do PIB real**

- Ano de 1986: 3,32%
- Ano de 2004: 1,81%
- Ano de 2007: 2,49%
- Ano de 2013: -1,13%
- Ano de 2018: 2,16%

A média da Zona Euro para o ano de 2018 foi de 1,9%.

### **5.5. Índice de preços do consumidor**

- Ano de 1986: 12,6%

- Ano de 2004: 2,4%

- Ano de 2007: 2,5%

- Ano de 2013: 0,3%

- Ano de 2018: 1,0%

### **5.6. PIB *per capita* (em paridades do poder de compra)**

- Ano de 2004: 18.171,3

- Ano de 2007: 21.186,0

- Ano de 2013: 20.492,0

- Ano de 2018: 23.022,9

No ano de 2017, a média do PIB *per capita* da Zona Euro correspondia a 29.960,8.

### **5.7. Taxa de desemprego**

- Ano de 1986: 8,3%

- Ano de 2004: 6,6%

- Ano de 2007: 8,0%

- Ano de 2013: 16,2%

- Ano de 2018: 7,0%

Em Fevereiro de 2019, a média da taxa de desemprego da Zona Euro era de 6,5%.



## **5.8. Salário Mínimo Nacional**

- Ano de 1986: 130,9€
- Ano de 2004: 426,5€
- Ano de 2007: 470,2€
- Ano de 2013: 565,8€
- Ano de 2018: 676,4€
- Ano de 2019: 700,00€

No ano de 2019, o salário mínimo no Luxemburgo corresponde a 2.071,10 €.

## **5.9. Produto Interno Bruto**

- Ano de 2004: 152.371,6 milhões de Euros
- Ano de 2007: 175.467,7 milhões de Euros
- Ano de 2013: 170.269,3 milhões de Euros
- Ano de 2018: 201.530,5 milhões de Euros

Em 2018, a média da Zona Euro em termos de PIB correspondia a 15.869.095,6 milhões de Euros

## **6. Outros indicadores**

### **6.1. Poupança Interna Bruta por poupança das famílias**

- Ano de 2004: 10%
- Ano de 2007: 7,5%
- Ano de 2013: 8,3%
- Ano de 2017: 5,1%

Na Zona Euro no ano de 2016, vários países apresentam taxas negativas como o Chipre (1,0% de taxa negativa), a Grécia (-2,7%) e a Roménia (-1,1%).

## **6.2. Importações de bens e serviços**

- Ano de 2004: 49.259,7 milhões de Euros
- Ano de 2007: 59.926,5 milhões de Euros
- Ano de 2013: 57.012,8 milhões de Euros
- Ano de 2018: 75.018,6 milhões de Euros

A média para a Zona Euro em termos de importações de bens e serviços no ano de 2018 correspondeu a 3.390.549,2 milhões de Euros.

## **6.3. Exportações de bens e serviços**

- Ano de 2004: 30.920,1 milhões de Euros
- Ano de 2007: 38.294,1 milhões de Euros
- Ano de 2013: 47.302,9 milhões de Euros
- Ano de 2018: 57.962,9 milhões de Euros

## **6.4. Investimento direto estrangeiro**

- Ano de 2004: 2.210 milhões de Euros
- Ano de 2007: 4.444 milhões de Euros
- Ano de 2013: 8.070 milhões de Euros
- Ano de 2018: 4.152 milhões de Euros

A média do investimento estrangeiro na Zona Euro no ano de 2018 correspondeu a -182.403 milhões de Euros.

#### **6.5. Escolaridade (Ensino Secundário em % da população)**

- Ano de 1986: 17,8%
- Ano de 2004: 58,0%
- Ano de 2007: 60,0%
- Ano de 2013: 73,6%
- Ano de 2017: 77,6%

#### **6.6. Rede viária**

- Ano de 2004: 12.689 km
- Ano de 2007: 12.902 km
- Ano de 2013: 14.310 km
- Ano de 2017: 14.313

#### **6.7. Emissão de gases com efeito de estufa**

- Ano de 2004: 84.880 toneladas de CO<sub>2</sub>
- Ano de 2007: 79.786 toneladas de CO<sub>2</sub>
- Ano de 2013: 65.134 toneladas de CO<sub>2</sub>
- Ano de 2016: 67.621 toneladas de CO<sub>2</sub>

A média da Zona Euro para o ano de 2016 correspondeu a 4.291.252 toneladas de CO<sub>2</sub>.

### **6.8. População em Portugal (pessoas)**

- Ano de 1986: 10.032.734
- Ano de 2004: 10.483.861
- Ano de 2007: 10.542.964
- Ano de 2013: 10.457.295
- Ano de 2017: 10.300.300

A média da Zona Euro para o ano de 2017 correspondeu a 511.876.252.

### **6.9. Esperança Média de Vida**

- Ano de 1986: 73,4 anos
- Ano de 2004: 78,4 anos
- Ano de 2007: 79,3 anos
- Ano de 2013: 80,9 anos
- Ano de 2017: 81,6 anos

A média da Zona Euro para o ano de 2017 correspondeu a 80,9 anos.

### **6.10. Abandono escolar precoce (idade entre os 18 e 24 anos sem ensino secundário)**

- Ano de 2004: 39,3%
- Ano de 2007: 36,5%
- Ano de 2013: 18,9%
- Ano de 2018: 11,8%

#### **6.11. Taxa de mortalidade infantil inferior a um ano de idade por 1000 nascimentos**

- Ano de 1986: 15,8%
- Ano de 2004: 3,8%
- Ano de 2007: 3,4%
- Ano de 2013: 2,9%
- Ano de 2017: 2,7%

A média da Zona Euro no ano de 2017 foi de 3,6%.

#### **6.12. Fontes de energias renováveis**

Eletricidade gerada por via hídrica, eólica, geotérmica, fotovoltaica e biomassa

- Ano de 2004: 45.105 GWh
- Ano de 2007: 47.253 GWh
- Ano de 2013: 51.673 GWh
- Ano de 2017: 59.432 GWh

A média da Zona Euro no ano de 2017 foi de 3,6%.

### **7. Quadro Comunitário de Apoio para o Período 1989-1993**

O Quadro Comunitário de Apoio I corresponde ao primeiro período de programação da Política Regional Europeia após a reforma dos Fundos Estruturais de 1988 e vigorou entre 1989 a 1993.

As referências estratégicas no período do Quadro Comunitário de Apoio I respeitaram à consolidação do Mercado Único e da coesão económica e social bem

como a redução das diferenças regionais de desenvolvimento e do atraso das regiões menos favorecidas.

O Quadro Comunitário de Apoio I englobou um período mais curto comparativamente aos outros Quadros Comunitários de Apoio.

O Quadro Comunitário de Apoio I tinha como objetivos a convergência real com a Europa (redução dos desníveis de desenvolvimento da economia portuguesa face à média comunitária) e a coesão económica e social no plano interno (correção dos desequilíbrios regionais internos).

### **7.1. Eixos prioritários**

O Quadro Comunitário de Apoio I foi estruturado em seis eixos prioritários de intervenção

- Criação de infraestruturas económicas com impacto direto sobre o crescimento económico equilibrado
- Apoio ao investimento produtivo e às infraestruturas diretamente ligadas a este investimento
- Desenvolvimento dos recursos humanos
- Promoção da competitividade da agricultura e desenvolvimento rural
- Reconversão e reestruturação industriais
- Desenvolvimento das potencialidades de crescimento das regiões e desenvolvimento local

A estratégia de desenvolvimento que norteou o O Quadro Comunitário de Apoio I teve como prioridades preparar as regiões portuguesas para o grande mercado interno europeu e os recursos humanos para as necessidades do setor produtivo, e em especial, para as profundas alterações em perspetiva.

## **7.2. Programas**

- Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa
- Programa Nacional de incentivo à atividade produtiva
- Programas para as telecomunicações rurais para as zonas periféricas do país
- Programa STAR para equipamentos e serviços de telecomunicações
- Programas para a energia para infraestruturas de valorização do potencial energético endógeno
- Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa
- Programa Operacional de Transporte e Distribuição de Energia
- Programa Operacional para os Recursos Humanos e construção de infraestruturas no âmbito da ciência e tecnologia
- Programa operacional para construção de infraestruturas turísticas
- Regime de incentivos à modernização do comércio
- Programa operacional para generalizar o acesso à educação, reduzir o analfabetismo e modernizar as infraestruturas escolares ou os programas no âmbito da formação profissional
- Programa operacional de melhoramento das estruturas vitivinícolas
- Programa de Desenvolvimento Educativo em Portugal destinado à formação de professores e à construção de novas escolas
- Programa operacional plurifundos Vale do Ave para o setor dos têxteis
- Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano
- Programas Operacionais Regionais

### **7.3. Repartição**

Em termos de zonas do país, o Quadro Comunitário de Apoio I foi distribuído da seguinte forma:

- Norte 23%
- Centro 20%
- Lisboa e Vale do Tejo 30%
- Alentejo 10%
- Algarve 4%
- Madeira 8%
- Açores 7%

Em termos de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, o Quadro Comunitário de Apoio I concedia 58% do orçamento ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, 23% ao Fundo Social Europeu e 17% ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

### **7.4. Projetos**

Em termos de projetos apoiados pelo Quadro Comunitário de Apoio temos:

- Autoeuropa – investimento direto estrangeiro em Palmela
- Zona Franca do Caniçal na Madeira
- Autoestrada do Estoril
- Hospitais distritais de Leiria, Matosinhos e Ponta Delgada
- Via do Infante, no Sotavento Algarvio
- Construção de 662 novos estabelecimentos escolares



- Conclusão da A1 – Autoestrada do Norte
- Construção de 120 ETAR
- Prolongamento da A2 – Autoestrada do Sul até à Marateca
- Instalação de 1600 km de redes de esgotos
- Aeroporto de Ponta Delgada
- Concessão de 2300 bolsas de formação avançada
- Saneamento da Costa do Estoril
- Despoluição do Vale do Ave

## **8. Quadro Comunitário de Apoio para o Período 1994-1999**

O período de programação do Quadro Comunitário de Apoio II ficou marcado por mudanças significativas na Política Regional Europeia relativamente ao período anterior em virtude do Tratado de Maastricht ao estabelecer uma União Económica e Monetária para a União Europeia.

O Quadro Comunitário de Apoio II manteve o foco na convergência real com a Europa e reforço da coesão interna.

A novidade do Quadro Comunitário de Apoio II relacionou-se com a inclusão do Fundo de Coesão direcionado para os setores dos transportes e ambiente.

### **8.1. Eixos prioritários**

No âmbito do período em análise verificou-se a insuficiente qualificação dos recursos humanos face aos padrões europeus, estrutura produtiva pouco competitiva e concentrada em atividades orientadas para mercados saturados e com forte concorrência de países com salários mais baixos, persistência de

problemas de acessibilidades e comunicações que dificultavam a melhor articulação produtiva do país, a sua competitividade internacional e a qualidade de vida das populações, o atraso das infraestruturas ou serviços básicos nas áreas do ambiente e da saúde e a manutenção de fortes assimetrias no desenvolvimento regional.

As prioridades definidas para o Quadro Comunitário de Apoio II revelam a preocupação com a melhoria dos acessos externos da economia, acessibilidade entre regiões a nível interno e a mobilidade urbana, com o intuito de promover a competitividade internacional da economia.

Destaca-se o desenvolvimento harmonioso do território com a afirmação do litoral como área chave para a exploração da vocação euro-atlântica, desenvolvimento do interior do país por via do acesso mais facilitado às grandes áreas urbanas e constituição de redes de cidades de média dimensão, o desenvolvimento das Regiões Autónomas tendo por base a sua natureza e os seus recursos.

Para o Quadro Comunitário de Apoio II foram definidos como eixos prioritários de intervenção:

- Qualificação dos recursos humanos e o emprego
- Reforço dos fatores de competitividade da economia
- Promoção da qualidade de vida e coesão social
- Fortalecimento da base económica regional

## **8.2. Programas**

- Programa para a modernização do tecido económico
- Iniciativa comunitária RETEX no apoio às regiões fortemente dependentes do sector têxtil e vestuário

- Programa para o ambiente e a revitalização urbana orientado para melhorar as condições ambientais, por via da gestão racional e do aproveitamento dos recursos hídricos, da redução do impacto ambiental das atividades produtivas, do abastecimento de água e o saneamento básico nas grandes aglomerações urbanas e da qualificação do ambiente urbano

- Programa para a saúde e integração social

- Programas operacionais regionais para assistência específica a cada uma das sete regiões NUTS II do país: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

- Programa para promoção do potencial de desenvolvimento

- Programa específico de desenvolvimento integrado da zona de Alqueva

- Subvenção global de apoio ao investimento autárquico.

### **8.3. Repartição dos Fundos**

Em termos de zonas do país, o Quadro Comunitário de Apoio II foi distribuído da seguinte forma:

- Norte 28%

- Centro 17%

- Lisboa e Vale do Tejo 29%

- Alentejo 9%

- Algarve 6%

- Madeira 5%

- Açores 6%

Em termos de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, o Quadro Comunitário de Apoio II concedia 52% do orçamento ao Fundo Europeu de

Desenvolvimento Regional, 18% ao Fundo Social Europeu, 12% ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e 17% ao Fundo de Coesão.

#### **8.4. Projetos**

- Reabilitação da zona oriental de Lisboa e construção das infraestruturas para a Expo'98
- Aproveitamento hidráulico Odeleite-Beliche
- Ponte Vasco da Gama em Lisboa
- Sistema de abastecimento de água ao Grande Porto
- Modernização da Linha do Norte para introdução dos comboios pendulares Lisboa-Porto
- Recuperação ambiental do rio Trancão e ETAR de São João da Talha
- Modernização e eletrificação da Linha da Beira Alta
- Hospitais distritais de Elvas, Viseu, Barlavento Algarvio, Cova da Beira, Torres Novas e Santa Maria da Feira
- Introdução do gás natural em Portugal (construção do gasoduto)
- Construção do museu e auditório de Serralves, no Porto
- Modernização dos portos comerciais de Leixões, Aveiro, Lisboa, Sines e Setúbal
- Valorização turística de 10 aldeias históricas do Centro de Portugal
- Prolongamento da A2 até Grândola, da A3 até Ponte de Lima, da A4 até Amarante, da A6 até Évora
- Construção de 245 escolas
- Extensão do IP3 e IP6 (A23)

- Construção de 309 infraestruturas desportivas
- Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL-A9)
- Concessão de 9600 bolsas de formação avançada
- Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL)
- Ponte do Freixo no Porto
- Formação de 1,57 milhões de formandos
- Ampliação do Aeroporto de Santa Catarina no Funchal

## **9. Quadro Comunitário de Apoio para o Período 2000-2006**

No Período de Programação 2000-2006, a Política Regional Europeia foi concebida com base no documento Agenda 2000, tendo em conta a Estratégia de Lisboa e os futuros alargamentos da União Europeia.

A Estratégia de Lisboa preconiza o crescimento, o emprego e a coesão social para a União Europeia bem como o desenvolvimento sustentável.

O Quadro Comunitário de Apoio III foi implementado através de Programas Operacionais Regionais geridos pelos órgãos das regiões autónomas e pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional nas cinco regiões do continente.

O Quadro Comunitário de Apoio III consagrou reservas de dotações financeiras a afetar em função do surgimento de novos problemas ou prioridades e da evolução da implementação dos Programas Operacionais, isto é, a reserva de eficiência (regulamentar) e a reserva de programação (de iniciativa do Governo português).

No âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III, o Governo decidiu avançar para as novas autoestradas sem custos para o utilizador (SCUT), as quais a partir

de 1999 passam a ser construídas em paralelo e adicionalmente ao esforço de investimento do Quadro Comunitário de Apoio mas sem o seu financiamento.

### **9.1. Eixos prioritários**

O Quadro Comunitário de Apoio III definiu como eixos prioritários:

- Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social
- Alterar o perfil produtivo em direção às atividades do futuro
- Afirmar a valia do território e a posição geoeconómica do país
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional

Entre 2000 e 2006, a programação e a aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento em Portugal teve como objetivo recuperar o atraso do país.

### **9.2. Programas**

- Programa operacional da educação
- Programa operacional emprego, formação e desenvolvimento
- Programa operacional ciência e inovação
- Programa operacional sociedade do conhecimento
- Programa operacional da saúde
- Programa operacional da cultura
- Programa de incentivos à economia
- Programa operacional agricultura e desenvolvimento rural

- Programa operacional da pesca
- Programa operacional acessibilidades e transportes
- Programas operacionais das Regiões Autónomas
- Programas Operacionais Regionais do continente

### **9.3. Repartição dos Fundos**

Em termos de zonas do país, o Quadro Comunitário de Apoio III foi distribuído da seguinte forma:

- Norte 34%
- Centro 23%
- Lisboa e Vale do Tejo 16%
- Alentejo 12%
- Algarve 4%
- Madeira 5%
- Açores 5%

Em termos de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, o Quadro Comunitário de Apoio III concedia 54% do orçamento ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, 19% ao Fundo Social Europeu e 13% ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e 12% ao Fundo de Coesão.

### **9.4. Projetos**

- Eixo viário norte/sul em Lisboa
- Barragem e central hidroelétrica do Alqueva

- Troços do IP2, IP3 e IP6 (A23)
- Sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento
- Ponte Salgueiro Maia (IC10) em Santarém
- Central de Resíduos Sólidos Urbanos da LIPOR
- Modernização de troços ferroviários das linhas do Norte e do Algarve
- Aquisição de 118 mil computadores para distribuição pelas escolas do ensino básico e secundário
- Metro do Porto (2.ª fase)
- Intervenção em 156 escolas do ensino básico e jardins-de-infância
- Expansão do Metropolitano de Lisboa para Odivelas, para a Baixa e para o Aeroporto
- 280 Intervenções de construção, remodelação e adequação de hospitais e centros de saúde
- Metropolitano Ligeiro do Sul do Tejo (1.ª fase)
- Criação de 20 centros de Ciência Viva
- Expansão dos aeroportos do Porto e de Faro
- Formação de 4,5 milhões de formandos
- Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito de Sines
- Criação de 196 Centros Novas Oportunidades
- Armazenagem subterrânea de gás natural em Carriço-Pombal
- Parques eólicos da Gardunha, Caramulo, Pinhal Interior e Pampilhosa da Serra



## **10. Quadro de Referência Estratégico Nacional para o Período 2007-2013**

O Quadro de Referência Estratégico Nacional tinha como objetivo estratégico a qualificação dos portugueses e a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial.

A estrutura operacional do Quadro de Referência Estratégico Nacional foi delineada em três agendas temáticas:

- Agenda para o potencial humano
- Agenda para os fatores de competitividade
- Agenda para a valorização do território

O Quadro de Referência Estratégico Nacional incluiu um modelo regulamentar a nível nacional com mais de cem regulamentos, por tipologias de projetos e ações, que regiam o acesso e seleção da totalidade das operações financiáveis.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional pretendeu reforçar a coerência dos projetos apoiados com a estratégia definida a nível nacional o que se traduziu em alterações significativas nas prioridades dos fundos.

Daí que a construção de infra-estruturas diminui gradualmente e verificou-se um investimento em infraestruturas sociais.

### **10.1. Eixos prioritários**

O Quadro de Referência Estratégico Nacional assumiu como eixos prioritários:

- Promover a qualificação dos portugueses
- Promover o crescimento sustentado, através do aumento da competitividade

- Garantir a coesão social
- Assegurar a qualificação do território e das cidades
- Aumentar a eficiência da governação

À semelhança do período anterior, verificaram-se três agendas temáticas, a Agenda para o potencial humano, a Agenda para os fatores de competitividade e a Agenda para a valorização do território.

## **10.2. Programas**

- Programa Operacional temático potencial humano
- Programa Operacional de valorização do potencial humano e coesão social da região autónoma da Madeira (Rumos)
- Programa operacional do Fundo Social Europeu para a Região Autónoma dos Açores (Pro-Emprego)
- Programa Operacional temático fatores de competitividade (COMPETE)
- Programas Regionais Continente
- Programa Operacional de valorização do potencial económico e coesão territorial da Região Autónoma da Madeira (Intervir+)
- Programa Operacional da Região Autónoma dos Açores para a convergência da região autónoma dos Açores (Proconvergência)
- Programa Operacional temático valorização do território

## **10.3. Repartição dos Fundos**

Em termos de zonas do país, o Quadro de Referência Estratégico Nacional foi distribuído da seguinte forma:

- Norte 40%
- Centro 28%
- Lisboa e Vale do Tejo 5%
- Alentejo 14%
- Algarve 2%
- Madeira 7%
- Açores 4%

Em termos de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, o Quadro de Referência Estratégico Nacional concedia 42% do orçamento ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, 35% ao Fundo Social Europeu, 16% ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e 6% ao Fundo de Coesão.

#### **10.4. Projetos**

- Autoestrada Transmontana até Quintanilha (A4)
- Novo hospital pediátrico de Coimbra
- Infraestruturas hidráulicas do Alqueva
- Túnel do Marão
- Intervenções em 3000 km de rede de abastecimento de água e em 6000 km de coletores de drenagem de águas residuais
- Ligação ferroviária Sines-Elvas
- Intervenção em 724 estabelecimentos de educação do ensino básico e pré-escolar e em 26 universidades
- Modernização da Linha da Beira Baixa
- Intervenção em 79 equipamentos desportivos

- Ligação do Metropolitano de Lisboa à Reboleira e do Metro do Porto à Venda Nova

- Formação de 4,9 milhões de formandos

- Alargamento do sistema de saneamento do Vale do Ave

## **11. O diferente acesso aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento pelas regiões portuguesas**

Os Quadros Comunitários de Apoio diferem pela progressiva diferenciação da elegibilidade regional, ou seja, do diferente acesso ao financiamento estrutural da União Europeia por parte das sete regiões portuguesas.

A elegibilidade regional respeita à possibilidade de os projetos com origem numa determinada região terem acesso pleno ou mais restrito aos financiamentos comunitários.

Esta possibilidade encontra-se definida pelo nível de desenvolvimento das regiões, medido pela aproximação do Produto Interno Bruto *per capita* médio da região ao valor médio deste indicador a nível europeu.

O enquadramento das regiões europeias nos vários objetivos da Política de Coesão considera os regimes de apoio transitório *phasing out* e *phasing in* que facilitam a passagem de uma região para o objetivo seguinte.

O nosso país enquadra-se no objetivo da política regional europeia que visa o apoio a regiões menos desenvolvidas da União Europeia tendo em vista a promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões em atraso de desenvolvimento.

A região de Lisboa e Vale do Tejo é a única região NUTS II portuguesa acima do limiar de 75% do Produto Interno Bruto *per capita* médio comunitário.

No Quadro de Referência Estratégico Nacional aprofundou-se a diversidade regional no acesso aos fundos estruturais e de coesão com confirmação da saída da região de Lisboa da lógica da convergência e da coesão e a consideração das regiões da Madeira e do Algarve em situações de transição.

## **12. Acordo de Parceria 2014-2020**

O Portugal 2020 trata-se do Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a atuação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover em Portugal entre os anos de 2014 e 2020.

O Acordo de Parceria encontra-se delimitado pela Estratégia Europa 2020 – estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Até final de dezembro de 2018 ocorreu a abertura de 2.532 concursos no Portugal 2020, destinando-se 2.487 à seleção de operações e 45 à aprovação de estratégias de desenvolvimento territorial.

Até ao final de Dezembro de 2018 encontravam-se em aberto 193 concursos com uma dotação de 1.343 mil milhões de Euros.

A maioria dos concursos abertos destinam-se às áreas da competitividade e internacionalização e à inclusão social e emprego.

Do total dos fundos programados no âmbito do Portugal 2020, ou seja, 25.856 mil milhões de Euros destacam-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional com 10.218 mil milhões de Euros e o Fundo Social Europeu e Iniciativa Emprego Jovem com 6.184 mil milhões de Euros.

### **12.1. Eixos prioritários e áreas temáticas**

- Competitividade e Internacionalização que representa 40% com 9.941 milhões de Euros disponibilizados para financiamento de investimentos

- Pequenas e Médias Empresas
- Tecnologias de informação e comunicação
- Administração Pública
- Transportes

- Inclusão social e emprego que representa 17% com 4.231 milhões de Euros

- Emprego
- Emprego Jovem
- Desenvolvimento social

- Capital humano que representa 18% com 4.453 milhões de Euros

- Formação de adultos
- Formação Superior
- Educação
- Infra-estruturas

- Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos que representa 25% com 6.267 milhões de Euros

- Energia
- Alterações climáticas
- Ambiente

- Desenvolvimento rural

- Recursos naturais
- Competitividade
- Eficiência de recursos
- Programa Leader
- Assuntos Marítimos e Pescas
  - Pesca sustentável
  - Aquicultura
  - Transformação dos produtos das pescas
  - Outras áreas
- Regiões ultraperiféricas
- Estratégias de desenvolvimento territorial

## **12.2. Programas**

### **i) Programas Operacionais Temáticos**

- Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)
- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
- Programa Operacional Capital Humano
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso de recursos

### **ii) Programas Operacionais Regionais do Continente**

- Programa Operacional Norte 2020
- Programa Operacional Centro 2020

- Programa Operacional Alentejo 2020
- Programa Operacional Lisboa 2020
- Programa Operacional Algarve 2020
- iii) Programas Operacionais das Regiões Autónomas
  - Programa Operacional dos Açores 2020
  - Programa Operacional da Madeira 2014-2020
- iv) Programa Operacional Assistência Técnica
  - Programa Operacional Assistência Técnica 2020
- v) Programas de Desenvolvimento Rural
  - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente PDR 2020
  - Programa de Desenvolvimento Rural dos Açores PRO RURAL +
  - Programa de Desenvolvimento Rural da Madeira PRODERAM 2020
- vi) Programa dos Assuntos Marítimos e das Pescas
  - Programa Operacional Mar 2020

### **12.3. Repartição dos Fundos**

O Portugal 2020 engloba um financiamento total de 25.856.076 de Euros sendo distribuído da seguinte forma:

- Fundo Europeu para o Desenvolvimento Rural 10.776.916 Euros
- Fundo Social Europeu e Iniciativa Emprego Jovem 7.766.472 Euros
- Fundo de Coesão 2.861.742 Euros
- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural 4.058.460 Euros



- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas a título de fundo comunitário 392.485 Euros

i) Programas Operacionais Temáticos no valor de 11.975.920 Euros

- Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) no valor de 4.413.930 Euros

- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego no valor de 2.213.415 Euros

- Programa Operacional Capital Humano no valor de 3.095.832 Euros

- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso de recursos no valor de 2.252.742 Euros

ii) Programas Operacionais Regionais do Continente no valor de 7.752.503 Euros

- Programa Operacional Norte 2020 no valor de 3.378.771 Euros

- Programa Operacional Centro 2020 no valor de 2.155.031 Euros

- Programa Operacional Alentejo 2020 no valor de 1.082.944 Euros

- Programa Operacional Lisboa 2020 no valor de 817.081 Euros

- Programa Operacional Algarve 2020 no valor de 318.676 Euros

iii) Programas Operacionais das Regiões Autónomas no valor de 1.538.707 Euros

- Programa Operacional dos Açores 2020 no valor de 1.137.481 Euros

- Programa Operacional da Madeira 2014-2020 no valor de 401.226 Euros

iv) Programa Operacional Assistência Técnica 2020 no valor de 138.000 Euros

v) Programas de Desenvolvimento Rural no valor de 4.058.460 Euros

- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente PDR 2020 no valor de 3.583.729 Euros
- Programa de Desenvolvimento Rural dos Açores PRO RURAL + no valor de 295.282 Euros
- Programa de Desenvolvimento Rural da Madeira PRODERAM 2020 no valor de 179.449 Euros

vi) Programa dos Assuntos Marítimos e das Pescas

- Programa Operacional Mar 2020 enquanto fundo comunitário no valor de 392.485 Euros

## 12.4. Indicadores de Execução Financeira

### 12.4.1. Programa Operacional por Região

Programa Operacional /Região	Operações aprovadas (AP)		Despesa validada (VAL)		Taxa de realização de fundo (VAL/AP) %
	Fundo Aprovado mil euros	% em coluna	Fundo Executado mil euros	% em coluna	
<b>Portugal 2020</b>	<b>19.574.895</b>	<b>100%</b>	<b>8.439.298</b>	<b>100%</b>	<b>43%</b>
Norte	6.449.519	33%	2.614.287	31%	41%
Centro	4.746.354	24%	1.769.597	21%	37%
Alentejo	1.589.254	8%	526.095	6%	33%
Lisboa	900.640	5%	285.365	3%	32%
Algarve	324.484	2%	124.813	1%	38%
Açores	1.334.304	7%	724.362	9%	54%
Madeira	715.712	4%	336.749	4%	47%
Multirregional convergência	450.195	2%	170.119	2%	38%
Não regionalizado	3.064.434	16%	1.887.912	22%	62%
<b>PO Competitividade e Internacionalização</b>	<b>4.290.920</b>	<b>100%</b>	<b>1.421.738</b>	<b>100%</b>	<b>33%</b>
Norte	1.978.922	46%	746.137	52%	38%
Centro	1.656.626	39%	504.874	36%	30%
Alentejo	357.779	8%	88.131	6%	25%
Lisboa	30.159	1%	0	0%	0%
Algarve	0	0%	0	0%	0%
Açores	72.191	2%	32.444	2%	45%
Madeira	0	0%	0	0%	0%
Multirregional convergência	195.242	5%	50.153	4%	26%
Não regionalizado	0	0%	0	0%	0%
<b>PO Inclusão Social e Emprego</b>	<b>1.583.417</b>	<b>100%</b>	<b>626.092</b>	<b>100%</b>	<b>40%</b>
Norte	712.366	45%	243.390	39%	34%
Centro	502.332	32%	188.173	30%	37%
Alentejo	171.477	11%	60.615	10%	35%
Lisboa	102.508	6%	86.699	14%	85%
Algarve	26.553	2%	13.947	2%	53%
Açores	23.953	2%	15.804	3%	66%
Madeira	13.497	1%	7.413	1%	55%
Multirregional convergência	30.732	2%	10.052	2%	33%
Não regionalizado	0	0%	0	0%	0%
<b>PO Capital Humano</b>	<b>2.706.262</b>	<b>100%</b>	<b>1.558.365</b>	<b>100%</b>	<b>58%</b>
Norte	1.420.189	52%	818.479	53%	58%
Centro	909.614	34%	530.274	34%	58%
Alentejo	261.036	10%	135.251	9%	52%
Multirregional convergência	115.423	4%	74.363	5%	64%
Não regionalizado	0	0%	0	0%	0%
<b>PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos</b>	<b>1.422.301</b>	<b>100%</b>	<b>450.914</b>	<b>100%</b>	<b>32%</b>
Norte	332.470	23%	100.449	22%	30%
Centro	361.152	25%	111.898	25%	31%
Alentejo	153.764	11%	63.122	14%	41%
Lisboa	208.328	15%	42.858	10%	21%
Algarve	82.475	6%	43.411	10%	53%
Açores	67.150	5%	0	0%	0%
Madeira	216.961	15%	89.177	20%	41%
Multirregional convergência	0	0%	0	0%	0%
Não regionalizado	0	0%	0	0%	0%
<b>PO Regionais</b>	<b>5.778.343</b>	<b>100%</b>	<b>2.169.175</b>	<b>100%</b>	<b>38%</b>
PO Norte 2020	1.967.263	34%	695.877	32%	35%
PO Centro 2020	1.271.072	22%	424.332	20%	33%
PO Alentejo 2020	639.627	11%	178.495	8%	28%
PO Lisboa 2020	494.570	9%	146.239	7%	30%
PO Algarve 2020	188.285	3%	58.644	3%	31%
PO Açores 2020	891.587	15%	498.246	23%	56%
PO Madeira 14-20	325.939	6%	167.341	8%	51%
<b>PO Assistência Técnica 2020</b>	<b>108.798</b>	<b>100%</b>	<b>35.551</b>	<b>100%</b>	<b>33%</b>
<b>PDR Continente</b>	<b>3.055.917</b>	<b>n.d.</b>	<b>1.885.822</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>
<b>PDR Açores</b>	<b>244.643</b>	<b>n.d.</b>	<b>158.787</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>
<b>PDR Madeira</b>	<b>143.881</b>	<b>n.d.</b>	<b>64.728</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>
<b>PO MAR 2020</b>	<b>240.413</b>	<b>100%</b>	<b>68.124</b>	<b>100%</b>	<b>28%</b>
Norte	38.309	16%	9.955	15%	26%
Centro	45.557	19%	10.045	15%	22%
Alentejo	5.570	2%	482	1%	9%
Lisboa	65.075	27%	9.569	14%	15%
Algarve	27.171	11%	8.812	13%	32%
Açores	34.780	14%	19.082	28%	55%
Madeira	15.433	6%	8.090	12%	52%
Multirregional convergência	0	0%	0	0%	0%
Não regionalizado	8.517	4%	2.091	3%	25%

## 12.4.2. Domínio da competitividade e internacionalização

Indicador Trimestral	Unidade	Total	PO CI	PO ISE	PO CH	PO SEUR	PO Norte	PO Centro	PO Alentejo	PO Lisboa	PO Algarve	PO Açores	PO Madeira
Projetos de I&D e transferência de conhecimento apoiados	Nº	3 371	1 902	-	-	-	398	349	58	502	96	39	27
Empresas em cooperação com instituições de investigação	Nº	674	474	-	-	-	60	67	13	35	8	11	6
Serviços da Administração Pública apoiados	Nº	448	161	-	-	-	84	102	51	-	34	16	-
Novas empresas/start-ups apoiadas	Nº	961	-	-	-	-	213	261	146	36	42	217	46
Empresas que beneficiam de apoio à internacionalização	Nº	6 036	2 640	-	-	-	1 427	923	352	517	138	4	35
Empresas apoiadas no âmbito dos Sistemas de Incentivo	Nº	13 741	5 050	-	-	-	3 268	2 473	838	870	336	716	190
Investimento elegível apoiado no âmbito dos Sistemas de Incentivo	€	8 879 759 547	5 374 990 891	-	-	-	1 426 402 310	975 812 477	332 428 743	525 112 293	117 357 833	-	127 655 000
Projetos de ações coletivas apoiados	Nº	2 049 161	201	-	-	-	186	44	86	2 048 622	18	-	4
Linhas férreas intervencionadas	Km	325	325	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial	Nº	21 499	18 325	-	-	-	1 778	1 033	132	209	22	-	-

## 12.4.3. Domínio Inclusão Social e Emprego

Indicador Trimestral	Unidade	Total	PO CI	PO ISE	PO CH	PO SEUR	PO Norte	PO Centro	PO Alentejo	PO Lisboa	PO Algarve	PO Açores	PO Madeira
Pessoas que beneficiam de apoios à contratação	Nº	32 042	-	20 723	-	-	-	-	-	2 123	2 063	3459	3 674
	Nº	15 001	-	15 001	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas que beneficiam de estágios profissionais	Nº	34 676	-	28 163	-	-	-	-	-	1 012	677	3193	1 631
	Nº	42 406	-	42 406	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações em ações de formação	Nº	404 715	-	363700	-	-	-	-	-	35124	1111	-	4780
Participações de pessoas com deficiência e incapacidade em formação	Nº	13 413	-	11 085	-	-	-	-	-	2 328	-	-	-
Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	Nº	56 198	-	-	-	-	19 262	16 335	9 431	7 577	3 593	-	-
Equipamentos sociais e de saúde apoiados	Nº	320	-	-	-	-	31	46	149	24	25	42	3
Espaços abertos, criados ou reabilitados em áreas urbanas	M2	1 231 622	-	-	-	-	509 091	179 587	145 778	376 378	-	-	20 788
Habitacões reabilitadas em áreas urbanas	Nº	5 854	-	-	-	-	2 759	427	194	2474	-	-	-

### 12.4.4. Domínio Capital Humano

Indicador Trimestral	Unidade	Total	PO CI	PO ISE	PO CH	PO SEUR	PO Norte	PO Centro	PO Alentejo	PO Lisboa	PO Algarve	PO Açores	PO Madeira
Jovens apoiados em vias profissionalizantes (básico e secundário)	Nº	206 046	0	0	193 446	0	0	0	0	3 244	0	5 311	4 045
Adultos apoiados em modalidades de longa duração de dupla certificação	Nº	40 753	0	0	35 855	0	0	0	0	0	0	4 693	205
Bolseiros em ações de formação avançada	Nº	3 680	-	-	3 569	-	32	-	-	-	-	79	-
Jovens e adultos apoiados em cursos pós secundário	Nº	4 431	0	0	2 337	0	965	199	52	502	42	44	290
Bolseiros de ação social no ensino superior	Nº	115 455	-	-	114 694	-	-	761	-	-	-	-	-
Nº de infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Nº escolas	348	-	-	-	-	124	105	39	47	31	-	2
Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Nº de alunos	136 717	-	-	-	-	61 975	35 630	9 401	26 656	1 715	-	1 340

### 12.4.5. Domínio Desenvolvimento Rural

Indicador Trimestral	Unidade	Total	PDR + Prorural + Proderam
Apoio ao investimento na exploração agrícola, transformação e comercialização de produtos agrícolas e infraestruturas de regadio (pago e comprometido)	€	1 543 588 456	1 543 588 456
Nº de ações/operações apoiadas	Nº	24 153	24 153
Nº de explorações/beneficiários apoiados	Nº	32 473	32 473
Área apoiada com medidas de superfície/animais	ha	3 990 787	3 990 787
Área apoiada com medidas florestais	ha	321 582	321 582
Área apoiada em compromissos agroambiente e clima	ha	1 570 390	1 570 390
Nº de contratos com compromissos sivoambientais e agroambiente e clima	Nº	78 802	78 802
Nº de participantes em formação (aprovações)	Nº	30 230	30 230
Nº de beneficiários aconselhados (aprovações)	Nº	430	430
Nº grupos PEI (aprovações)	Nº	1 323	1 323
Nº de operações PEI (aprovações)	Nº	1 323	1 323
Nº de projetos LEADER (aprovações e pagamentos)	Nº	2 204	2 204

## 12.4.6. Domínio Assuntos Marítimos e Pescas

Indicador Trimestral	Unidade	Total Assuntos Marítimos e Pescas
Projetos no domínio da inovação, dos serviços de aconselhamento e das parcerias com cientistas nas pescas	Nº	16
Projetos no domínio da cessação temporária e permanente da atividade de pesca	Nº	407
Projetos no domínio da proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos e da eficiência energética e atenuação das alterações climáticas	Nº	25
Projetos no domínio da substituição ou modernização de motores	Nº	80
Projetos no domínio do valor acrescentado, qualidade, utilização das capturas indesejadas e portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos	Nº	86
Projetos em matéria de inovação, serviços de aconselhamento na aquicultura	Nº	50
Projetos no domínio dos investimentos produtivos na aquicultura	Nº	46
Projetos no domínio do aumento do potencial dos sítios aquícolas e medidas relativas à saúde pública e animal	Nº	29
Projetos no domínio do controlo e recolha de dados das pescas	Nº	17
Projetos no domínio da transformação dos produtos da pesca e da aquicultura	Nº	49
Projetos no domínio da política marítima integrada (VMI e Conhecimento Marinho)	Nº	9

## 12.4.7. Domínio sustentabilidade e eficiência de recursos

Indicador Trimestral	Unidade	Total	PO CI	PO ISE	PO CH	PO SEUR	PO Norte	PO Centro	PO Alentejo	PO Lisboa	PO Algarve	PO Açores	PO Madeira
Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	KWh/ano	263 663 849	-	-	-	257 976 479	3 228 572	-	938 715	-	1 520 083	-	-
Agregados familiares com consumo de energia melhorado	Nº	3 646	-	-	-	13	2 970	214	75	346	-	-	28
Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Toneladas de equivalente CO2	72 772	-	-	-	72 237	-	116	-	-	389	11	20
Economias de Energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	tep	1 369	-	-	-	1 369	-	-	-	-	-	-	-
Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	68	-	-	-	61	-	-	-	-	-	7	-
População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	Pessoas	7 273 896	-	-	-	7 273 896	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas de proteção civil	Nº	84	-	-	-	80	-	-	-	-	-	4	-
Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	Ton./ano	265 520	-	-	-	265 520	-	-	-	-	-	-	-
Extensão dos Sistemas de Drenagem de Águas Residuais a construir/remodelar	Km	3 186	-	-	-	3 186	-	-	-	-	-	-	-
Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	Hectares	144 494	-	-	-	131 815	-	-	-	-	-	12 679	-
Espaços abertos, criados ou reabilitados em áreas urbanas	M²	4 128 708	-	-	-	-	1 917 224	1 349 169	337 325	351 531	37 759	135 701	-
Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	M²	443 152	-	-	-	-	215 684	111 281	72 442	26 961	8 340	7 325	1 120

## 12.5. Resultados

- 404.715 Participações em ações de formação
- 56.198 Participantes em ações de trabalho de desenvolvimento necessário
- 13.413 Participações de pessoas com deficiência e incapacidade de formação
- 320 Equipamentos de saúde e sociais apoiados
- 21.499 Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial
- 6.036 Empresas que beneficiam do apoio à internacionalização
- 3.371 Projetos de inovação e desenvolvimento e transferência de conhecimentos apoiados
- 961 Novas empresas/start ups apoiadas
- 206.046 Jovens apoiados em vias profissionalizantes
- 115.455 Bolseiros de ação social do ensino superior
- 40.753 Adultos apoiados em modalidades de longa duração de dupla certificação
- 3.680 Bolseiros em ações de formação avançada
- 263 663 849 KWh/ano de redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos
- 265 520 Toneladas por ano de capacidade adicional de reciclagem de resíduos
- 144 494 Hectares de superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação
- 72 772 Toneladas de equivalente de CO2 relativas à diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa
- 1.544 Milhões de Euros no apoio ao investimento da exploração agrícola, transformação e comercialização de produtos agrícolas e infra-estruturas de regadio
- 2.204 Projetos aprovados no âmbito do Leader

- 86 Projetos no domínio do valor acrescentado, qualidade, utilização das capturas indesejadas e portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos
- 80 Projetos no domínio da substituição ou modernização de motores
- 50 Projetos em matéria de inovação e serviços de aconselhamento de aquicultura



## **PARTE VIII**

### **PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO PÓS 2020**

#### **1. Enquadramento geral**

A 2 de Maio de 2018, a Comissão Europeia adotou a sua proposta acerca do Quadro Financeiro Plurianual, com regras quanto às despesas como às receitas (Decisão sobre os Recursos Próprios).

A proposta da Comissão consiste num orçamento de longo prazo para a União Europeia que contemple 1,135 mil milhões de Euros em autorizações e 1,105 mil milhões de Euros em pagamentos.

Estes valores incluem a integração no Orçamento da União Europeia do Fundo Europeu de Desenvolvimento que financia a cooperação para o desenvolvimento com países de África, Caraíbas e Pacífico.

No que diz respeito às receitas da União Europeia, a Comissão propôs:

- Eliminação progressiva de todos os abatimentos (dinheiro que determinados Estados-Membros podem reclamar das suas contribuições para o orçamento)

- Redução de 20% para 19% do montante que os Estados-Membros retêm para cobrir os custos da cobrança de receitas aduaneiras

- Simplificação do recurso próprio baseado no Imposto sobre o Valor Acrescentado

- Introdução de novas fontes de receitas associadas ao regime de comércio de licenças de emissão da União Europeia, quantidade de resíduos de embalagens de plásticos não reciclados em cada Estado-Membro (0,80 cêntimos por kg) e eventual matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (3%).

Os novos recursos próprios irão representar cerca de 12% do Orçamento total da União Europeia e poderão contribuir com montantes até 22 mil milhões de Euros por ano para financiamento de novas prioridades.

A Comissão propõe para a União a 27 um Orçamento:

- Moderno com simplificação das formalidades para os beneficiários e as autoridades de gestão, fixação de objetivos mais claros e centrados no desempenho
- Simples através da redução de 58 para 37 Programas racionalizados-Flexível
- Flexível mediante uma flexibilidade acrescida seio dos diferentes programas com o reforço dos instrumentos de gestão de crises e a criação de uma nova Reserva da União para fazer face a acontecimentos imprevistos e responder a situações de emergência em domínios como a segurança e a migração

Em termos de gestão financeira, a Comissão Europeia propõe um novo mecanismo para proteger o Orçamento da União Europeia contra os riscos financeiros associados a deficiências generalizadas do Estado de Direito nos Estados-Membros com a suspensão, redução e a restrição do acesso ao financiamento de forma proporcionada à natureza, gravidade e alcance verificados mediante proposta da Comissão e adoção pelo Conselho por maioria qualificada invertida.

A Comissão propõe que o financiamento da Política Agrícola Comum e da Política de Coesão seja reduzido cerca de 5% a fim de refletir a nova realidade de uma União a 27.

O Orçamento da União Europeia para o Período de Programação 2021-2027 apresenta os seguintes valores para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento:

**- Fundo Social Europeu Mais**

Período 2014-2020: 120.723.282.076 Euros

Período 2021-2027: 101.174.000.000 Euros

O Fundo Social Europeu irá receber menos 19.549.282.076 de Euros com relação ao Período de Programação anterior

**- Fundo Europeu Agrícola e Desenvolvimento Rural**

Período 2014-2020: 152.072.297.613 Euros

Período 2021-2027: 78.811.000.000 Euros

O Fundo Europeu Agrícola e Desenvolvimento Rural irá receber menos 73.261.297.613 de Euros, ou seja, quase metade da dotação em relação ao Período de Programação anterior.

**- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas**

Período 2014-2020: 8.022.901.908 Euros

Período 2021-2027: 6.140.000.000 Euros

O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas irá receber menos 1.882.901.908 de Euros face ao Período de Programação anterior.

**- Fundo de Coesão**

Período 2014-2020: 74.818.734.990 Euros

Período 2021-2027: 46.692.000.000 Euros

O Fundo de Coesão irá receber menos 2.812.673.499 de Euros relativamente ao Período de Programação anterior.

## **- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional**

Período 2014-2020: 278.942.793.201 Euros

Período 2021-2027: 226.308.000.000 Euros

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional irá receber menos 52.634.793.201 de Euros comparativamente ao Período de Programação anterior.

## **2. A Política de Coesão**

As propostas da Comissão Europeia no âmbito da Política de Coesão englobam:

### **i) Incidência nas principais prioridades em termos de investimento**

- a) Inovação
- b) Apoio às Pequenas e Médias Empresas
- c) Tecnologias digitais
- d) Modernização industrial

### **ii) Abordagem adaptada do desenvolvimento regional**

- a) Introdução de novos critérios para repartição dos fundos
- b) Aumento das taxas de cofinanciamento através do reforço da apropriação dos projetos financiados pela União Europeia nas regiões e nos municípios

### **iii) Maior simplificação**

- a) Processos de controlo menos rigorosos para as empresas e os empresários
- b) Revisão intercalar para eventuais alterações aos Programas nos últimos dois anos do período de financiamento

iv) Relação com o Semestre Europeu através da complementaridade e coordenação da Política de Coesão com o novo Programa reforçado de Apoio às Reformas Estruturais.

O Parlamento Europeu defende que a Política de Coesão pós-2020 deve acarretar:

- i) Simplificação do sistema global de gestão
- ii) Manutenção das subvenções como base do financiamento da política de coesão
- iii) Particular atenção aos grupos marginalizados e o desemprego jovem
- iv) Preocupação com as alterações demográficas e alterações climáticas
- v) Agenda Territorial
- vi) Importância das cidades e das zonas urbanas na elaboração das políticas europeias

### **3. Fundo Social Europeu**

Para o Período de Programação 2021-2027, a Comissão Europeia pretende implementar o Fundo Social Europeu Mais e reforçar o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

O Fundo Social Europeu Mais será o principal instrumento financeiro para investimento nas pessoas e reforço da coesão social, melhoria da justiça social e aumento da competitividade.

No futuro, a ideia é de que as prioridades do Fundo Social Europeu Mais sejam alinhadas no âmbito do Semestre Europeu de coordenação das políticas e orientadas de acordo com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Assim, o Regulamento do Fundo Social Europeu Mais englobará a fusão do Fundo Social Europeu, Iniciativa para o Emprego Jovem, Fundo de Auxílio Europeu

às Pessoas mais Carenciadas, Programa para o Emprego e a Inovação Social e Programa de Saúde da União Europeia.

O propósito consiste na simplificação das normas que regem os mecanismos supra mencionados, multiplicando sinergias no sentido de alcançar melhores resultados.

O Fundo Social Europeu Mais irá investir na educação, formação e aprendizagem, eficácia do mercado de trabalho e igualdade de acesso a empregos de qualidade e inclusão social, saúde e combate à pobreza.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais prevê as seguintes áreas de atuação:

- Acesso ao emprego
- Modernização do mercado de trabalho
- Promoção da participação das mulheres no mercado de trabalho através da conciliação entre vida profissional e pessoal, serviços de acolhimento de crianças
- Melhoria da qualidade dos sistemas de educação e formação
- Promoção da igualdade de acesso à educação e formação
- Promoção da integração de nacionais de países terceiros e comunidades marginalizadas
- Acesso aos serviços públicos, sistemas de proteção social, de saúde e cuidados continuados
- Promoção da integração de pessoas em risco de pobreza
- Promoção da saúde

De salientar que a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais será levada a cabo pelo Programa Horizonte Europeu, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e o Fundo para o Asilo e Migração.

No que respeita ao desemprego jovem e inclusão social, os Estados-Membros com uma elevada proporção de jovens que não trabalham, não estudam nem estão em formação terão de consagrar uma percentagem mínima de 10% do financiamento do Fundo Social Europeu Mais a medidas de apoio ao emprego.

Pelo menos 25% do financiamento do Fundo Social Europeu Mais deverá ser canalizado para medidas de fomento da inclusão social.

Em termos de cuidados de saúde, o Fundo Social Europeu Mais irá apoiar as autoridades de saúde dos Estados-Membros a aprofundar a digitalização, a cooperação transfronteiriça no caso de doenças raras e complexas.

O Fundo Social Europeu Mais pretende reforçar as capacidades dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil através da garantia de participação ao longo das diferentes fases de execução dos respetivos Programas.

#### **4. Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural**

A futura Política Agrícola Comum irá refletir os novos aspetos económicos, ambientais, sociais e territoriais que marcam a Europa a 27.

Os pagamentos diretos dissociados e associados continuarão a ser os elementos fulcrais de atuação da Política Agrícola Comum.

A Comissão Europeia propõe uma redução dos pagamentos a partir de 60.000 Euros e um limite máximo obrigatório para os montantes superiores a 100.000 Euros por exploração.

Os programas setoriais de intervenção irão ser transferidos da Organização Comum de Mercado para os novos Planos Estratégicos Nacionais.

A taxa de cofinanciamento é reduzida em dez pontos percentuais.

As regras do Programa Leader inserem-se no âmbito da Política de Coesão ainda que o seu financiamento seja financiado pelo orçamento agrícola.

## **5. Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas**

Para o Período de Programação 2021-2027, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas continuará a apoiar o setor europeu das pescas em atividades mais sustentáveis com particular atenção para os pequenos pescadores.

Pela primeira vez, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas contribuirá para o reforço da governação internacional dos oceanos.

A Comissão Europeia pretende que 30% do Orçamento do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas esteja destinado à atenuação das alterações climáticas no âmbito do Acordo de Paris.

Neste sentido, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas irá apoiar os pequenos pescadores costeiros, cujos navios tenham comprimento inferior a doze metros, os quais representam metade dos postos de trabalho europeus no setor das pescas.

O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas continuará a apoiar a reposição das unidades populacionais de peixes em níveis saudáveis e a conservação dos ecossistemas marinhos.

A ideia central consiste no investimento em novos mercados, serviços e tecnologias marítimas, como a energia oceânica e a biotecnologia marinha.

Daí que as comunidades costeiras recebam apoio reforçado para a criação de parcerias locais em todos os setores da economia azul, incluindo a aquicultura e o turismo costeiro.

No contexto da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a União Europeia comprometeu-se a tornar os mares e os oceanos mais seguros e limpos assim como tornar sustentável a sua gestão.

O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas irá financiar também o aperfeiçoamento da vigilância marítima tendo em vista o aumento da segurança e cooperação na guarda costeira.



No que respeita a novidades, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas contemplará:

- Maior simplificação e flexibilidade aos Estados-Membros para que possam orientar o apoio financeiro para as suas prioridades estratégicas
- Maior harmonização com outros fundos da União Europeia
- Melhor orientação do apoio para o cumprimento dos objetivos da Política Comum das Pescas

## **6. Fundo de Coesão**

No âmbito das alterações propostas, o Fundo de Coesão continuará a apoiar projetos no âmbito do investimento no crescimento e emprego no entanto irá apoiar uma economia verde, hipocarbónica e circular e uma Europa mais conectada.

A Comissão Europeia apresentou uma lista de atividades que não podem ser apoiadas pelo Fundo de Coesão, nomeadamente, apoios diretos a grandes empresas, infraestruturas aeroportuárias (exceto nas regiões ultraperiféricas) e operações no domínio da gestão de resíduos (aterros).

O Fundo de Coesão no Período de Programação 2021-2027 irá financiar os mesmos Estados-Membros, ou seja, Bulgária, Croácia, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, República Checa e Roménia.

## **7. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional**

As propostas da Comissão Europeia preveem um novo Regulamento para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo de Coesão e um

Regulamento com disposições específicas relativas à Cooperação Territorial Europeia.

Os objetivos para o Período de Programação mantêm-se no crescimento do emprego e cooperação territorial europeia.

Em termos de concentração temática temos o apoio à inovação, economia digital, Pequenas e Médias Empresas e uma economia verde e hipocarbónica.

A par do Fundo de Coesão, a Comissão Europeia apresentou uma lista de atividades que não podem ser apoiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, nomeadamente, apoios diretos a grandes empresas, infraestruturas aeroportuárias (exceto nas regiões ultraperiféricas) e operações no domínio da gestão de resíduos (aterros).

## **8. A posição de Portugal**

Os princípios gerais da posição de Portugal nesta matéria centram-se:

i) Importância da manutenção do carácter estrutural e financiamento da Política de Coesão enquanto política de médio-prazo

ii) Importância do desenvolvimento competitivo dos territórios

iii) Reforço da orientação para a competitividade, enquanto fator essencial para a convergência real

iv) Integração da política florestal na Política Agrícola Comum

v) Necessidade de Fundo de Coesão para a Competitividade

vi) Reforço da orientação para resultados da Política de Coesão

vii) Maior ligação ao Semestre Europeu

O Governo português encontra-se a realizar um conjunto de audições e consultas públicas para discutir a Estratégia Nacional para o Portugal pós 2020<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> - Documento de Reflexão sobre o Futuro da Política de Coesão  
- Livro Branco sobre o Futuro da Europa  
- Documento de Reflexão sobre o Controlo da Globalização  
- Documento de Reflexão sobre a Dimensão Social da Europa  
- Documento de Reflexão sobre o aprofundamento da União Económica e Monetária  
- Documento de Reflexão sobre o Futuro da Defesa Europeia  
- Documento de Reflexão sobre o Futuro das Finanças da União Europeia

## **CONCLUSÃO**

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento podem ser definidos como transferências da União Europeia para os Estados-Membros com a natureza jurídica de subvenções específicas comparticipadas com efeito de substituição e rendimento.

A entrada de Portugal na União Europeia produziu efeitos substanciais no que respeita à modernização da economia portuguesa ao nível de investimentos em infraestruturas, ferrovias, rodovias, portos, telecomunicações, energia, ciência e tecnologia, educação e formação.

No entanto, é de salientar que o tecido empresarial português compõem-se de Pequenas e Médias Empresas com capacidade de criação de emprego, inovação, empreendedorismo e crescimento.

Os problemas estruturais da economia portuguesa relacionam-se com os baixos níveis de produtividade e de qualificação dos trabalhadores, rigidez do mercado laboral público, elevados níveis de endividamento privado e público, debilidade do sistema financeiro e consequentes desequilíbrios externos e internos.

A dada altura, com a implementação da União Económica e Monetária e a introdução do Euro, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio e o alargamento da União Europeia a leste, Portugal começou a divergir com relação à média da União Europeia a 28 a partir do ano de 2011.

Para além disso, as disparidades em termos de rendimentos dos contribuintes portugueses face aos homónimos europeus acarreta preocupações acrescidas no que toca à incidência da carga fiscal mas também da vulnerabilidade aos fatores exógenos.

No entanto, o Período de Programação pós 2021 engloba uma redução substancial das dotações orçamentais em prol de Portugal, de destacar o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural cujo valor desce abruptamente.

O Período de Programação 2014-2020 contempla um orçamento global de 644.968.114.838 Euros e o Período pós 2020 de 459.125.000.000 Euros, ou seja, menos 185.843.114.838 Euros.

Repensar a Europa e a União Europeia sem a presença do Reino Unido implica um reforço de sinergias entre os diferentes Estados-Membros de forma a alcançar prosperidade económica e social a par de outras regiões do globo.

Jean-Claude Juncker, declarou: *«A União vive hoje um momento crucial. O novo orçamento representa uma oportunidade para moldarmos o nosso futuro numa União nova e ambiciosa de 27 países unidos pela solidariedade. Com a proposta de hoje, avançamos com um plano pragmático de como fazer mais com menos. A conjuntura económica favorável dá-nos algum espaço, mas não nos coloca ao abrigo de ter de fazer poupanças em determinadas áreas. Vamos garantir a boa gestão financeira através do primeiro mecanismo de sempre assente no Estado de direito. A isto chama-se utilizar o dinheiro do contribuinte de forma responsável. A bola está agora no campo do Parlamento e do Conselho. Estou firmemente convencido de que deveríamos procurar chegar a um acordo antes das eleições para o Parlamento Europeu que terão lugar no próximo ano.»*

Não obstante as divergências nos diversos países em torno da coesão económica, social e territorial a verdade é que o bloco europeu no seu conjunto constitui a forma mais eficaz e eficiente de alcançar um estatuto no seio da comunidade internacional atenta a fragmentação geográfica, diversidade cultural, multiplicidade de bens e serviços existentes no espaço económico europeu.

*“Continue, continue, there is no future for the people of Europe other than in union” – Jean Monnet*

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge de Jesus Ferreira – *Lições de Direito Comunitário*, Volume II, O Contencioso Comunitário, 2ª Edição Atualizada e Ampliada, Coimbra Editora, Coimbra, 1992

AMBIENTE, Agência Portuguesa do – *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*, 2007

ARROTEIA, Jorge Carvalho – *O Turismo em Portugal, subsídios para o seu conhecimento*, Universidade de Aveiro, Secção Autónoma de Gestão e Engenharia Industrial, Aveiro, 1994

ATANÁSIO, João - *A união económica e monetária de Maastricht: o primado da convergência nominal sobre a convergência real*, Lisboa, 1997

AZEVEDO, Maria Eduarda - *A política agrícola comum: uma política controversa na hora da mudança*, Almedina Editora, Coimbra, 1996

AZEVEDO, Nuno Miguel Fernandes – *Tempos de Mudança nos territórios de baixa densidade, as dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2013

BARBOSA, António Pinto – *O impacto do euro na economia portuguesa*, Dom Quixote, Lisboa, 1999

BASTOS, Fernando Loureiro – *A União Europeia, fins, objectivos e estrutura orgânica*, Relatório do Seminário de Direito Comunitário Institucional, Luso Livro, Lisboa, 1993

BOLLEN, Frank e outros - *EU structural funds beyond agenda 2000: reform and implications for current and future member states*, European Institute of Public Administration, Maastrich, 2000

BUITER, Willem H., CORSETTI, Giancarlo, PESENTI, Paolo A. – *Financial Markets and European Monetary Cooperation*, Cambridge University Press, Cambridge, 1997

CABRAL, Nazaré Saldanha Póvoas da Costa - *O fundo social europeu: o co-financiamento comunitário das subvenções ao emprego e à formação profissional*, Relatório de Mestrado em Direito Financeiro, Lisboa, 1995

CABRAL, Nazaré Saldanha Póvoas da Costa - *Os programas de convergência adoptados em Portugal*, Relatório de Mestrado em Integração Económica, Lisboa, 1995

CAMPOS, João Mota de – *Direito Comunitário*, Volume II, O Ordenamento Jurídico Comunitário, 4ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994

CAMPOS, João Mota de – *Direito Comunitário*, Volume IV, O Tratado da União Europeia, os Tratados Comunitários e os actos fundamentais do direito derivado relativos ao sistema institucional, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994

CAMPOS, João Mota de – *Direito Comunitário*, Volume I, O Direito Constitucional, 7ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995

CAMPOS, João Mota de – *Direito Comunitário*, Volume II, O Ordenamento Jurídico Comunitário, 5ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997

CAMPOS, João Mota de – *Direito Comunitário*, Volume III, O Ordenamento Económico da União Europeia – A União Económica e Monetária, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997

CAMPOS, João Mota de – *Manual de Direito Comunitário, o sistema institucional, a ordem jurídica, o ordenamento económico da União Europeia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000

CARDOSO, Fernando José Correia - *A política comum de pescas da União Europeia, o quadro jurídico respectivo e a sua aplicação na região Autónoma dos Açores*, Horta, 2009

CARDOSO, Teodora - *As empresas públicas e o ajustamento macroeconómico em Portugal*, Separata de Ajustamento e crescimento na actual conjuntura económica mundial, Fundo Monetário Internacional, Lisboa, 1985, páginas 150-175

CARREIRA, Henrique Medina – *Portugal, a União Europeia e o Euro: Ensaio sobre a tributação e a despesa pública*, Lex, Lisboa, 2001

CARRERA HERNÁNDEZ, Francisco Jesús - *Política pesquera y responsabilidad internacional de la comunidad europea*, Salamanca, 1995

CENTRO, Comissão de Coordenação da Região e Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território – *Diagnóstico prospectivo da cooperação inter-regional no território de fronteira*, Coimbra, 2001

CENTRO, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – *Recursos e Território, uma Geografia de Esperança*, 2011

COELHO, Joaquim José Pinto - *O fundo social europeu*, Estudos Gerais, Ministério do Trabalho, Lisboa, 1983

COMISSION, European – *Investing in people: EU funding for employment and social inclusion*, Social Europe Guide, Volume 7, 2014

COSTA, João Custódio - *Os fundos estruturais e o Tratado de Maastricht*, Relatório de Mestrado de Direito Financeiro, Lisboa, 1996

COSTA, José Silva – *Compêndio de Economia Regional*, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, 2002

CUNHA, Paulo Pitta e – *Integração Europeia*, Estudos de Economia, Política e Direito Comunitários, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1993

CUNHA, Paulo de Pita e - *A revisão institucional e a convergência económica: problemas dos pequenos estados-membros*, Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Volume 36, nº 1, Lex, Lisboa, 1995



CUNHA, Paulo Pitta e – *Direito Institucional da União Europeia*, Almedina Editora, Coimbra, 2004

CUNHA, Paulo Pitta e – *Direito Europeu*, Instituições e Políticas da União, Almedina Editora, Coimbra, 2006

DUARTE, Maria Luísa – *Direito da União Europeia e das Comunidades Europeias, Instituições e Órgãos, Procedimentos de Decisão*, Volume I, Tomo I, Lex, Lisboa, 2001

ESTATÍSTICA, Instituto Nacional – *Estatísticas Agrícolas 2009*, Lisboa, 2010

ESTATÍSTICA, Instituto Nacional – *Estatísticas da Pesca 2009*, Lisboa, 2010

EUROPEIA, Comissão - *Cohesion and the development challenge facing the lagging regions*, Luxemburgo, 1995

EUROPEIA, Comissão – *Os Fundos Estruturais em 1999*, 11º relatório anual, 2001

EUROPEIA, Comissão – *Os Fundos Estruturais em 2000*, 12º relatório anual, 2001

EUROPEIA, Comissão – *A União Europeia e as zonas costeiras*, 2001

EUROPEIA, Comissão – *Os Fundos Estruturais em 2001*, 13º relatório anual, 2002

EUROPEIA, Comissão - *Utilizar da melhor forma os fundos estruturais*, 2003

EUROPEIA, Comissão – *Instrumento financeiro de orientação das pescas, guia de utilização*, 2003

EUROPEIA, Comissão – *Relatório Anual do Fundo de Coesão 2002*, União Europeia, Política Regional, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004

EUROPEIA, Comissão – *Os Fundos Estruturais em 2002*, 14º relatório anual, 2004

EUROPEIA, Comissão – *Novos fundos, melhores regras: síntese das novas regras e oportunidades de financiamento 2007-2013*, 2007

EUROPEIA, Comissão – *O Fundo Social Europeu Investir nas pessoas, o que é e o que faz*, 2012

EUROPEIA, Comissão – *Salvaguardar o futuro dos nossos mares*, Luxemburgo, 2013

EUROPEIA, Comunidade - *La communauté européenne et ses régions: 10 ans de politique régionale communautaire et de fonds européen de développement régional Feder*, Luxemburgo, 1985

EUROPEIA, Conselho da União – *Os progressos da União Europeia 1995-1999*, 2001

EUROPEIA, Conselho da União – *Agenda Social Europeia*, 2001

EUROPEIA, União - *Relatório anual do Fundo de coesão 1999*, Política Regional, 2001

EUROPEIA, União - *Relatório anual do Fundo de coesão 2000*, Política Regional, 2001

EUROPEIA, União - *Luz verde para a europa, os projetos de transportes apoiados pelo Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional e pelo Fundo de Coesão*, Política Regional, 2001

EUROPEIA, União - *Relatório anual do Fundo de coesão 2001*, Política Regional, 2002

EUROPEIA, União – *A política de coesão e as cidades, contribuição das cidades e das aglomerações para o crescimento e o emprego nas regiões*, Política Regional, 2006

EUROPEIAS, Comissão das Comunidades - *Guidelines for european agriculture: memorandum to complement the commission's report on the Mandate of 30 May 1980: communication from the Commission to the Council*, Bruxelas, 1981

EUROPEIAS, Comunidades – *Fundo Social Europeu 50 anos a investir nas pessoas*, 2007

EUROPEU, Banco Central – *Relatório de Convergência 2000*

EUROPEU, Banco Central – *Relatório de Convergência 2002*

EUROPEU, Comité Económico e Social – *A Política Comum da Pesca, o caminho percorrido e os desafios a enfrentar*, 2002

EUROPEU, Comité Económico e Social – *As redes transeuropeias e as ilhas*, 2003

EUROPEU, Instituto de Gestão do Fundo Social – *Boas práticas FSE*

EUROPEU, Instituto de Gestão do Fundo Social - *Guia do utilizador do Fundo Social Europeu: III Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006*, Lisboa, 2004

EUROPEU, Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – *Aspectos Jurídicos e Económicos da introdução do Euro*, Lisboa, 1999

EUROPEU, Parlamento – *O Futuro da Europa, vamos falar da Convenção?* Lisboa, 2003

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Para a melhoria da gestão financeira da União Europeia*, 2004

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Aplicação da abordagem Leader ao desenvolvimento rural*, Relatório Especial nº 5, 2010

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Melhoria do desempenho dos transportes nos eixos ferroviários transeuropeus: os investimentos nas infra-estruturas ferroviárias da UE têm sido eficazes?* Relatório Especial nº 8, 2010

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Os fundos despendidos pela UE no âmbito das acções estruturais visando o abastecimento de água para consumo doméstico estão a ser utilizados de modo a produzir os melhores resultados possíveis?* Relatório Especial nº 9, 2010

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas e das ilhas menores do Mar Egeu*, Relatório Especial nº 10, 2010

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Os projetos de turismo co-financiados pelo FEDER foram eficazes?* 2011

EUROPEU, Tribunal de Contas – *O apoio agroambiental é bem concebido e gerido?* Relatório Especial nº 7, 2011

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Os projetos de administração em linha (governo) apoiados pelo Feder foram eficazes?* Relatório Especial nº 9, 2011

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Instrumentos financeiros de apoio às PME cofinanciados pelo fundo europeu de desenvolvimento regional*, Relatório Especial nº 2, 2012

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Fundos Estruturais: a Comissão foi bem sucedida na correção das deficiências identificadas nos sistemas de gestão e de controlo dos Estados-Membros?* Relatório Especial nº 3, 2012

EUROPEU, Tribunal de Contas – *A utilização dos fundos estruturais e do fundo de coesão para cofinanciar infraestruturas de transportes nos Portos Marítimos constitui um investimento eficaz?* Relatório Especial nº 4, 2012

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Orientação das ajudas para a modernização das explorações agrícolas*, Relatório Especial nº 8, 2012

EUROPEU, Tribunal de Contas – *O fundo europeu para a integração e o fundo europeu para os refugiados contribuem de forma eficaz para a integração dos nacionais de países terceiros?* Relatório Especial nº 22, 2012

EUROPEU, Tribunal de Contas – *As ações estruturais da UE foram bem-sucedidas no apoio à recuperação dos espaços industriais e militares abandonados?* Relatório Especial nº 23, 2012

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Resposta do fundo de solidariedade da União Europeia ao sismo de 2009 nos Abruzzos*, Relatório Especial nº 24, 2012

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Existem instrumentos para acompanhar a eficácia das despesas do fundo social europeu relativas aos trabalhadores mais velhos?* Relatório Especial nº 25, 2012

EUROPEU, Tribunal de Contas – *O apoio concedido pela UE à indústria transformadora alimentar foi eficaz e eficiente para aumentar o valor dos produtos agrícolas?* Relatório Especial nº 1, 2013

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Os fundos da política de coesão da UE são bem despendidos nas estradas?* Relatório Especial nº 5, 2013

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Apoio do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural à melhoria do valor económico das florestas*, Relatório Especial nº 8, 2013

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Política Agrícola Comum: o apoio específico prestado ao abrigo do Artigo 68.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho é corretamente concebido e executado?* Relatório Especial nº 10, 2013

EUROPEU, Tribunal de Contas – *A Comissão e os Estados-Membros conseguem demonstrar que o orçamento da UE afetado à política de desenvolvimento rural é bem aplicado?* Relatório Especial nº 12, 2013

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Financiamento pela UE da luta contra as alterações climáticas no contexto da ajuda externa*, Relatório Especial nº 17, 2013

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Eficácia dos projetos de transportes urbanos apoiados pela União Europeia*, Relatório Especial nº 1, 2014

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Apoio dos fundos da política de coesão à produção de energia renovável - Os resultados alcançados foram bons?* Relatório Especial nº 6, 2014

EUROPEU, Tribunal de Contas – *O FEDER foi bem-sucedido no apoio ao desenvolvimento de incubadoras de empresas?* Relatório Especial nº 7, 2014

EUROPEU, Tribunal de Contas – *O apoio da UE aos investimentos e à promoção no sector vitivinícola é bem gerido e os seus resultados relativamente à competitividade dos vinhos da UE estão demonstrados?* Relatório Especial nº 9, 2014

EUROPEU, Tribunal de Contas – *A eficácia do apoio do Fundo Europeu das pescas à aquicultura*, Relatório Especial nº 10, 2014

EUROPEU, Tribunal de Contas – *O FEDER é eficaz no financiamento de projetos que promovem diretamente a biodiversidade no âmbito da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020?* Relatório Especial nº 12, 2014

EUROPEU, Tribunal de Contas – *O Fundo para as Fronteiras Externas reforçou a solidariedade financeira mas é necessário melhorar a medição dos resultados e aumentar o seu valor acrescentado europeu*, Relatório Especial nº 15, 2014

EUROPEU, Tribunal de Contas – *O apoio do FEDER às PME no domínio do comércio eletrónico foi eficaz?* Relatório Especial nº 20, 2014

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Infraestruturas aeroportuárias financiadas pela União Europeia: falta de otimização dos recursos*, Relatório Especial nº 21, 2014

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Erros nas despesas do desenvolvimento rural: quais são as causas e como estão a ser corrigidas?* Relatório Especial nº 23, 2014

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Otimizar a utilização dos fundos da UE: exame panorâmico e os riscos que se colocam à gestão financeira do orçamento da UE*, Exame panorâmico, 2014

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Garantia para a juventude da UE: foram tomadas as primeiras medidas, mas preveem-se riscos de execução*, Relatório Especial nº 3, 2015

EUROPEU, Tribunal de Contas – *Os instrumentos financeiros são mecanismos bem-sucedidos e promissores no domínio do desenvolvimento rural?* Relatório Especial nº 5, 2015

EVANS, Andrew - *The E.U. structural funds*, Oxford University Press, Oxford, 1999

FARIA, Maria Teresa Santiago Neves - *A política regional da comunidade: o fundo europeu de desenvolvimento regional (FEDER) no quadro dos instrumentos financeiros de vocação regional*, Relatório de Mestrado em Economia Financeira, Lisboa, 1988

FRANCO, Sousa - *O financiamento das infraestruturas regionais, o financiamento do desenvolvimento regional e local*, Coimbra, 1986, páginas 147-181

- FRASQUILHO, Miguel e outros – *Portugal Europeu?* Vida Económica, Lisboa, 2001
- GASPAR, Augusto Gil – *O desenvolvimento em espaço rural: o caso do município de Cantanhede*, Dissertação de Mestrado em Geografia, Coimbra, 1997
- GOMES, José Caramelo – *Lições de Direito da União Europeia*, 2ª Reimpressão da Edição de Março de 2009, Almedina Editora, Lisboa, 2016
- GONÇALVES, José Renato - *Assimetrias regionais na comunidade europeia*, Relatório de Mestrado em integração económica, Lisboa, 1992
- GONÇALVES, José Renato - *O desenvolvimento das regiões: uma perspetiva da política regional comunitária*, Tese de mestrado em Ciências Jurídico-Económicas, Lisboa, 1996
- GONÇALVES, José Renato - *O euro e o futuro de Portugal e da União Europeia: estudo sobre o desenvolvimento e a coesão económica, social e territorial no contexto da União Monetária Europeia e da globalização*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010
- HALL, Stephen e AUBYN, Miguel St – *Using the kalman filter to test for convergence: a comparison to other methods using artificial data*, Cadernos de Económicas, Departamento de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 1995
- HOFFMAN, Michael J. e MARSDEN, Jerrold E. – *Elementary Classical Analysis*, Second Edition, Nova Iorque, 1993
- KENEN, Peter B. – *Economic and Monetary Union in Europe, Moving beyond Maastricht*, Cambridge University Press, 1995
- LOPES, António Simões – *Desenvolvimento Regional, Problemática, Teoria, Modelos*, 4ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995
- LOPES, Luís Miguel Peres – *Acessibilidade, mobilidade do trabalho e convergência da produtividade – uma análise do caso português*, Dissertação de Doutoramento em Economia, Coimbra, 2005

LOUREIRO, M. de Santos - *Problemática do desenvolvimento regional*, Instituto Nacional de Investigação Industrial, Lisboa, 1961

MAGALHÃES, José - *Acto Único e os fundos estruturais*, Relatório de Mestrado de Direito Financeiro, Lisboa, 1996

MARTINS, Guilherme de Oliveira - *União Europeia: o desafio da convergência social*, Liber amicorum Fausto de Quadros, Volume I, Coimbra, 2016, páginas 533-543

McINTYRE, Teresa Mendonça - *A satisfação dos utentes dos serviços de saúde na Região Norte: Avaliação e Divulgação, a situação da região do norte no domínio social*, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Comissão de Coordenação da Região do Norte, Porto, 2002

MONGE, Cláudia Sofia Oliveira Dias - *A política regional da Comunidade Europeia e os instrumentos financeiros de vocação regional*, Lisboa, 1999

MOTA, Pedro Infante - *A integração monetária da Europa comunitária: os critérios de convergência nominal*, Lisboa, 1998

MOTA, Pedro Infante - *A economia internacional e o mar: o caso das pescas*, Direito administrativo do mar, Coimbra, 2014, páginas 331-398

MOURATO, Rui Pedro N. Oliveira - *Os fundos estruturais comunitários: âmbito de actuação e controlos respectivos*, Relatório de Mestrado em Direito Comunitário, Lisboa, 1987

NOGUEIRA, José Duarte - *Direito Europeu e Identidade Europeia, Passado e Futuro*, Lisboa, Universidade Lusfada Editora, Lisboa, 2007

NUNES, Elisa Rangel - *Mercado interno, união económica e monetária e critérios de convergência*, Lisboa, 1994

OCDE - *Estudos territoriais da OCDE: Portugal*, Lisboa, 2008

OLIVEIRA, Ilda - *As devoluções na reforma da política comum de pescas*, Direito administrativo do Mar, Coimbra, 2014, páginas 507-528



PALHEIRO, Rita Santos – *Convergência regional europeia: uma aplicação empírica com recurso à econometria espacial*, Dissertação de Mestrado em Economia, Coimbra, 2007

PALMA, Maria João - *Os critérios de convergência nominal e real no Tratado da União Europeia*, Lisboa, 1997

PATKOGY, António Augusto Cabral Ziegler - *Critérios de convergência e coesão económica e social*, Relatório de Mestrado em Economia Política, Lisboa, 1995

PERSSON, Lars Olof e LUNDQVIST, Lars – *Visions and Strategies in European Integration, a North European Perspective*, Springer-Verlag, Berlin, 1993

PESQUITA, Vitorino - *Desenvolvimento regional: a situação portuguesa*, Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Série números 2 e 3, Abril-Setembro 1985, Lisboa, 1985, páginas 131-199

PIRES, Líbia da Graça - *Portugal e os fundos estruturais: as intervenções no âmbito do quadro comunitário de apoio, 1994/1999*, Relatório de Mestrado de Direito Financeiro, Lisboa, 1996

PIRES, Luís Madureira – *FEDER, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Guia para os Utilizadores Portugueses*, Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1986

PIRES, Luís Madureira - *FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional: guia para os utilizadores portugueses*, 2ª Edição Revista, Lisboa, Banco de Fomento Nacional, 1987

Pires, Luís Madureira - *A política regional europeia e Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998

POLÈSE, Mário – *Economia Urbana e Regional, Lógica espacial das transformações económicas*, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, 1998

POLICY, European Commission DG Regional – *Investing in Europe's Regions and Cities, Public and Private Partners for growth and jobs*, 2006

PROENÇA, Manuela - *O processo de convergência da economia portuguesa face à União Europeia: áreas de vulnerabilidade*, Lisboa, 1997

QUADROS, Fausto de - *Direito da União Europeia, Direito Constitucional e Administrativo da União Europeia*, 2ª Reimpressão, Almedina Editora, Coimbra, 2008

RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Direito Social da União Europeia*, Relatório, Almedina Editora, Coimbra, 2009

RAMOS, Rui Manuel Moura - *Das Comunidades à União Europeia*, Estudos de Direito Comunitário, Coimbra Editora, Coimbra, 1994

REGIONAL, Direcção-Geral do Desenvolvimento - *As infra-estruturas produtivas e os factores de competitividade das regiões e cidades portuguesas*, Lisboa, 2000

REGIONAL, Centro de Investigação de Desenvolvimento e Economia - *Aspectos de Dinamismo Regional no Algarve*, II Volume, Faro, 2000

REGIONAL, Direcção-Geral do Desenvolvimento - *Política de Coesão: Colectânea de Regulamentos, Período de Programação 2000-2006 e 2007-2013*, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 2006

REHMAN, Scheherazade S. - *The path to european economic and monetary union*, Kluwer Academic Publishers, 1997

REIS, Ana Luzia Gomes Ferreira - *Rendimento mínimo e regimes de Bem-estar social: contributos para uma análise jurídico-sociológica das tendências de convergência dos sistemas e das dinâmicas de governação em seis países europeus, entre 1992 e 2012*, Revista de direito e de estudos sociais, Ano 55, Janeiro a Dezembro de 2014, 2014, páginas 347 a 412, Coimbra

REPÚBLICA, Presidência da - *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1998

SANTOS, António Carlos dos - *União Europeia, Comunidade Europeia, Espaço Económico Europeu*, Lisboa, Fim de Século, 1992

SILVA, Joaquim Ramos – *Análise Comparada de Mercados*, Volume I, Centro de Estudos de Economia Europeia e Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1992

SILVA, José Manuel – *Ensino Superior e Desenvolvimento Regional, a questão da universidade pública de Leiria e outros textos*, Livraria Arquivo, Leiria, 1995

SILVA, Miguel Moura e – *Direito da União Europeia, Jurisprudência Essencial*, Lisboa, Editora da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2007

SIMÕES, Marta Cristina Nunes – *Convergência de acordo com a Teoria do Crescimento, Estudo de algumas hipóteses com aplicação à União Europeia*, Dissertação de Mestrado em Economia, Coimbra, 1999

SOCIAL, Conselho Económico e – *Parecer sobre o Plano de Desenvolvimento Regional* – PDR, Série Pareceres e Relatórios, Lisboa, 1999

SOCIAL, Conselho Económico e – *Emprego, Reforma Económica e Coesão Social: Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Série Estudos e Documentos, Centro de Documentação e Informação do Conselho Económico e Social, Lisboa, 2000

SOCIAL, Ministério do Emprego e da Segurança Social – *Preparar Portugal para o Século XXI, Valorização dos Recursos Humanos, Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999 Fundo Social Europeu*

TEIXEIRA, José Afonso – *Emprego nos serviços e polarização inter-regional em Portugal*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Lisboa, 1988

TERRITÓRIO, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – *Portugal, Plano de Desenvolvimento Económico e Social*, Ciclo de Encontros Portugal 2000-2006, Lisboa, 1999

TRAINING, European Centre for the Development of Vocational – *Learning together for local innovation: promoting learning regions*, 2007

UNION, European – *The structural funds in 2005*, Report from the Comission Annex to the report, 2007

UNION, European – *Annual report of the cohesion fund 2005*, 2007

UNION, European – *Annual report of the cohesion fund 2003*, 2005

UNION, European – *The structural funds in 2003*, Fifteenth annual report, 2005

UNION, European – *European Union Solidarity fund Annual report 2005*

UNIT, Study Coordinated by the maritime peripheries forward studies – *Study on the Construction of a Polycentric and Balanced Development Model for the European Territory*, 2002

VALE, Mário - *Fundos estruturais e cultura no período de 2000-2020*, Lisboa, 2014

YOSIDA, Kôsaku – *Functional Analysis*, Classics in Mathematics, Springer, 1980